Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Comitê de
Governança, Riscos e Controles

GRC

Ata da 66ª sessão do Comitê de Governança, Riscos e Controles

6 de agosto de 2025

Pág. 1 do doc. 2 (ATA DO GRC 66/2025-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Data e horário 6 de agosto de 2025, das 14h52 às 16h10

Local Sala de Reuniões nº 8 do 21º andar do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília, em conexão com ambiente virtual

Membros participantes

Presencialmente

Ailton de Aquino Santos
Diretor de Fiscalização
Diretor de Regulação substituto

Rodrigo Alves Teixeira
Diretor de Administração

Por videoconferência

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente

Diogo Abry Guillen
Diretor de Política Econômica

Izabela Moreira Correa
Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

Nilton José Schneider David
Diretor de Política Monetária

Paulo Picchetti
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Renato Dias de Brito Gomes
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

Membro ausente

Gilneu Francisco Astolfi Vivan
Diretor de Regulação – Férias

Demais participantes

Presencialmente

Arnaldo José Giongo Galvão
Assessor de Imprensa

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer
Procurador-Geral

Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos
Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico

Jaildo Lima de Oliveira
Auditor-Chefe

José Luiz Barros Fernandes
Chefe do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais

Gustavo Isaac Martins
Secretário da Diretoria
Gestor de Segurança e Credenciamento

Por videoconferência

Daniela Torres de Mesquita de S. Vale
Chefe de Gabinete do Presidente substituta

Flávia Dantas Berçott
Chefe do Departamento de Comunicação

Pág. 2 do doc. 2 (ATA DO GRC 66/2025-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Relatores

Presencialmente

Fábio de Oliveira Nobre Formiga
Coordenador da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico substituto

Germano Claro Simões Machado
Chefe-Adjunto do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais

Hugo Leonardo dos Santos
Auditor da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico

Isabela Ribeiro Damaso Maia
Chefe da Gerência de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio

Liziane Castilhos de Oliveira Freitas
Chefe-Adjunta da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico

Paula Soares Leite
Auditora da Gerência de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio

Por videoconferência

Carolina Bacelar Boros
Chefe de Subunidade da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico

Rebeca Soares Teixeira
Chefe de subunidade da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico substituta

Os relatores que assessoraram os membros participaram somente da discussão dos assuntos que foram objeto da sua relatoria.

Secretaria

Presencialmente

Rogério Antônio Lucca
Secretário do GRC
Secretário-Executivo

Pág. 3 do doc. 2 (ATA DO GRC 66/2025-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Assuntos:

Os relatores que assessoraram os membros participaram somente da discussão dos assuntos que foram objeto da sua relatoria.

Comunicação 155/2025-GRC
Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Apresenta o Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos – T2/2025.

ANEXO SECRETO POR 15 ANOS
Art. 23, inciso IV, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Relatores: Paulo Picchetti
Germano Claro Simões Machado
José Luiz Barros Fernandes

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Comunicação 156/2025-GRC
Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Apresenta o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos relativo aos anos de 2024/2025.

Relatores: Paulo Picchetti
Germano Claro Simões Machado
Isabela Ribeiro Damaso Maia
Paula Soares Leite

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Comunicação 157/2025-GRC
Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Apresenta o Relatório Anual de Prestação de Contas do Comitê Economia Sustentável – Ecos 2024/2025.

Relatores: Paulo Picchetti
Isabela Ribeiro Damaso Maia
Paula Soares Leite

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Voto 158/2025-GRC
Assuntos do **Presidente**, **Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos**, assuntos de **Política Monetária**, assuntos de **Fiscalização**, assuntos de **Regulação**, assuntos de **Organização do Sistema Financeiro e**

Propõe atualizações nos grupos de trabalho para acompanhamento do Financial Sector Assessment Program – FSAP.

Pág. 4 do doc. 2 (ATA DO GRC 66/2025-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

de Resolução e assuntos de **Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta**

Relatores: Ailton de Aquino Santos
Izabela Moreira Correa
Nilton José Schneider David
Paulo Picchetti
Renato Dias de Brito Gomes
Hugo Leonardo dos Santos
Liziane Castilhos de Oliveira Freitas

Decisão: O GRC aprovou o voto.

Voto 159/2025-GRC
Assuntos do **Presidente**

Altera o Regulamento do Comitê de Integridade do Banco Central do Brasil – CIBCB.

Relatoras: Liziane Castilhos de Oliveira Freitas
Rebeca Soares Teixeira

Decisão: O GRC aprovou o voto.

Comunicação 160/2025-GRC
Assuntos da **Secretaria-Executiva**

Apresenta o relatório de prestação de contas do ano de 2024 do Comitê de Gestão Estratégica – CGE.

Relatores: Rogério Antônio Lucca
Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos
Liziane Castilhos de Oliveira Freitas
Rebeca Soares Teixeira

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Comunicação 161/2025-GRC
Assuntos da **Secretaria-Executiva**

Apresenta relatório de avaliação dos colegiados corporativos.

Relatores: Rogério Antônio Lucca
Carolina Bacelar Boros
Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos
Fábio de Oliveira Nobre Formiga
Liziane Castilhos de Oliveira Freitas

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Pág. 5 do doc. 2 (ATA DO GRC 66/2025-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Os atos normativos eventualmente aprovados na presente sessão são considerados assinados, para todos os efeitos, mediante assinatura do voto que lhes deu origem ou assinatura desta ata, pela mesma autoridade subscritora do respectivo voto, ficando legitimada sua publicação.

Assinam digitalmente esta ata:

(conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015)

ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA
GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
AILTON DE AQUINO SANTOS
DIOGO ABRY GUILLEN
IZABELA MOREIRA CORREA
NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID
PAULO PICCHETTI
RENATO DIAS DE BRITO GOMES
RODRIGO ALVES TEIXEIRA

Pág. 6 do doc. 2 (ATA DO GRC 66/2025-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 155/2025–GRC, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos – Apresenta o Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos – T2/2025.

Senhor Presidente e Senhores Diretores, membros do GRC,

1. O Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos tem o propósito de fornecer ao Comitê de Governança, Riscos e Controles – GRC uma visão tempestiva e integrada dos riscos – financeiros e não financeiros – incorridos pelo Banco Central do Brasil – BCB na execução de suas atividades, bem como os resultados da gestão de continuidade de negócios e da conformidade.

2. A gestão integrada de riscos tem como principal objetivo dar suporte ao processo decisório da alta administração por meio de, entre outros aspectos, proatividade na identificação e tratamento de ameaças; maior transparência, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos; preparação da organização para enfrentar surpresas em um ambiente de contínua mudança; e melhoria dos padrões de governança.

3. No intuito de fornecer ao GRC uma análise integrada dos riscos relacionados a esta Autarquia, apresento o anexo Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos referente ao segundo trimestre de 2025.

4. Assim, com base no disposto no art. 139, inciso III, alínea “a”, e no art. 15, incisos VI, alíneas “a” e “b”, e VII, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, trago o assunto ao conhecimento deste colegiado.

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 1 do doc. 3 (COMUNICAÇÃO DO GRC 155/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16



Nota da Secretaria do Comitê de Governança, Riscos e Controles

Emitida em 7/10/2025.

O anexo da comunicação identificada a seguir encontra-se arquivado em ambiente controlado, na forma de legislação própria, em razão de classificação em grau de sigilo. Findo o prazo de restrição de acesso, o anexo da comunicação será inserido neste PE, após as demais deliberações da sessão correspondente.

Comunicação	**155/2025-GRC**
Sessão	**Sessão GRC 66**
Data	6/8/2025
Grau de sigilo	Secreto
Prazo	15 anos
CDIC	18600.084812/2025-62.S.06.28/07/2025.27/07/2040.N Documento classificado nos termos do art. 23 da Lei n° 12.527, de 2011 (LAI), e do Decreto nº 7.724 de 2012.
Observação	---

Rogério Antônio Lucca
Secretário do GRC
Secretário-Executivo

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Pág. 1 do doc. 4 (DOCUMENTO INTERNO 76990/2025-BCB/SECRE) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 156/2025–GRC, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos – Apresenta o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos relativo aos anos de 2024/2025.

Senhor Presidente e Senhores Diretores, membros do GRC,

1. Refiro-me à quinta edição do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos – RIS do Banco Central do Brasil – BCB, em anexo. A publicação do RIS é uma ação de prestação de contas à sociedade e contribui para a ampliação da visibilidade e da transparência do compromisso do BCB com a sustentabilidade, fortalecendo a posição da Autarquia como referência em finanças sustentáveis e contribuindo para um sistema financeiro mais seguro e preparado para os desafios climáticos.

2. O relatório usa como referência a estrutura proposta pelo World Economic Forum – WEF[1], em que as informações são organizadas em quatro pilares: "Governança", "Planeta", "Pessoas" e "Prosperidade", que correspondem a capítulos desta edição. Além deles, o capítulo "Perspectivas" visa a apresentação de iniciativas com expectativa de conclusão futura, como pesquisas em andamento, aprimoramentos no arcabouço regulatório e a incorporação da sustentabilidade no novo Museu de Economia.

3. A elaboração do relatório é coordenada pela Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio – Gerip e conta com a colaboração de diversas unidades do BCB envolvidas no tema. São também utilizados como subsídios as notas à imprensa, as atas do Comitê de Economia Sustentável – Ecos, os votos da Diretoria Colegiada, as matérias do Conexão Real, o Relatório Integrado do Banco Central do Brasil, os Relatórios de Estabilidade Financeira, os Relatórios de Inflação (até 2024), o Relatório de Política Monetária (a partir deste ano), entre outras comunicações do BCB.

4. Esta edição do RIS apresenta as ações do BCB relacionadas à gestão de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticos realizadas entre julho de 2024 e junho de 2025. No âmbito da presidência brasileira do G20, dá-se destaque à criação das forças-tarefa da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e da Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas, ao Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis, à Parceria Global para Inclusão Financeira, ao G20 *Techsprint* 2024 e à conferência global e *workshop* temático sobre finanças sustentáveis, no âmbito da *Data Gaps Initiative*. No capítulo "Planeta" são relatados recentes estudos, como o mapeamento das exposições de crédito aos riscos físicos, a estimativa de impacto econômico de custos adicionais para promover a transição para uma economia de baixo carbono, a última pesquisa de estabilidade financeira sobre risco climático e os trabalhos para avaliar a adequada implementação dos requisitos normativos para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático. Também são destaque no capítulo as atualizações no *Bureau* de Crédito Rural e as inovações regulatórias, como a obrigação das instituições financeiras de maior porte de elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de informações

[1] *Framework* proposto pelo WEF em seu documento de 2020 denominado *Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation*.

SECRETARIA DO GRC
Pág. 1 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

financeiras relacionadas à sustentabilidade. Mais detalhes sobre a agenda de inovação financeira são apresentados no capítulo "Prosperidade", como a consolidação e o crescimento do Pix, os avanços da agenda do *Open Finance* e a constante evolução do ecossistema do Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológica – LIFT. No capítulo "Perspectivas", destacam-se também os projetos de instrumentos financeiros *tokenizados* e vinculados à agenda da sustentabilidade no âmbito da fase 2 do Piloto Drex. Dentro da atuação do BCB com as demais esferas de governo, a Taxonomia Sustentável Brasileira, o Eco Invest Brasil e o grupo de trabalho interdepartamental – GTI para organizar a atuação do BCB na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – Conferência das Partes – COP30 também são mencionados no relatório.

5. Assim, a publicação do RIS é um esforço de consolidação de inúmeras iniciativas que ocorrem transversalmente no BCB e que demonstram os esforços da Autarquia em promover avanços na temática em inúmeras frentes de atuação, como regulador do Sistema Financeiro Nacional, membro de órgãos e parcerias internacionais, com destaque para a *Network for Greening the Financial System* – NGFS, formulador de política monetária, promotor de cidadania e inclusão financeira, bem como em sua gerência interna, com a adoção de medidas como o inventário de gases de efeito estufa, reconhecendo-se a importância de consumir recursos naturais de forma responsável e de minimizar os impactos das atividades sobre o meio ambiente.

6. Para manter a tempestividade na publicação do relatório, foi feito um esforço para elaboração e comunicação ao Comitê de Governança, Riscos e Controles – GRC em menor tempo possível, portanto o mais próximo da data de corte das informações (30 de junho), no intuito de que seja publicado ainda em agosto, garantindo que as informações atualizadas sejam mais bem aproveitadas. O mesmo esforço é válido para a versão em inglês, que deve ser publicada na semana seguinte à publicação em português.

7. Com base no disposto no art. 11, inciso XIII, alínea "a", combinado com o art. 139, inciso III, alíneas "a" e "d", e no art. 15, incisos VII e XI, todos do Regimento Interno do BCB, anexo à Resolução BCB nº 340, de 21 de setembro de 2023, bem como no art. 11, inciso V, do Regulamento do GRC, anexo à Resolução BCB nº 112, de 6 de julho de 2021, trago o assunto ao conhecimento deste colegiado.

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 2 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos

Publicação anual do Banco Central do Brasil (BC)

É permitida a reprodução do conteúdo deste relatório desde que mencionada a fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Telefone: 145 (custo de uma ligação local)

Internet: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/faleconosco

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Sumário

Prefácio, 6

Sumário Executivo, 8

1 Governança, 11

1.1 Propósito e estratégia, 11

1.2 Estrutura, políticas e integridade, 13

1.3 Gestão integrada de riscos corporativos, 16

1.3.1 Riscos estratégicos

1.3.2 Riscos operacionais

1.4 Parcerias e engajamento internacional, 21

1.4.1 Presidência brasileira do G20

1.4.1.1 G20 *TechSprint* 2024

1.4.1.2 Conferência global e *Workshop* temático sobre Finanças Sustentáveis – G20 *Data Gaps Initiative* 3 (DGI-3)

1.4.2 Presidência Brasileira dos BRICS

1.4.3 *International Financial Consumer Protection Organisation* (FinCoNet)

2 Planeta, 26

2.1 Panorama econômico, 26

2.1.1 Impactos da tragédia climática no Rio Grande do Sul para a política monetária

2.2 Estabilidade financeira, 28

2.2.1 Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) sobre risco climático

2.2.2 Exposições de crédito em risco decorrentes de riscos climáticos físicos

2.2.3 Risco climático de transição: estimativa de impacto no SFN

2.2.4 Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

2.2.5 *Bureau* de Crédito Rural

2.2.6 Atuação do BC para assegurar a estabilidade financeira e amenizar os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul

2.2.7 Instituições Financeiras serão obrigadas a elaborar e divulgar relatório de informações sobre sustentabilidade

Pág. 4 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

2.2.8 Estudo sobre cultura e comportamento no SFN

2.2.9 Consulta pública para ativos e passivos de ações de sustentabilidade

2.3 Reservas internacionais, 37

2.3.1 Governança

2.3.2 Estratégia

2.3.3 Riscos

2.3.4 Métricas

2.4 Emissões de gases de efeito estufa, 44

2.4.1 Inventário de Gases de Efeito Estufa

2.4.2 Coleta seletiva

2.4.3 Compartilhamento de espaços dos edifícios

2.4.4 Reforma do Museu de Valores em Brasília

2.4.5 Doação de livros da antiga biblioteca do BC para a Biblioteca Nacional

3 Pessoas, 47

3.1 Relacionamento do BC com a sociedade, 47

3.1.1 *Firmus*: nova pesquisa do BC com o setor não financeiro

3.1.2 BC aprimora *Ranking* de Reclamações contra bancos, financeiras e instituições de pagamento

3.1.3 Reformulação do Relatório de Inflação e aperfeiçoamento da página sobre Política Monetária

3.1.4 BC Blog

3.1.5 Conferência Anual do Banco Central 2025

3.2 Cidadania financeira, 51

3.2.1 Programa Aprender Valor

3.2.2 Índice de Saúde Financeira do Brasileiro

3.2.3 Gestão de vulnerabilidades

3.2.4 Mutirão para ajudar cidadãos a renegociar dívidas e melhorar a saúde financeira

3.2.5 Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF)

3.2.5.1 12ª Semana ENEF e Edição especial Rio Grande do Sul

3.3 Diversidade, aprendizagem e políticas de bem-estar, 55

Pág. 5 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

3.3.1 Diversidade

3.3.2 Gestão do Conhecimento e Aprendizagem

3.3.3 Bem-estar e qualidade de vida no trabalho

4 Prosperidade, 58

4.1 Inclusão financeira, 58

4.1.1 Cooperativas de crédito

4.1.2 BC UNEVozes

4.2 Inovação e competitividade, 59

4.2.1 Consolidação e crescimento do Pix

4.2.2 *Suptech* – Novas ferramentas tecnológicas para a supervisão

4.2.3 Iniciativa do BC é reconhecida como uma das principais inovações em finanças na América Latina em 2025

4.2.4 Open Finance

4.2.5 Projeto Aperta

4.2.6 Ecossistema de inovação *LIFT*

4.3 Instrumentos financeiros sustentáveis, 63

5 Perspectivas, 66

5.1 Pesquisas em andamento, 67

5.1.1 Geadas (*Volatility and Under-insurance in Economies with Limited Pledgeability: Evidence from the Frost Shock*)

5.1.2 Análise dos efeitos de eventos extremos na economia e no setor financeiro (*Weathering the Storm: how supply chains adapt to extreme climate events*)

5.1.3 Riscos climáticos de transição (*The impact of climate transition risks on the Brazilian financial system*)

5.2 Regulação e supervisão, 69

5.2.1 Prioridades regulatórias para 2025/2026

5.2.1.1 Ampliação da divulgação de informações por instituições financeiras

5.2.2 Perspectivas de avanços no crédito rural

5.3 Ações internas, 70

5.3.1 Reforma do sistema de ar-condicionado do edifício-sede

5.3.2 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

5.3.3 Programa de Diversidade e Inclusão do BC

Pág. 6 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

5.4 Sustentabilidade no novo Museu de Economia, 71

5.5 Drex – a democratização dos serviços financeiros no Brasil, 72

5.6 Participação em iniciativas lideradas pelo governo federal, 73

5.6.1 Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)

5.6.2 Programa Eco Invest Brasil

5.6.3 COP30

Pág. 7 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 16

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Prefácio

É com grande satisfação que o Banco Central do Brasil (BC) divulga a quinta edição do seu Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS). Esta publicação reflete o compromisso da instituição a sustentabilidade no âmbito do seu mandato. A missão do BC é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade. Em um mundo onde os desafios ambientais e sociais se tornam cada vez mais prementes, nossa instituição se posiciona na vanguarda das iniciativas que visam promover um sistema financeiro mais inclusivo e sustentável.

Acreditamos que a sustentabilidade não é apenas uma responsabilidade, mas uma oportunidade de inovar e liderar pelo exemplo. Nossas ações são guiadas por princípios que buscam equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e o bem-estar social. Estamos empenhados em integrar práticas sustentáveis em todas as nossas operações e políticas, garantindo que cada decisão tomada contribua para um impacto positivo duradouro.

Neste relatório, destacamos nossas principais iniciativas e conquistas no âmbito da sustentabilidade. Desde a implementação de políticas financeiras verdes até o apoio a projetos que promovem a inclusão social e a proteção ambiental, cada passo dado é um testemunho do nosso compromisso contínuo com um futuro mais sustentável.

Entre o conjunto de compromissos do BC com a temática, destacamos alguns dos avanços recentes: 1) a avaliação da exposição do sistema financeiro nacional (SFN) aos riscos climáticos, incluindo riscos de transição; 2) o aprimoramento do Processo de Supervisão dos riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC) e a estruturação e ampliação da coleta de informações sobre RSAC (Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático – DRSAC); 3) a continuidade do desenvolvimento do *Bureau* de Crédito Rural e o aprimoramento dos mecanismos de controle por meio de ferramentas de georreferenciamento; 4) o aprimoramento das informações climáticas, sociais e ambientais divulgadas pelas instituições financeiras; e 5) a redução do impacto ambiental envolvido nos processos internos da instituição.

Além disso, o BC é participante ativo de iniciativas do governo federal, como o desenvolvimento da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), e o programa Eco Invest Brasil. Em 2025, estamos também engajados em contribuir para o sucesso da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) - COP30, a ser sediada no país, liderando um esforço de maior aproximação dos bancos centrais e da comunidade financeira internacional das discussões dos objetivos climáticos que acontecem na COP.

Importante destacar também a participação do BC no Comitê Diretor (*Steering Committee*) da *Network for Greening the Financial System* (NGFS), fórum que integra a comunidade de bancos centrais e autoridades de supervisão financeira engajados na promoção do tema. Além disso, desde 2020 o BC incluiu o pilar “Sustentabilidade” em sua agenda estratégica, a Agenda BC#, visando à promoção de finanças sustentáveis, ao gerenciamento adequado dos RSAC e à integração de variáveis sustentáveis no processo de tomada de decisão da autoridade monetária.

Pág. 8 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Cabe reforçar a colaboração das diversas áreas do BC na confecção deste relatório e ressaltar que esta é uma ferramenta de prestação de contas à sociedade e de ampliação da visibilidade e da transparência do compromisso do BC com a sustentabilidade.

Convido todos a explorar este relatório e a se juntar a nós nesta jornada de transformação. Juntos, podemos construir um mundo onde a prosperidade econômica ande de mãos dadas com a responsabilidade ambiental e social.

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente do Banco Central do Brasil

Pág. 9 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Sumário Executivo

A quinta edição do RIS apresenta, de forma integrada, as ações do BC relacionadas à gestão de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticos realizadas entre julho de 2024 e junho de 2025. Para elaboração do RIS, o BC adotou a estrutura proposta pelo *World Economic Forum* (WEF), em que as informações são organizadas em quatro pilares, que correspondem a capítulos deste relatório. Também foram consideradas as orientações da *International Sustainability Standards Board* (ISSB) e as publicações da NGFS.

Em *Governança*, são apresentadas informações sobre propósito, estratégia, estrutura, integridade e políticas do BC, incluindo a política de gestão integrada dos riscos corporativos. Relato sobre o engajamento internacional do BC à temática de sustentabilidade também compõe esse capítulo.

No capítulo *Planeta*, encontram-se informações relativas ao gerenciamento dos riscos resultantes das mudanças climáticas para a economia; ao SFN, com destaque para as ações de regulação e supervisão; e ao portfólio das reservas internacionais. Por fim, são apresentadas informações sobre emissões de gases de efeito estufa pelo próprio BC, que reconhece a importância de contribuir para o esforço global e de minimizar o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente.

No capítulo *Pessoas*, são apresentadas as ações do BC para a promoção da cidadania financeira e o relacionamento do BC com a sociedade. O capítulo traz, ainda, as ações voltadas ao próprio BC sobre diversidade, aprendizagem e políticas de bem-estar do corpo funcional, entre outras.

No capítulo *Prosperidade*, são abordadas as ações relacionadas à inclusão financeira, à inovação e ao aumento da competitividade no SFN para ganho de eficiência. Além disso, o capítulo apresenta descrição dos avanços em relação aos instrumentos financeiros sustentáveis, pelo potencial que eles possuem para direcionar investimentos a projetos que gerem impactos positivos ao meio ambiente e à sociedade.

Por fim, o capítulo *Perspectivas* foi acrescentado pelo BC à estrutura proposta pelo WEF para apresentar iniciativas em andamento que tenham expectativa de conclusão futura. Esse capítulo tem o objetivo de dar mais transparência não somente ao que já foi alcançado pelo BC, mas também ao que a instituição está comprometida em realizar, como pesquisas em andamento, participação no desenvolvimento da TSB e envolvimento na COP30.

No cumprimento de sua missão institucional, o BC realizou avanços em sua agenda de inovação. Para tanto, uma série de iniciativas foram promovidas no âmbito de sua agenda estratégica, a Agenda BC#, que está organizada em seis dimensões: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência.

As iniciativas da Agenda BC# visam ao desenvolvimento de um ambiente de negócios mais dinâmico e amigável, com o objetivo de promover a democratização financeira — maior inclusão, menor custo de intermediação, maior competição, redução de barreiras à entrada no SFN, maior contribuição para o crescimento sustentável da economia, redução do custo do crédito e aumento dos serviços financeiros de melhor qualidade. Para dar mais transparência e comunicar os resultados à sociedade ao longo do ano, há o portal Transparência e prestação de contas no site do BC, que reporta periodicamente o acompanhamento dessas ações.

Pág. 10 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

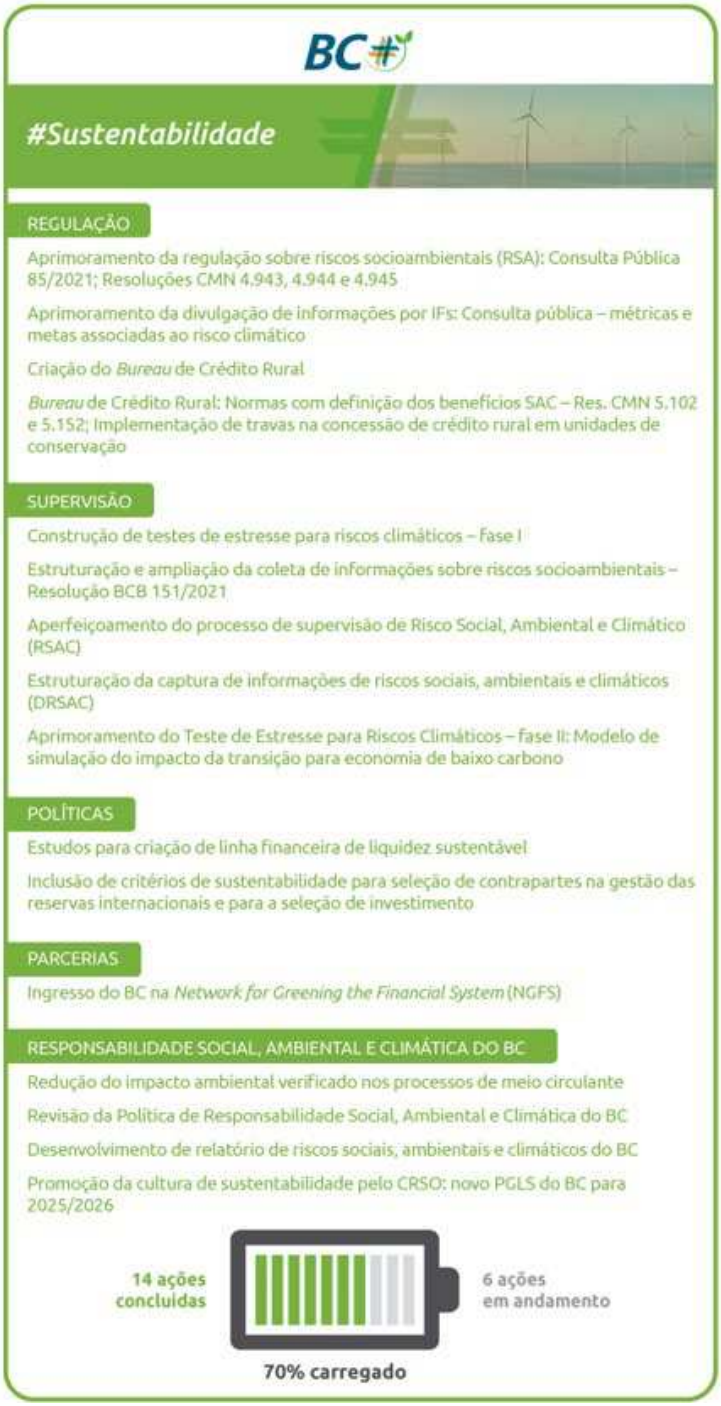
Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Dentro do objetivo estratégico de sustentabilidade, as iniciativas visam a promover finanças sustentáveis e a gerenciar riscos e responsabilidades sociais, ambientais e climáticos na economia e no SFN. A intervenção foca nos cenários de atuação do BC e inclui os diversos agentes do sistema econômico-financeiro. Também busca ampliar recursos do SFN para projetos sustentáveis, incentivar a troca de experiências, adotar melhores práticas internacionais e promover alinhamento à agenda global de sustentabilidade.

Essas ações fortalecem a posição do BC como referência em finanças sustentáveis, contribuindo para um sistema financeiro mais seguro e preparado para os desafios climáticos. Entre as iniciativas, podemos destacar: (i) aprimoramento da regulação ambiental, social e de governança (ASG), em que as instituições financeiras de maior porte terão de elaborar e divulgar, a partir de 2026, juntamente com suas demonstrações financeiras, relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade; (ii) aperfeiçoamento de regras de divulgação de relatório de riscos climáticos no setor financeiro, incluindo dados quantitativos; (iii) redução de custos e simplificação de normas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); (iv) suporte à inovação tecnológica sustentável, com destaque para o Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (LIFT) Data; (v) estudos sobre o risco climático; e (vi) participação em eventos no âmbito da COP30, entre outros.

Pág. 11 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16



Pág. 12 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

1 Governança

Este capítulo compreende informações sobre propósito, estratégia, materialidade, estrutura, integridade e políticas do BC, além da gestão integrada dos riscos corporativos envolvidos. O forte engajamento do BC a ações de sustentabilidade no âmbito internacional também compõe este capítulo.

1.1 Propósito e estratégia

O BC é uma autarquia federal de natureza especial e autônoma criada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com autonomia estabelecida pela Lei Complementar 179, de 24 de fevereiro de 2021. Sua missão é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

O planejamento estratégico do BC estabelece foco para sua atuação. O BC executa e monitora, atualmente, o Plano Estratégico Institucional (PEI-BC) formulado inicialmente para o período de 2020 a 2023, que foi estendido até 2025, permitindo o alinhamento do PEI-BC com o mandato da presidência do BC, que é de quatro anos não coincidentes com o mandato da presidência da República. Periodicamente, o Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC) se reúne para avaliação das ações estratégicas e identificação da necessidade de planejamento de novas ações. O PEI-BC está alinhado ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 por meio do programa finalístico 4103 – Sistema Financeiro do Futuro. O objetivo desse programa é “Fomentar a eficiência e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, contribuindo para a maior inclusão financeira de cidadãos e de empresas e para o incentivo às finanças sustentáveis”.

O programa Sistema Financeiro do Futuro abrange três objetivos específicos:

- promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos;
- aprimorar a resiliência operacional do SFN, promovendo ações para fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas; e
- ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, história dos instrumentos de pagamentos, conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

Pág. 13 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

As iniciativas do BC na seara da sustentabilidade abrangem os diversos participantes do ambiente econômico-financeiro. Busca-se, assim, uma troca de experiências, com implantação das melhores práticas nacionais e internacionais no tema e o alinhamento à agenda mundial de sustentabilidade.



Tendo em vista o propósito e a estratégia do BC, é possível notar contribuições para pelo menos nove dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas no documento *Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, que envolvem temáticas como crescimento econômico inclusivo, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades.

Dentre todos os ODS para os quais o BC contribui, destacam-se os objetivos 4, 8, 13 e 17. Um exemplo de iniciativa que contribui para o alcance do ODS 17, de fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, é o *Bureau* de Crédito Rural, que trouxe maior rigor à conformidade ambiental dos empreendimentos na

Pág. 14 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

concessão desse tipo de crédito. Mais informações sobre essa iniciativa podem ser obtidas no próximo capítulo, *Planeta*.

O Programa Aprender Valor é outro exemplo de iniciativa do BC que contribui para o alcance de um desses objetivos, o ODS 4, que envolve a promoção de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento ao longo da vida para todos. Esse programa leva educação financeira de forma gratuita a estudantes, professores e gestores do ensino fundamental da rede pública. Mais informações sobre essa iniciativa podem ser obtidas no capítulo *Pessoas*.

O ODS 8 consiste em promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável; emprego pleno e produtivo; e trabalho decente para todos. O Pix é um exemplo de ação do BC que contribui para o alcance da meta 8.10, que envolve o incentivo à expansão do acesso aos serviços bancários e financeiros para todos. Mais informações sobre essa iniciativa podem ser obtidas no capítulo *Prosperidade*.

O BC também é um dos órgãos governamentais que implementam ações que contribuem para o alcance da meta 13, que visa combater as alterações climáticas e seus impactos. Destaca-se, aqui, por exemplo, os trabalhos realizados no âmbito da presidência brasileira do Grupo dos 20 (G20), como a "Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas", que podem ser lidos com mais detalhe na seção 1.4 do capítulo *Governança*.

Sobre a materialidade do RIS, cabe destacar que o processo de definição do que é reportado neste relatório tem diversas fases e fontes. Os tópicos que o compõem são materiais para as principais partes interessadas, a sociedade e para o BC. Para identificação dos temas, ao longo do ano são analisados as notas à imprensa, os relatórios de estabilidade financeira e de política monetária. As decisões da Diretoria Colegiada do BC e GRC são acompanhadas por meio de votos e comunicações. Os debates no âmbito do Comitê Economia Sustentável (Ecos) e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional (CRSO) também são utilizados como fontes de informação. Além disso, as ações estratégicas do BC são monitoradas e os resultados das consultas públicas realizadas são acompanhados. A estrutura de governança da instituição é apresentada na seção a seguir, levando-se em conta o foco na sustentabilidade.

A partir desses insumos, os principais temas em sustentabilidade que foram importantes na atuação do BC no período deste relatório são selecionados e priorizados de acordo com o potencial para geração de valor para a sociedade.

1.2 Estrutura, políticas e integridade

O BC é administrado por uma Diretoria Colegiada, formada por um presidente e oito diretores. Seus dirigentes são escolhidos pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Os mandatos do presidente e dos diretores do BC são de quatro anos, não coincidentes com o do Presidente da República. A cada ano, dois diretores tomam posse de maneira que o começo do mandato dos membros da Diretoria ocorra de forma alternada. O presidente e os diretores do BC podem ser reconduzidos uma vez ao cargo. O Presidente do BC representa a autarquia no país e no exterior ao se relacionar com outros bancos centrais, instituições financeiras estrangeiras e organismos internacionais.

Os colegiados corporativos representam as principais instâncias decisórias do BC. Na Alta Administração, o presidente e os diretores do BC compõem os seguintes comitês deliberativos:

Pág. 15 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

- o Comitê de Política Monetária (Copom), que define a meta da taxa básica de juros da economia (taxa Selic);
- o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), que estabelece diretrizes para a manutenção da estabilidade financeira e a prevenção da materialização do risco sistêmico – ou seja, o risco de ocorrência de interrupção de serviços financeiros essenciais às famílias e às empresas – que prejudique significativamente a economia brasileira;
- o Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC), que define diretrizes relativas à governança corporativa, à gestão estratégica e à gestão de riscos e controles internos; e
- o Comitê de Administração (Coad), que define diretrizes e estratégias relativas aos temas relevantes para a administração interna, bem como adota medidas para a sistematização de práticas no âmbito do BC.

O organograma completo está disponível aqui.

A estrutura de governança do BC é complementada por atores externos que contribuem, orientam e fiscalizam as práticas do BC. Tais atores são representados pela própria sociedade e por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O BC também compartilha experiências, adota as melhores práticas e segue recomendações de governança de organismos internacionais, com destaque para o Banco de Compensações Internacionais (BIS), o G20, o Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board – FSB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Grupo de Ação Financeira (GAFI) e a NGFS.

O modelo de governança do BC representa o desejável equilíbrio entre a conformidade e a performance por meio de seis pilares: autonomia, liderança, estratégia, *accountability*, integridade e transparência. As práticas de governança do BC seguem as recomendações de órgãos federais de controle, códigos de governança e organismos internacionais, além de espelhar, na medida do possível, as melhores práticas de outros bancos centrais. Mais informações podem ser acessadas na página do Relatório Integrado do Banco Central (RIG).

O Diretor (ou a Diretora) de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos (Direx) possui o papel de promover a coordenação dos esforços das áreas do BC relacionados a finanças verdes e riscos climáticos conforme estabelece o Regimento Interno do BC, na Seção II, art. 15, inciso XI.

Para isso, conta com a Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio (Gerip), unidade que somou às suas atribuições, em 2022, a coordenação e a promoção da agenda de sustentabilidade do BC. Essas iniciativas são naturalmente transversais na estrutura organizacional e envolvem diferentes departamentos do BC, os quais atuam de acordo com as competências e atribuições estabelecidas.

O Direx coordena também o Ecos, comitê criado em 2021 com o objetivo de promover o debate e a integração das iniciativas, projetos e atividades relativas à sustentabilidade, abrangendo também as ações relativas à gestão dos RSAC e seus impactos na economia e no SFN.

A atuação da Gerip e do Ecos garante que as unidades de negócio do BC, o presidente e os diretores estejam bem-informados sobre a vasta gama de iniciativas relacionadas à sustentabilidade na instituição. Dessa forma, as iniciativas desenvolvidas nos diversos departamentos podem ser acompanhadas com uma visão estratégica e integrada pelos membros da Diretoria Colegiada.

Pág. 16 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 25

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Por sua vez, o Diretor (ou a Diretora) de Administração (Dirad) coordena o CRSO, comitê que possui como uma de suas principais competências a elaboração, revisão, divulgação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), além da gestão interna para condução das atividades e processos próprios do BC de forma sustentável.

O CRSO foi criado, em 2017, no mesmo ato normativo que estabeleceu a Política de Responsabilidade Socioambiental do BC, atualizada para a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco Central do Brasil – PRSAC-BC em junho de 2024. Essa atualização aconteceu em linha com o exigido pelo BC ao SFN com vistas a manter um sistema prudente na condução de suas atividades e sólido o bastante para absorver possíveis impactos de eventos climáticos indesejados.

Como regulador, cabe ao BC refletir sobre suas próprias políticas, que tendem a ser um importante instrumento de orientação estratégica e transformação tanto internamente quanto no âmbito do SFN, além de um elemento reputacional relevante.

As políticas são um conjunto de princípios e orientações adotado pela alta administração ou por instâncias estratégicas de governança para alcançar melhores resultados. Especificamente, a PRSAC-BC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a ser observado pelo BC na condução das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

A governança é fundamental para garantir a execução da PRSAC-BC, e, para tanto, conta com uma robusta estrutura. Além dos já citados GRC, Direx, Dirad, Ecos, CRSO, e Gerip, o BC conta com os especialistas em temas de sustentabilidade, que o representam em grupos de trabalho, forças-tarefa e grupos de estudos, e com os demais componentes organizacionais da instituição, bem como equipes dedicadas a iniciativas relacionadas às temáticas social, ambiental e climática.

Compete ao Ecos e ao CRSO promover a análise e o debate para elaboração de recomendações frente a propostas de revisão da PRSAC-BC em suas temáticas, e compete à Gerip consolidar as propostas de revisão e coordenar, com a estrutura de governança da política, a sua revisão.

A cada área da instituição compete implementar a PRSAC-BC, monitorar e avaliar os resultados obtidos. Por fim, cada diretor deverá incentivar as unidades a ele subordinadas a debater e a prever, em seus processos de planejamento anual, ações que visem a atender aos objetivos, aos princípios e às diretrizes da PRSAC-BC.

Entre os objetivos específicos da PRSAC-BC estão: contribuir para o desenvolvimento sustentável do país em suas três dimensões, social, ambiental e econômica; estimular a cultura de sustentabilidade na instituição; e estimular as instituições integrantes do SFN a participarem do processo de desenvolvimento equilibrado do país, promovendo as finanças sustentáveis, a responsabilidade e o gerenciamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticos do sistema.

Elevados padrões de conduta e de promoção da integridade fazem parte do dia a dia do BC. Eles se materializam em ações como o Programa de Integridade e a adoção de Código de Conduta dos Servidores próprio da instituição. O Programa de Integridade do BC reúne também medidas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes. O Plano de Integridade para o biênio 2024-2025, que inclui ações voltadas à transparência, ao acesso à informação, à ética e à

Pág. 17 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

prevenção, encerrou 2024 com oito ações concluídas e seis incluídas, entre elas a revisão, em andamento, do Código de Conduta dos Servidores do BC.

1.3 Gestão integrada de riscos corporativos

O BC possui uma estrutura de gestão de riscos corporativos robusta e bem estabelecida com modelos baseados nas melhores práticas internacionais. Ao adotar a abordagem de *Enterprise Risk Management* (ERM), a gestão de riscos busca avaliar a exposição do BC de forma abrangente, considerando não só os diferentes tipos de riscos incorridos, mas também a interação entre eles.

Como parte da Política de Gestão Integrada de Riscos do Banco Central do Brasil (PGR-BC), as informações geradas no âmbito do processo de gestão de riscos corporativos, por meio de metodologia específica, servem de apoio à tomada de decisão e buscam o fortalecimento da defesa dos processos da organização. Em outras palavras, a gestão de riscos identifica, avalia, controla e mitiga a possibilidade de perdas, além de criar e proteger valor.

No nível estratégico, destaca-se o uso das informações de risco como subsídio para a tomada de decisão da alta administração, por exemplo, na alocação de recursos e na definição de ações estratégicas.

Uma vez tomada a decisão, a gestão dos riscos atua no nível operacional, possibilitando que a implementação dessa decisão seja realizada de forma controlada após a adoção de medidas adicionais de mitigação de risco, quando necessárias. No nível tático da organização, por sua vez, os dados gerados pela gestão de riscos servem como elementos complementares entre as abordagens de decisão e de defesa.

Os RSAC fazem parte da PGR-BC e são componentes dos modelos utilizados para as diferentes tipologias de risco, de forma a permear a cadeia de valor do BC, alcançando todos os seus processos. Isso permite o gerenciamento desses riscos, bem como a sua consideração no processo decisório.

1.3.1 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos correspondem à mensuração da incerteza relativa aos potenciais eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento da missão institucional do BC ou de seus objetivos estratégicos. Além da mensuração desses impactos, por meio da análise da magnitude dos possíveis efeitos para os objetivos estratégicos, outro fator considerado é a probabilidade de ocorrência de cada risco.

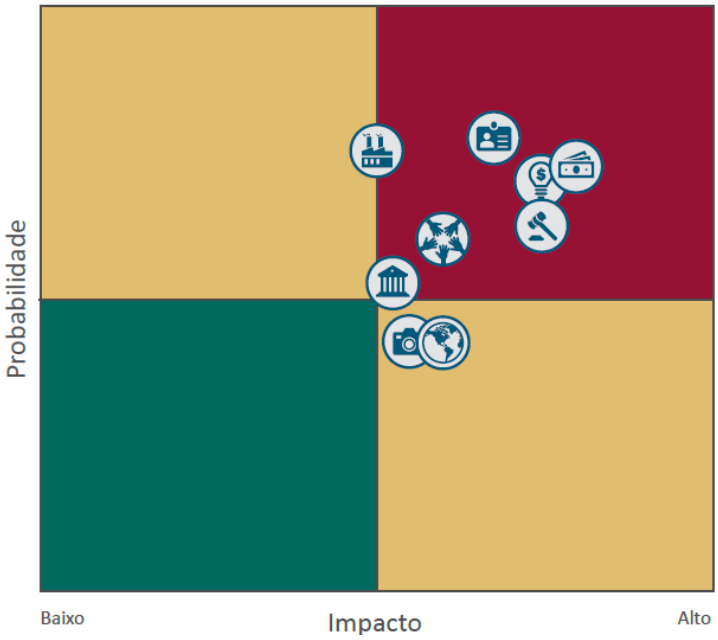
A identificação e a mensuração dos riscos estratégicos são realizadas por intermédio de modelo de percepção por consenso[1], seguido de *expert judgment*[2], cujos resultados compõem a matriz de riscos estratégicos do BC. Por fim, a análise conjunta da criticidade possibilita conhecer os principais riscos estratégicos com sugestão de maior prioridade de tratamento, ou seja, de definição de respostas para redução da exposição do BC aos riscos identificados.

[1] Modelo de percepção por consenso: modelo desenvolvido pelo BC e composto de rodadas para avaliação de riscos com a participação de especialistas do BC até que seja alcançado o consenso a respeito da relevância dos riscos e de suas mensurações.
[2] *Expert judgment*: validação pelos membros do GRC dos riscos mapeados no modelo de percepção por consenso, e eventual reavaliação.

Pág. 18 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Encontra-se a seguir a ilustração da matriz de riscos estratégicos de 2025 referente ao objetivo estratégico "Promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos socioambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro" e riscos de outros objetivos estratégicos que se relacionam com o tema, além de suas principais medidas de mitigação.



A. Falta de recursos humanos e financeiros para novos estudos no tema

Riscos provenientes da falta de recursos humanos e financeiros no BC para acompanhar discussões nos organismos internacionais que estabeleçam novos padrões regulamentares, recomendações e *guidance* sobre sustentabilidade no mercado financeiro. Além disso, o tema demanda a construção de novos projetos que podem esbarrar em restrições de número de pessoas preparadas e disponíveis no BC a se engajar em tais iniciativas.

A instituição tem atuado em diferentes frentes para mitigar os riscos voltados a seus recursos humanos de uma forma ampla, seja para atração de novos servidores por concurso público, seja para retenção das pessoas da carreira com conhecimento e experiência. De toda forma, a construção da dimensão Excelência na Agenda BC# demonstra a priorização dada a esse tema no escopo de atuação do BC.

B. Estabilidade econômico-financeira relacionada à sustentabilidade

A possibilidade de perturbações à estabilidade do SFN motivada pela ocorrência de eventos climáticos, ambientais e sociais é um risco em destaque. Eventos extremos, como as enchentes de 2023 e 2024 no estado do Rio Grande do Sul, têm se tornado mais frequentes e severos, impactando a estabilidade econômico-financeira local e, potencialmente, afetando o SFN.

Pág. 19 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

O monitoramento tempestivo da saúde financeira de cooperativas de crédito e a atuação do governo federal no enfrentamento de catástrofes são ações mitigadoras do risco. Adicionalmente, o BC tem aprimorado a divulgação de informações por Instituições Financeiras, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

C. Aumento da inflação por questões ambientais



Risco de elevação na inflação causada por eventos relacionados às questões sociais, ambientais e climáticas. Esses eventos podem ser físicos, como eventos climáticos extremos, ou crônicos, associados a mudanças graduais no clima, por exemplo, a alta de alimentos decorrentes de quebras de safra e a elevação no custo da energia. Há ainda os riscos decorrentes de mudanças na sociedade devido a uma transição para uma economia de baixo carbono.

As ações do BC nesse quesito se referem a estimar os efeitos dos RSAC na economia e no SFN por meio da adaptação de modelos macroeconômicos para a simulação de eventos desse tipo e da avaliação dos efeitos econômico-financeiros desses riscos. Há também estudos para propor indicadores de mudança climática e de sustentabilidade. Na Conferência Global da *Data Gaps Initiative*, do G20, e no *Workshop* sobre Finanças Sustentáveis, foram discutidos desafios e soluções relacionados à produção desses indicadores. Mais detalhes sobre essas iniciativas encontram-se em 1.4.1.2 Conferência global e *Workshop* temático sobre Finanças Sustentáveis – G20 *Data Gaps Initiative* 3 (DGI-3).

D. Falha na coordenação das ações



Risco de falha na coordenação de ações institucionais em resposta aos riscos climáticos, sociais e ambientais para a economia brasileira. Possíveis consequências na materialização desse risco de falha na coordenação são incertezas relacionadas ao cumprimento de padrões e acordos sobre o clima entre os países que, por sua vez, podem impactar fluxo de investimentos para o Brasil.

Para o enfrentamento desse risco, o BC destacou dentro da Agenda BC# a dimensão Sustentabilidade para promover transparência e efetividade nas ações dentro do seu âmbito de atuação e facilitar a coordenação entre agentes econômicos. Ainda nesse sentido, o BC está desenvolvendo programa, utilizando modelo de Equilíbrio Geral Computável (*computable general equilibrium* – CGE), para a estimação dos efeitos de riscos socioambientais na economia e no SFN.

Pág. 20 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

E. Risco legal



Risco de litígios judiciais e extrajudiciais envolvendo questões sociais, ambientais e climáticas relacionados à atuação do BC como autoridade monetária ou como regulador e supervisor do SFN, inclusive quanto à extensão de seu mandato legal, ou à atuação de entidades reguladas, quando tais litígios apresentarem relevância sistêmica.

Esse risco é mitigado por meio de monitoramento e ação preventiva junto a instâncias judiciais e órgãos de controle, inclusive para fins de obtenção de insumos para o desenvolvimento permanente da Agenda BC#, dimensão Sustentabilidade.

F. Práticas não sustentáveis em Instituições Financeiras



No uso do poder regulador, fiscalizador e sancionador do SFN, o BC está atento às práticas dos agentes financeiros em relação ao atendimento das melhores práticas ASG.

Desse modo, em atendimento à legislação atinente ao tema, o BC trabalha na fiscalização das instituições financeiras, acompanhando a possibilidade de ocorrência de eventos em que as melhores práticas não sejam seguidas. O aprimoramento do gerenciamento dos RSAC no SFN e a criação do *Bureau* de Crédito Rural também atuam com vistas à mitigação desse risco e demonstram o cuidado do BC em relação ao tema.

G. Riscos de imagem



Riscos de não alcançar a visão do BC em ser reconhecido pela promoção da sustentabilidade no sistema financeiro. Além disso, há o risco de percepção internacional de falta de ação efetiva do Brasil em relação a mudanças climáticas.

A atuação do BC em suas ações corporativas para o alcance de sua missão, em particular no que se refere aos riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticos, buscando a transparência com a divulgação de sua Agenda BC# dimensão Sustentabilidade e publicação deste relatório, mitigam o risco de imagem. Além disso, dentre outras ações, a inclusão do tema social e ambiental no Museu de Economia do BC, e o trabalho do CRSO também atuam como veículo de mitigação dos riscos de imagem.

H. Desafios para a redução da pegada de carbono do BC



A complexidade das mudanças necessárias e a resistência a novas práticas sustentáveis podem impor desafios para o BC implementar transformações internas e reduzir sua própria pegada

Pág. 21 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

de carbono, o que poderia afetar a imagem e a credibilidade da Instituição em seu compromisso com a redução de impactos ambientais.

Para mitigar esses desafios, o BC, por meio das ações estratégicas, promove a cultura de sustentabilidade pelo CRSO e desenvolve o inventário de gases de efeito estufa (GEE) dos prédios em Brasília e nas regionais. Com esses dados, o BC pode identificar áreas críticas e implementar medidas específicas para reduzir suas emissões, como melhorias na eficiência energética e adoção de tecnologias mais limpas.

I. Adesão às práticas internacionais



Risco de ser visto como um banco central não aderente às recomendações de organismos internacionais sobre o risco ambiental e climático. A materialização desse risco pode impactar a confiança dos investidores no país. Esse risco também pode ser potencializado em função de divergências entre países na adesão, condução e continuidade de iniciativas e compromissos decorrentes da agenda de sustentabilidade.

O Brasil tem o compromisso de implementar as recomendações estabelecidas pelo FSB e pelo *Basel Committee on the Banking Supervision* (BCBS), e participa ativamente dos grupos de trabalho voltados aos debates sobre possíveis impactos das mudanças climáticas para o setor financeiro. Ao aderir à NGFS, o BC também demonstra publicamente seu compromisso em relação às melhores práticas internacionais de transparência em sustentabilidade.

Além das ações sumariamente citadas nesta seção, diversas iniciativas foram ou estão sendo desenvolvidas a fim de mitigar ou prevenir os RSAC, conforme relatado ao longo deste relatório.

1.3.2 Riscos operacionais

Dentre os riscos operacionais, destacam-se neste relatório aqueles relativos a possíveis impactos ambientais nos processos internos de trabalho:

- inundações nos prédios do BC provocadas por condições ambientais extremas de modo a afetar a manutenção das operações, ou provocar danos a ativos físicos, documentais ou mesmo a pessoas. A principal resposta estabelecida, além de controles para evitar danos, é o acionamento de planos de continuidade de negócios e contingências. Lembra-se que esse risco, mapeado internamente desde 2016, materializou-se com as fortes chuvas de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul e os planos de continuidade de negócios do BC, que já contemplavam esse cenário extremo, foram acionados tempestivamente. Assim, foi possível evitar o comprometimento dos processos internos críticos executados naquela regional;

Pág. 22 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

- falta de água nas instalações do BC de modo a afetar a manutenção das operações. Os planos de continuidade de negócios da instituição também contemplam esse cenário para evitar o comprometimento dos processos internos críticos;
- desastres naturais que provoquem falhas em equipamentos de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, e podem levar à indisponibilidade de sistemas críticos e paralisação de processos operacionais. Novamente, a resposta a riscos dessa natureza envolve planos de continuidade de negócios e contingências.

1.4 Parcerias e engajamento internacional

O Brasil consolidou-se como referência em finanças sustentáveis, destacando-se entre 66 economias emergentes no relatório *Global Progress Brief 2024*, elaborado pela Sustainable Banking and Finance Network (SBFN), IFC. O documento avalia políticas, regulações e iniciativas voluntárias — como a autorregulação — e classifica o Brasil em estágio "consolidado", ao lado de países como China, Indonésia, Colômbia, México e Geórgia. Esse reconhecimento reflete o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável, preparando o setor financeiro para desafios futuros e promovendo práticas que beneficiem tanto a economia quanto o meio ambiente.

Um dos pilares desse avanço tem sido o engajamento do BC com uma ampla rede de atores nacionais e internacionais, incluindo outros bancos centrais, autoridades de supervisão, organismos multilaterais, investidores, agências de *rating*, blocos regionais e agências de cooperação. Essas interações ocorrem por meio de cooperação técnica, trocas de informações, participação em grupos de trabalho e eventos internacionais.

No campo da cooperação técnica internacional, o BC é frequentemente procurado por instituições estrangeiras para compartilhar sua experiência em temas ASG. Entre os temas abordados nas trocas recentes estão a agenda de sustentabilidade do BC, inclusão financeira de mulheres, educação financeira, desafios de comunicação e adaptação do ambiente de trabalho às necessidades dos servidores, entre outros.

Diante da crescente importância da sustentabilidade para os bancos centrais, o BC decidiu ampliar os resultados obtidos na primeira fase do Projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS I, 2018–2022), desenvolvido em parceria com o governo da Alemanha. Essa iniciativa fortaleceu a capacitação interna e possibilitou o aprimoramento da supervisão dos RSAC no SFN. A nova fase, FiBraS II (2022–2026), inclui novos treinamentos e consultorias, além de ferramentas que apoiarão a realização de testes de estresse climáticos, o estabelecimento de indicadores para monitorar e analisar a eficácia do SFN em assuntos de sustentabilidade, e o aprofundamento do uso de geotecnologias no monitoramento do crédito rural e do Proagro.

Entre as ações recentes do FiBraS II, destaca-se o seminário "Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática no Setor Financeiro Brasileiro: da Responsabilidade à Gestão dos Riscos", realizado em 24 e 25 de junho de 2025, em São Paulo. O evento foi organizado em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Tendo como público-alvo representantes das Entidades Supervisionadas (ESs), a agenda do seminário foi dividida de modo que no primeiro dia foram debatidos tópicos relacionados à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Nessa ocasião, representantes do BC, da GIZ, do Banco Central Europeu (ECB), da Autoridade Bancária Europeia (EBA), do Ministério da Fazenda, da academia

Pág. 23 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

e das ESs compartilharam seus olhares sobre tópicos relevantes como a agenda regulatória, o olhar da supervisão prudencial, a TSB, a transição justa, a educação financeira, o combate ao financiamento ao desmatamento ilegal e os desafios na implementação da PRSAC pelas ESs. Já no segundo dia, os debates foram centrados nos requisitos e práticas relacionados ao gerenciamento dos RSAC. Os painéis versaram sobre perspectivas da supervisão prudencial a partir de trabalhos realizados, estudo técnico para exposição a riscos relacionados à natureza (*nature-related risks*), governança específica para RSAC, testes de estresse climáticos, tratamento do risco climático físico e de transição pelas ESs, *bureau* de crédito rural e sessão dedicada a dados, métricas e indicadores, tópico que tem sido alvo de atenção em fóruns internacionais. O seminário despertou elevado interesse de representantes das ESs, e foi marcado por debates profundos e intensa interação com o público.

Reforçando seu papel internacional, o BC sediou, também em junho de 2025, o VI Encontro de Chefes de Gestão de Riscos Financeiros em Bancos Centrais, em parceria com o Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA). O evento abordou diferentes dimensões de risco, bem como o uso de inteligência artificial na análise de riscos e critérios ASG

Ainda no âmbito das parcerias, em 2023 o BC firmou acordo com a Agência Francesa de Cooperação Técnica Internacional (Expertise France) e a Embaixada da França no Brasil para receber uma especialista em finanças sustentáveis. Atuando por dois anos junto às equipes do BC, a profissional contribuiu com a avaliação de riscos relacionados à perda de biodiversidade no SFN. A cooperação, alinhada à Agenda BC#, encerrada em maio de 2025, trouxe subsídios importantes para as equipes que regulam e supervisionam o tema no BC.

O BC também participa de diversos fóruns e organismos internacionais, com destaque à sua participação no BCBS, no FSB e na NGFS, que contam com grupos específicos para discutir as questões climáticas e seus possíveis impactos no sistema financeiro. No âmbito da NGFS, composta por bancos centrais e autoridades de supervisão financeira, o BC integra o Comitê Diretor (*Steering Committee*), instância responsável pela definição das diretrizes estratégicas da rede. Nesse fórum, são discutidos temas centrais como cenários climáticos, política monetária, macroeconomia, supervisão e dados. A participação do BC nesse comitê adquire especial relevância diante da realização da COP30, ocasião em que, pela primeira vez, deve-se debater de forma estruturada as implicações das mudanças climáticas na formulação de políticas por parte dos bancos centrais. Nessa atuação destacam-se também as presidências brasileiras do G20 e dos BRICS, em 2024 e 2025, respectivamente.

1.4.1 Presidência brasileira do G20

Em 2024, o Brasil assumiu a presidência rotativa do G20, grupo que reúne as dezenove maiores economias do mundo mais a União Europeia e a União Africana. Sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, a presidência brasileira priorizou a redução das desigualdades, com foco em inclusão social, combate à fome e à pobreza, transições energéticas, desenvolvimento sustentável e reforma das instituições de governança global. Nesse contexto, foram propostas duas forças-tarefa: uma para a criação de uma “Aliança Global contra a Fome e a Pobreza” e outra voltada à “Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas”.

O Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (SFWG) do G20 teve papel central na promoção dessa agenda. Durante o ano, o grupo abordou temas como os desafios na implementação relacionados aos padrões de relatórios de sustentabilidade, especialmente para pequenas e

Pág. 24 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

médias empresas e em economias emergentes e em desenvolvimento; a melhoria do funcionamento de fundos ambientais internacionais, visando facilitar o acesso a recursos e atrair investimentos; o desenvolvimento de princípios de alto nível para planos de transição justa; e a avaliação da eficácia de soluções financeiras baseadas na natureza, incluindo propostas como trocas de dívida por natureza e financiamento combinado (*blended finance*). Essas discussões resultaram em um relatório de progresso[3] com recomendações para o avanço da agenda.

Por sua vez, a Força-Tarefa pela Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas[4] foi criada para estabelecer uma agenda de alto nível voltada a políticas e transformações estruturais compatíveis com as metas do Acordo de Paris, buscando limitar o aquecimento global a menos de 2°C, preferencialmente 1,5°C. A iniciativa também promoveu o diálogo técnico entre os membros do G20 e diferentes órgãos governamentais, integrando as mudanças climáticas à agenda econômica global.

No campo da inclusão financeira, a Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI) concentrou-se no acesso qualificado e sustentável a serviços financeiros, especialmente para populações vulneráveis. A principal prioridade foi o bem-estar financeiro, com ênfase na qualidade e segurança dos serviços, destacando a necessidade de políticas que considerem a capacidade das pessoas de viver com segurança financeira, lidar com imprevistos, e planejar o futuro com confiança.[5] A GPFI também elaborou um diagnóstico[6] sobre os 1,5 bilhão de adultos ainda excluídos financeiramente, identificando barreiras e propondo políticas e indicadores práticos para garantir uma inclusão efetiva e alinhada às necessidades dessas populações.

Ainda sob a presidência brasileira, o BC e o BIS Innovation Hub (BISIH), com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), BID Lab e Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac), realizaram a quinta edição do G20 TechSprint — um concurso internacional voltado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para desafios enfrentados por bancos centrais e reguladores. Mais detalhes sobre essa iniciativa são apresentados a seguir.

1.4.1.1 G20 *TechSprint* 2024

O *hackathon* TechSprint busca anualmente as melhores inovações tecnológicas voltadas para desafios e prioridades comuns da comunidade regulatória e de bancos centrais. O objetivo dessa edição foi estimular o desenvolvimento das finanças sustentáveis, com desafios alinhados às prioridades do G20, que incluem alterações climáticas, degradação ambiental e redução da pobreza.

Foram abertos três desafios. No primeiro, buscou-se soluções tecnológicas inovadoras que pudessem ser utilizadas para incentivar e atrair investimentos sustentáveis e inclusivos orientados à biodiversidade e à preservação da natureza. No segundo, foram buscadas soluções que melhorassem a coleta, a agregação e a análise de dados ASG (com garantia de qualidade de alto nível, por exemplo, uso de unidades corretas e soma das partes correspondendo ao total) para facilitar a devida diligência, a divulgação e a gestão de riscos e oportunidades ASG por parte

[3] 2024 G20 Sustainable Finance Report
[4] Força-tarefa para Mobilização Global Contra a Mudança do Clima (GMCC)
[5] Ver o documento G20 Policy Note on Financial Well-being
[6] Ver o documento G20 Policy Options to Improve Last Mile Access and Quality Inclusion

Pág. 25 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 34

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

de grandes, médias e pequenas empresas, investidores, instituições financeiras, reguladores e supervisores.

Finalmente, no terceiro desafio, foram buscadas soluções orientadas a dados de código aberto que pudessem ser utilizadas para apoiar decisões financeiras e a alocação de capital alinhadas com os ODS, incluindo preservação da biodiversidade, alterações climáticas, educação e inclusão financeiras, energia limpa, redução da pobreza, dentre outros. Essa declaração de problema centrou-se intencionalmente em dados ou soluções de código aberto que fossem acessíveis a todos como um bem público a custo zero (ou baixo), e sobre os quais outras soluções pudessem ser construídas para promover os ODS.

O G20 *TechSprint* atraiu um número recorde de 110 projetos de 21 países diferentes, dos mais diversos continentes. O Brasil foi responsável pelo maior número de submissões, 55% das propostas. Os vencedores, dentre 15 finalistas, foram anunciados em novembro de 2024 e o primeiro colocado para cada um dos três desafios recebeu um prêmio de USD 25 mil.

Entende-se que essa ação foi um passo importante para estimular a inovação tecnológica financeira em direção ao que o planeta, a sociedade e a economia precisam de forma sustentável. Maiores informações sobre os três desafios e a iniciativa como um todo podem ser obtidas aqui e no relatório final.

1.4.1.2 Conferência global e *Workshop* temático sobre Finanças Sustentáveis – G20 *Data Gaps Initiative* 3 (DGI-3)

Em junho de 2024, o BC sediou a Conferência Global da *Data Gaps Initiative* (DGI), organizada anualmente pelo FMI, em colaboração com o *Inter-Agency Group on Economic and Financial Statistics* (IAG) e o FSB. O evento teve como foco a busca por soluções para os principais desafios na produção de dados relacionados à sustentabilidade climática, à desigualdade e à inclusão financeira, temas alinhados às prioridades da Presidência Brasileira do G20.

A DGI foi proposta pelos principais organismos internacionais (tais como FMI, BIS, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Mundial, entre outros) e endossada pelo G20 após a crise financeira de 2008 com o intuito de contribuir para a estabilidade financeira internacional a partir da disseminação de estatísticas oficiais de alta qualidade alinhadas às melhores práticas e padrões metodológicos internacionais. Essa iniciativa traz benefícios de longo alcance para a sociedade, analistas econômicos, pesquisadores e o próprio BC ao assegurar a qualidade dos dados fornecidos para decisões de política.

A autarquia participa ativamente da DGI desde o seu início e desempenha papel destacado entre as instituições brasileiras participantes.

Em maio de 2025, também no âmbito da DGI, o BC sediou o *Workshop* Temático sobre Finanças Sustentáveis, tema que corresponde a uma das 14 recomendações da fase 3 da iniciativa. O evento contou com a participação de representantes de 19 países e de 4 organismos internacionais e reuniu contribuições e experiências com a produção de estatísticas sobre títulos e ações verdes e sustentáveis. O BC apresentou aspectos do mercado de finanças sustentáveis no Brasil e detalhou o andamento do processo de implementação da coleta de dados e da produção de estatísticas sobre esses instrumentos, cuja publicação tem previsão para o início de 2026.

Pág. 26 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

1.4.2 Presidência Brasileira dos BRICS

Em 2025, o Brasil assumiu a Presidência do BRICS, participando o BC, juntamente com o Ministério da Fazenda, da trilha financeira do grupo. O BC lidera discussões estratégicas sobre políticas econômicas e sobre supervisão dos sistemas financeiros, tendo como uma de suas prioridades a especial atenção à agenda climática e de sustentabilidade. As prioridades da trilha financeira da Presidência brasileira refletem o compromisso coletivo dos países-membros com o fortalecimento da resiliência financeira frente aos riscos climáticos e com o compartilhamento de experiências e práticas entre os membros do grupo.

Entre essas prioridades, relacionadas à agenda do clima, destacam-se: a promoção da convergência regulatória no financiamento climático, com vistas à harmonização de práticas e à ampliação da transparência e comparabilidade entre os países; a busca por alternativas de financiamento à transição climática, por meio do desenvolvimento de instrumentos inovadores e do estímulo à mobilização de recursos públicos e privados; e a construção de uma oportunidade de diálogo entre os países do BRICS que sirva como preparação para a COP30, promovendo maior alinhamento entre as agendas nacionais e os compromissos globais de descarbonização.

No âmbito da linha de trabalho sobre Transição Climática e Finanças Sustentáveis, foi conduzida pesquisa com bancos centrais e autoridades supervisoras dos países-membros. O objetivo foi mapear práticas e abordagens de monitoramento e regulação de riscos climáticos, com foco na integração desses riscos aos arcabouços prudenciais e de supervisão.

A análise contemplou os seguintes aspectos: abordagens de monitoramento dos riscos climáticos; estruturas regulatórias e de supervisão existentes e em desenvolvimento; métodos de identificação, classificação e mensuração de riscos físicos e de transição; aplicação de testes de estresse climático, com diferentes horizontes temporais e cenários (inclusive NGFS e Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática - IPCC); práticas de governança e gestão de riscos nas instituições financeiras.

Destaca-se que os países do BRICS demonstraram avanços significativos na supervisão dos riscos climáticos, embora em estágios distintos de maturidade. O Brasil, por exemplo, já possui arcabouço formal para integração dos riscos climáticos, incluindo exigências de divulgação de emissões financiadas (Escopo 3), e testes de estresse climático com cenários de longo prazo.

1.4.3 International Financial Consumer Protection Organisation (FinCoNet)

O BC participa da FinCoNet, organização internacional que congrega supervisores de conduta de todo o mundo. Destaca-se que, em 2025, sob presidência do BC, o organismo instituiu um grupo de trabalho dedicado a finanças verdes, com três linhas de ação: (i) supervisão direta de produtos verdes e sustentáveis, vendidos ou comercializados pelas instituições financeiras, (ii) riscos de *greenwashing* para o consumidor e (iii) vulnerabilidade e sua potencialização pelas questões climáticas ou de sustentabilidade.

Pág. 27 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

2 Planeta

Este capítulo é dedicado às iniciativas do BC que, dentro do seu mandato, buscam proteger o planeta de degradação, incluindo o olhar da sustentabilidade em relação aos seus macroprodutos gerados para a sociedade. São apresentados estudos e análises sobre possíveis impactos dos RSAC na política monetária, no SFN e no portfólio das reservas internacionais. Também são apresentadas iniciativas para mitigação desses riscos, com destaque para as ações de regulação e supervisão do BC. Por fim, são apresentadas informações sobre emissões de GEE pelo próprio BC, ao reconhecer a importância de minimizar o impacto de sua própria atividade sobre o meio ambiente.

2.1 Panorama econômico

As alterações climáticas são uma das forças estruturais mais significativas a moldar a economia global do presente e do futuro. Assim, suas consequências econômicas constituem um desafio global, e, por isso, é essencial que os bancos centrais avaliem os impactos destas mudanças para que possam tê-los em conta ao salvaguardar a estabilidade dos preços e a estabilidade financeira.

O ano de 2024 foi desafiador para a condução da política monetária. Com o processo de redução da inflação iniciado em 2023, o BC reduziu gradualmente a taxa Selic até junho, atingindo 10,5%, mas ainda mantendo-a em postura contracionista. Entretanto, em virtude da piora no cenário de inflação, o Copom entendeu que um novo ciclo de ajustes na Selic seria necessário, passando a aumentar os juros a partir da reunião de setembro. Assim, a taxa Selic encerrou 2024 com um aumento para 12,25% ao ano na reunião de dezembro.

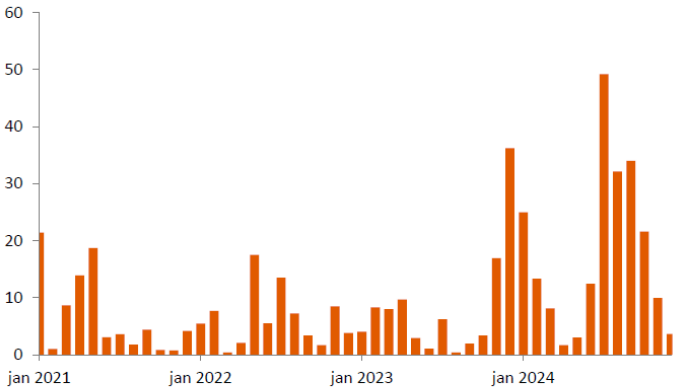
A inflação acumulada nos últimos doze meses, medida pelo IPCA, atingiu 4,83% em dezembro, acima da meta de 3% e do limite superior do intervalo de tolerância, de 4,5%. A inflação em 2024 ficou acima do intervalo de tolerância em decorrência do ritmo forte de crescimento da atividade econômica, da depreciação cambial e de fatores climáticos, em um contexto de expectativas desancoradas e inércia da inflação do ano anterior. Em particular, a inflação de alimentação no domicílio refletiu, dentre outros, fatores climáticos, ao se relacionar à seca que atingiu boa parte do país, ao ciclo do boi e à depreciação cambial, combinados com as pressões da atividade econômica e de crescimento dos preços internacionais de algumas *commodities* agrícolas.

No que tange à atividade econômica, a economia brasileira apresentou alta expressiva em 2024 pelo quarto ano consecutivo, superando as previsões iniciais, a despeito da desaceleração observada no quarto trimestre. O PIB aumentou 3,4% em 2024, superando significativamente as expectativas do início do ano. Diferentemente de 2023, o crescimento anual teve contribuição negativa da agropecuária, resultado esse que refletiu quebras de safra em relevantes regiões produtoras, decorrentes de adversidades climáticas. Em especial, destacamos que o ano de 2024 foi caracterizado por um período longo com poucas chuvas e temperaturas mais elevadas, entre maio e outubro, o que prejudicou safras importantes, como as de milho, café e laranja. Notícias do setor e levantamentos baseados em sensoriamento remoto também indicam que a estiagem afetou parcela significativa das áreas de pastagem.

Pág. 28 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Gráfico 1 – Índice de impacto da seca nas pastagens



Fontes: Cemaden, Altas das Pastagens, elaboração BC.
O índice representa o percentual da área de pastagem do Brasil com seca severa ou pior.

Dessa forma, verifica-se que as alterações climáticas seguem sendo percebidas e impactando a economia e a inflação de forma tangível. No transcurso do ano, isso foi evidenciado em alguns momentos nos relatórios do BC. Na edição do relatório de inflação (RI) de setembro de 2024, por exemplo, destaca-se que fatores de oferta relacionados ao clima, como a seca em parte do país e o fenômeno *La Niña* permanecem como importantes variáveis nas projeções.

Na edição do RI de dezembro de 2024, as projeções destacaram a pressão da energia elétrica residencial sobre os preços administrados, por conta de condições hídricas desfavoráveis, e os efeitos da seca sobre os preços das carnes.

Na edição de março de 2025, já sob a denominação de Relatório de Política Monetária (RPM), o capítulo Conjuntura Econômica destacou que as adversidades climáticas ocorridas em importantes regiões produtoras prejudicaram a produção agrícola brasileira e pressionaram a inflação de alimentos ao longo de 2024. O RPM também apontou uma leve inflexão nos níveis de energia armazenada nos reservatórios das hidrelétricas, associada à diminuição das chuvas nos meses de fevereiro e março de 2025.

Por fim, o RPM de junho de 2025 mencionou uma alta relevante nos preços de alimentos *in natura*, cujo comportamento é tipicamente mais volátil e sensível às oscilações climáticas.

2.1.1 Impactos da tragédia climática no Rio Grande do Sul para a política monetária

No final de abril e início de maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas, que provocaram enchentes de grandes proporções. Além das graves consequências humanitárias, os danos à infraestrutura urbana e rural, a interrupção de atividades produtivas e os desafios logísticos causaram efeitos econômicos significativos no curto prazo. Nesse contexto, o Boletim Regional de 2024 apresentou dois estudos específicos sobre os impactos econômicos das enchentes.

O boxe "**Impactos das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul**" apresentou um panorama do desempenho da economia gaúcha em 2024, com ênfase nas diferenças setoriais do processo de retração inicial e posterior recuperação ao longo do ano. No geral, o setor de serviços foi o mais afetado, sobretudo aqueles prestados às famílias e os ligados ao turismo. No mercado de trabalho, a taxa de desocupação aumentou no segundo trimestre de 2024, mas recuou nos períodos subsequentes, acompanhando a retomada da atividade econômica.

Pág. 29 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Por sua vez, o boxe "**Enchentes no Rio Grande do Sul e preços na região metropolitana de Porto Alegre**" analisou os impactos dos desequilíbrios temporários entre oferta e demanda em diversos segmentos da região sobre os preços. Em maio de 2024, esses desequilíbrios provocaram altas relevantes no IPCA, mas houve reversão quase integral já em junho do mesmo ano. No acumulado entre maio e dezembro de 2024, a variação de preços na região foi inferior à observada no agregado nacional. Adicionalmente, os preços nacionais do arroz e do trigo (culturas que têm o Rio Grande do Sul como importante produtor) também foram afetados apenas no curto prazo.

2.2 Estabilidade financeira

Eventos climáticos extremos têm o potencial de afetar a estabilidade financeira por diferentes canais de transmissão. Os eventos climáticos mais frequentes e severos podem, por exemplo, afetar a produção agrícola e a infraestrutura logística, provocando um aumento de preços generalizados. Paralelamente, podem afetar a lucratividade das empresas em função de perdas de materiais e reconstrução de estruturas produtivas danificadas.

A necessidade de adaptação também aumenta os custos de construção e os custos de seguros. A transição para uma economia de baixo carbono pode ter efeito sobre a rentabilidade dos setores econômicos que mais emitem GEE e, consequentemente, reduzir a capacidade financeira deles.

Outros aspectos relacionados aos eventos climáticos extremos que pressionam os orçamentos das famílias, empresas e governos estão ligados à produtividade do trabalho, receitas fiscais e impactos sociais. Todos esses fatores afetam a capacidade dos tomadores de crédito em pagar as suas dívidas, reduzem o valor dos ativos dados em garantia e, como efeito, aumentam o risco de crédito das instituições financeiras.

Em levantamento realizado no Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de abril de 2025, as instituições financeiras destacaram que os riscos climáticos se materializaram com mais força em 2024 do que no ano anterior. Além disso, as instituições financeiras permanecem indicando como principais canais de transmissão dos riscos físicos para os riscos financeiros os impactos nos ativos e processos produtivos e na renda, os quais afetariam o mercado de crédito e a inadimplência. Mais detalhes sobre essa pesquisa constam na subseção 2.2.1.

Em complemento às medidas de caráter regulatório e de supervisão, o BC tem realizado estudos para análise de sensibilidade da carteira de crédito do SFN ao risco climático físico e para identificação dos setores de atividade econômica com maior potencial de exposição ao risco climático de transição. O REF é o relatório elaborado pelo BC que oferece mais detalhes acerca desses estudos.

Para avaliação de sensibilidade da carteira de crédito a riscos climáticos, o BC já realizou três exercícios. O último estudo foi publicado no REF de abril de 2025 e apresentou o mapeamento de exposição do SFN a riscos climáticos físicos considerando biomas, macrossetores econômicos e severidade dos eventos climáticos (mais detalhes na subseção 2.2.2). O estudo anterior foi publicado no REF de maio de 2023 e apresentou uma análise da exposição da carteira de crédito do SFN a tomadores de empréstimos localizados em municípios sujeitos a um alto risco de sofrerem eventos de chuvas intensas. O primeiro analisou o risco de secas extremas, publicado no REF de novembro de 2022.

Pág. 30 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 39

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

O aumento do risco de crédito também pode ocorrer devido a alterações regulatórias que impactam os setores que mais emitem GEE, mudanças de padrões de consumo ou alterações tecnológicas. Com relação ao risco de transição advindo de uma mudança regulatória, o BC tem desenvolvido modelos para estimar o efeito sobre os diferentes setores econômicos e possíveis impactos sobre as instituições financeiras.

Neste âmbito, outro levantamento que merece destaque foi a simulação de implementação de taxa de carbono para fazer face ao risco climático de transição, que indicou impacto limitado no SFN (mais detalhes na subseção 2.2.3).

Além de estudos, o BC tem monitorado o impacto sobre o SFN de eventos climáticos extremos já ocorridos no país, a exemplo das inundações no RS em maio de 2024. No REF de novembro de 2024 apontou-se que as medidas que o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BC adotaram ajudaram a conter os efeitos decorrentes das enchentes no RS (mais detalhes na subseção 2.2.6).

2.2.1 Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) sobre risco climático

O BC realiza pesquisa anual para identificar as percepções de instituições financeiras (IFs) sobre os efeitos de riscos climáticos na estabilidade financeira do SFN. O período de coleta dos dados foi de 13 de janeiro a 5 de fevereiro de 2025. Das cem instituições convidadas (75 reguladas pelo BC e 25 pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e Superintendência de Seguros Privados - Susep), 84 responderam (correspondendo a 96% dos ativos totais da amostra).

Na PEF – Riscos Climáticos de 2025, as IFs destacaram os fortes eventos climáticos ocorridos em 2024. Mais que dobrou o número de IFs que informaram impacto de materialização de riscos climáticos em seus negócios, refletindo a severidade dos eventos extremos registrados no país em 2024, como os ocorridos no RS. Dentre as 84 IFs respondentes, permanece a avaliação de que a seca é o evento climático mais relevante em termos de impacto esperado nos ativos no longo prazo.

Riscos climáticos físicos

As IFs consideram que, no longo prazo, caiu o impacto esperado médio de riscos climáticos, permanecendo a seca como o evento de maior preocupação. Os respondentes avaliam que o impacto e a probabilidade de ocorrência de eventos climáticos agudos no longo prazo diminuíram, exceto para a probabilidade de incêndios. Com essas reduções, o impacto esperado médio ponderado de eventos agudos nos ativos das IFs passou a ser baixo, exceto no caso de secas. Quanto aos riscos climáticos crônicos, houve redução no impacto esperado médio ponderado dos eventos escassez de recursos naturais e desertificação. Com essa redução, todos os eventos crônicos considerados passaram a ter impacto esperado médio baixo no longo prazo.

Riscos climáticos de transição

O curto prazo é o horizonte mais considerado no gerenciamento de riscos climáticos de transição. O percentual de IFs respondentes que informaram que riscos climáticos de transição fazem parte de seu gerenciamento de risco é de 40%, semelhante à pesquisa anterior. Somente 17% dos respondentes gerenciam risco de transição no longo prazo. As IFs também relataram aprimoramentos na avaliação de riscos climáticos de transição, como uso de novos dados, estudos específicos e teste de estresse integrado.

Pág. 31 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

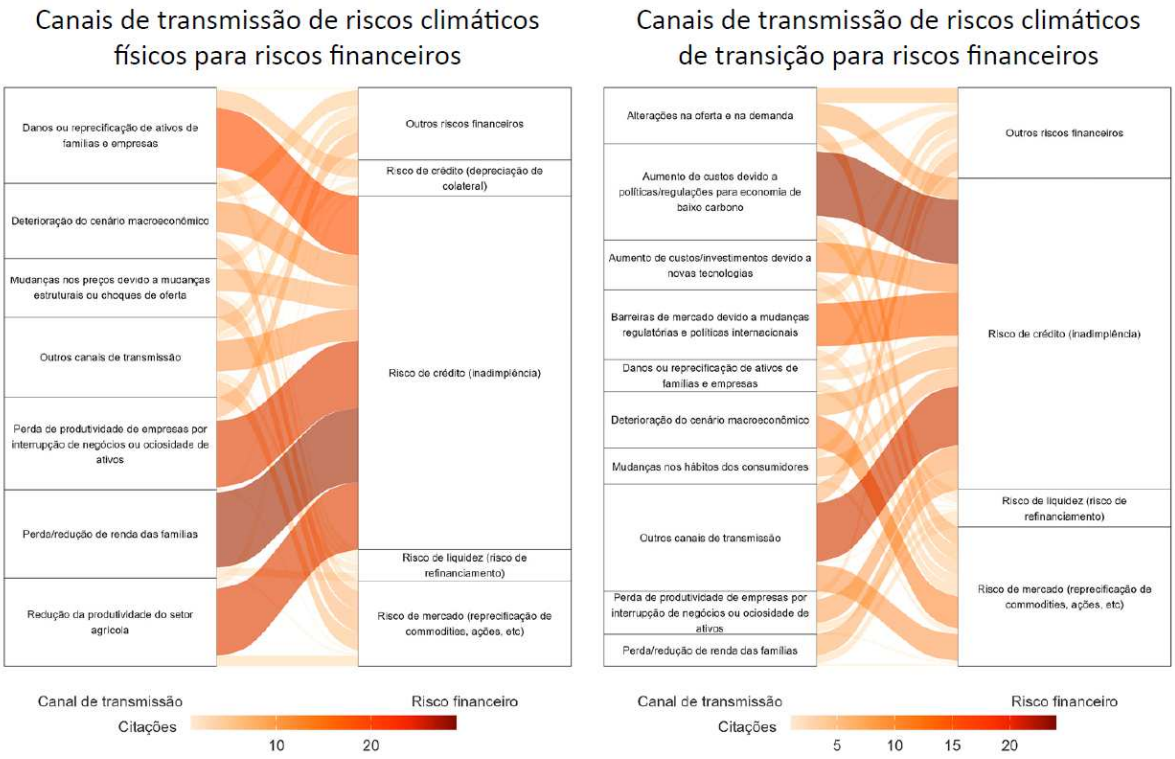
Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Riscos climáticos e seus canais de transmissão

O risco de crédito (inadimplência) continua sendo o risco financeiro mais relevante para a transmissão de riscos climáticos físicos e de transição. As IFs respondentes avaliam que os canais de transmissão de riscos climáticos físicos para os riscos financeiros mais relevantes são: (i) danos ou reprecificação de ativos de famílias e empresas; (ii) perda de produtividade de empresas por interrupção de negócios ou ociosidade de ativos; (iii) perda/redução da renda das famílias; e (iv) redução da produtividade do setor agrícola.

Em relação ao risco climático de transição, a inadimplência também é o risco financeiro mais relevante. Entretanto, há maior pulverização dos canais de transmissão de risco de transição para os riscos tradicionais, destacando-se os canais: (i) aumento de custos devido a políticas/regulação para economia de baixo carbono e (ii) barreiras de mercado devido a mudanças regulatórias e políticas internacionais.

Gráfico 2 – PEF



Riscos climáticos e possíveis ameaças à estabilidade financeira

Os respondentes avaliam que empresas de setores mais intensivos em emissões de carbono enfrentarão custos mais elevados e redução da lucratividade para realizarem investimentos em tecnologias limpas e se adaptarem às mudanças regulatórias e políticas climáticas visando uma economia mais sustentável.

Riscos climáticos e governança

Na pesquisa, avalia-se o nível de maturidade a partir da descrição textual das ações empregadas pela IF para mitigar efeitos de riscos climáticos. As respostas são classificadas em uma ou mais

Pág. 32 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

das seguintes dimensões: (i) Governança e cultura; (ii) Alinhamento; (iii) *Downstream*; (iv) *Upstream* e (v) Sociedade[7]. O nível de maturidade de instituições na adoção de ações relacionadas a riscos climáticos aumentou levemente, refletindo principalmente avanço na dimensão *downstream* (que indica que a IF possui ações em seu gerenciamento de risco para aprimorar a seleção de clientes com processos produtivos mais verdes e menos expostos a riscos climáticos).

Por último, destacamos que a padronização e disponibilização de dados e metodologias para o caso do Brasil permanecem entre as principais recomendações das IFs ao regulador.

2.2.2 Exposições de crédito em risco decorrentes de riscos climáticos físicos

No período, foram publicados dois estudos que buscaram mapear exposições de crédito aos riscos climáticos físicos. De acordo com o primeiro, publicado no REF de abril de 2025, considerando o SFN como um todo, as maiores exposições ao risco climático físico recaem sobre o macrossetor "Bens de Consumo Básico", que contém a agropecuária, nos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Pampa, causadas pelo risco de seca e estiagem. Outras exposições relevantes são as do mesmo macrossetor a secas no bioma Caatinga, e as do macrossetor "Serviços Públicos", que contém o setor de distribuição de água e de geração e distribuição de energia elétrica, a secas no bioma Mata Atlântica.

Ainda, de acordo com a metodologia, por tipo de risco, bioma e macrossetor, o SFN tem suas maiores exposições ao risco de seca, aos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pampa, e ao macrossetor de "Bens de Consumo Básico", respectivamente. Apesar de Cerrado e Pampa serem os biomas com mais alta incidência de desastres, o maior risco climático físico para o SFN encontra-se na Mata Atlântica (41%), pois é o de maior densidade populacional. Mais da metade das exposições ao risco deve-se ao macrossetor econômico "Bens de consumo Básico" (52,61% do total). Em seguida, destaca-se o macrossetor "Serviços Públicos" (13,61%). O tipo de risco físico mais relevante é o de "Seca e Estiagem" (84,4% do total), seguido por "Chuvas intensas e Inundações" (15,5%). Considerando os dados de 1991 a 2023 de forma agregada, os demais tipos de risco não são relevantes.

Em seminário realizado no âmbito da presidência brasileira do BRICS+, o BC apresentou esse estudo, com foco na utilização de bases de dados de uso público como forma de sobrepor dificuldades na obtenção de informações para a mensuração do risco climático.

Um segundo estudo sobre a identificação de riscos climáticos físicos foi publicado no BC Blog. Nessa análise, procurou-se mapear as exposições específicas de crédito rural a eventos climáticos, a partir de duas etapas: i) a obtenção de mapas de risco do território brasileiro com perspectivas históricas e também com projeções futuras, denominados *hazard maps*, e ii) o cruzamento espacial com áreas financiadas por operações de crédito rural. As conclusões indicam aumento da temperatura, redução da precipitação e prolongamento de períodos secos em regiões agrícolas relevantes, destacando possíveis vulnerabilidades, e a necessidade de uma gestão de risco baseada em dados climáticos.

2.2.3 Risco climático de transição: estimativa de impacto no SFN

O risco climático de transição refere-se à possível ocorrência de perdas para IFs devido a alterações regulatórias, mudanças de padrões de consumo ou alterações tecnológicas

[7] Mais detalhes sobre a classificação encontram-se no REF de abril de 2025

Pág. 33 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

associadas à transição para uma economia de baixo carbono. Neste estudo há uma evolução em relação à avaliação da exposição do SFN, comparativamente ao estudo similar apresentado no REF de novembro de 2022, ao estimar impactos na economia e eventuais perdas para as IFs em um cenário de risco climático de transição.

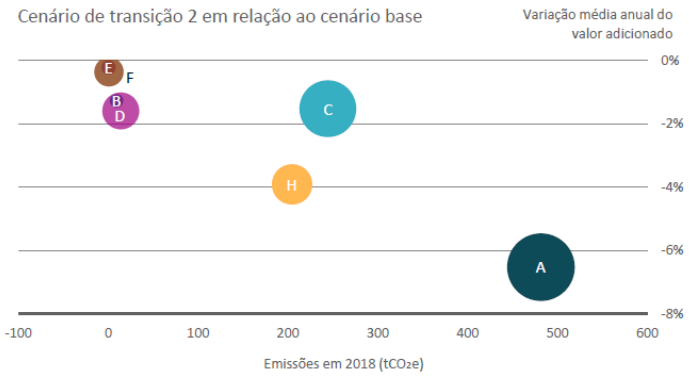
Para cada setor da economia, foi estimado o impacto econômico de custos adicionais para promover a transição para uma economia de baixo carbono por meio de um modelo de CGE. As trajetórias das variáveis macroeconômicas resultantes desse modelo são utilizadas como insumo para um modelo econométrico que visa projetar o efeito de variações do PIB setorial sobre os ativos problemáticos das IFs. Por fim, o impacto do aumento de provisão dos setores afetados na transição no capital de cada instituição é estimado utilizando o modelo de teste de estresse macroeconômico.

A avaliação do impacto da transição para uma economia de baixo carbono apresenta desafios em razão do horizonte de longo prazo inerente ao processo, bem como o elevado grau de incerteza sobre a evolução da regulação, da tecnologia e dos fatores socioeconômicos. Como os efeitos da transição são disseminados e afetam toda a economia, o BC realizou uma análise de cenários para estimar os impactos nos diferentes setores econômicos. Dado o alto grau de incerteza associado a uma modelagem de longo prazo, optou-se por realizar a análise para um horizonte de três anos, similar ao do teste de estresse macroeconômico. Cabe ressaltar que os cenários analisados não representam uma previsão para os próximos anos, mas um cenário de transição hipotético, porém plausível da economia.

No modelo, o custo adicional das emissões é caracterizado por meio da imposição de uma taxa sobre os setores econômicos que emitem gases de efeito estufa (*greenhouse gas* – GHG). Foram simulados dois cenários de elevação gradual dos custos das emissões para todos os setores da economia, iniciando em 2025 e atingindo os valores de USD50 (Cenário de Transição 1) e USD100 (Cenário de Transição 2) por tonelada emitida em 2030.

Os setores de agricultura e pecuária e de transportes apresentam as maiores reduções no valor adicionado quando comparado ao cenário sem imposição da taxa de carbono. A redução do valor adicionado decorre do aumento do custo de produção do próprio setor e do custo dos insumos utilizados na produção provenientes dos demais setores.

Gráfico 3 – Emissões de carbono e valor adicionado por seção CNAE: 2025 a 2027[1/]



1/ A área das bolhas representam o valor relativo do crédito para as seções CNAE A, B, C, D, E, F e H.

Os resultados indicam que o impacto sobre o capital das instituições é limitado, em função do aumento moderado dos ativos problemáticos dos setores mais impactados pela taxa de

Pág. 34 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

carbono. As perdas para as IFs concentram-se, principalmente, nos setores de indústrias de transformação, construção e transporte devido ao aumento dos ativos problemáticos desses setores. A elevada exposição do SFN ao setor agropecuário não se traduz em impactos equivalentes, por exibir menor proporção de ativos problemáticos quando comparado aos demais setores econômicos.

2.2.4 Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

No decorrer do ciclo compreendido neste RIS, foram executados trabalhos de diferentes perspectivas que tiveram como escopo avaliar a adequada implementação dos requisitos normativos para o gerenciamento dos RSAC em uma amostra de entidades supervisionadas frente às exposições que detêm.

Nesse cenário, foram executadas Análises Horizontais (AHs) – tipo de trabalho que se dedica a avaliar um mesmo tópico simultaneamente em uma amostra de entidades supervisionadas – com propósitos específicos. Em uma das AHs, observou-se como um conjunto de entidades aplica os requisitos de gerenciamento dos RSAC na aquisição e monitoramento de carteira de títulos e valores mobiliários (TVMs) de emissão privada, especialmente de empresas não financeiras. Para a seleção da amostra de entidades com exposição mais relevante nesses instrumentos, foi utilizada metodologia desenvolvida pela supervisão cujos resultados são consolidados na Matriz de Riscos Social, Ambiental e Climático, mas aplicada à carteira de TVMs privados, sem incluir as operações de crédito tradicionais.

Em outra AH, focaram-se as práticas para o gerenciamento dos riscos climáticos físicos, em especial o de seca, o qual havia sido identificado pelos estudos mencionados na seção 2.2.2 como o mais relevante para as entidades supervisionadas no SFN. Dentro da amostra selecionada, foram explorados os processos, procedimentos, métricas, indicadores, dados, limites e reportes utilizados para esse gerenciamento, vis-à-vis as respectivas exposições. As conclusões das AHs proporcionam um olhar comparativo relevante para a supervisão.

Em mais uma frente de trabalho, na aplicação da metodologia do Sistema de Avaliação de Riscos e Controles (SRC) (item 4.30 do Manual de Supervisão), foram concluídos ciclos em nove entidades supervisionadas dentro do ano coberto neste RIS, nos quais os papeis de trabalho específicos para os RSAC foram avaliados. Na metodologia, são examinados tanto o risco intrínseco como os controles existentes em papeis de trabalho específicos, denominados ARCs. Nesse ponto, os quesitos que dizem respeito à PRSAC são também objeto de análise, sendo parte do ARC de Gestão de RSAC. Destaca-se, também, que os itens avaliados pelos auditores do BC na aplicação da metodologia são públicos e podem ser acessados no Guia de Práticas da Supervisão, item 7.10.10.

Por fim, os escopos mínimos padronizados na esfera prudencial a serem observados pelas auditorias cooperativas[8] mantiveram itens dedicados à implementação da PRSAC e de gerenciamento dos RSAC. Essa vertente inclui as cooperativas singulares enquadradas no segmento S5 – sob as quais recaem comandos de estrutura simplificada de gerenciamento de riscos[9], bem como as no S3 e no S4, e cooperativas centrais e confederações.

2.2.5 *Bureau* de Crédito Rural

[8] Resolução CMN nº 4.887, de 28 de janeiro de 2021.
[9] Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

Pág. 35 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

O *Bureau* de Crédito Rural é uma plataforma que recebe dados de crédito rural e dos títulos do agronegócio, além de outras informações úteis para a tomada de decisão pelos participantes da cadeia do agronegócio, notadamente quanto ao financiamento da produção agropecuária. O crédito rural ocupa papel central na agenda estratégica do BC devido à sua importância para a economia e para o SFN. Atualmente, 12,6% do montante de crédito das operações realizadas por instituições do SFN corresponde ao crédito rural.

A fim de focalizar o crédito rural naquelas propriedades rurais onde são observados os critérios de preservação ambiental e, ao mesmo tempo, permitir o acesso ao crédito rural àqueles produtores que cumpriram as etapas para desembargar seu imóvel, mas ainda não tiveram seu Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado pelo órgão ambiental, foram aprovadas diversas mudanças no Manual de Crédito Rural, conforme disposto na Resolução CMN n° 5.193, de 19 de dezembro de 2024. Entre os aperfeiçoamentos trazidos pela resolução, destaca-se a vedação de crédito rural com recursos controlados ou direcionados para projetos que prevejam a supressão de vegetação nativa. Houve também a flexibilização para concessão de crédito rural em áreas embargadas com a finalidade exclusiva de recuperação da vegetação nativa. Além disso, sob algumas condições, atividades fora das áreas embargadas podem ser financiadas.

Desde a implementação das alterações propostas pela Resolução CMN nº 5.081/23, em janeiro de 2024, o sistema bloqueou, até 31 de maio de 2025, a tentativa de registro de 15.276 operações, no valor de R$6,07 bilhões. Tal normativo determinou que não seja concedido crédito rural para empreendimento situado em imóvel rural que não esteja inscrito ou cuja inscrição se encontre cancelada ou suspensa no CAR. Adicionalmente, estabeleceu que a identificação do imóvel rural onde se situa o empreendimento objeto do crédito rural seja realizada pelas informações registradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Finalmente, atualizou os impedimentos sociais, ambientais e climáticos para concessão de crédito rural, estendendo a todos os biomas a vedação à contratação em imóveis com embargos e vedando a concessão em áreas sobrepostas a florestas públicas não destinadas.

No acumulado desde 2020, quando foram inseridos os primeiros bloqueios automáticos no sistema do *Bureau,* até maio deste ano, somam-se 16.271 operações bloqueadas, totalizando R$6,38 bilhões, conforme a tabela a seguir.

Impedimentos		
Ano	**Quantidade de Operações**	**Valor das Operações (RS milhão)**
2020	5	8,05
2021	42	29,51
2022	421	103,45
2023	527	173,61
2024	8.808	4.334,02
2025	6.468	1.735,64
Totais	**16.271**	**6.384,28**

No que se refere às irregularidades referentes às coordenadas geodésicas fornecidas pelos produtores rurais (área do empreendimento fora do CAR; CAR fornecido sem relação com a área do empreendimento), apenas em 2024 foram bloqueadas 30.609 tentativas de registro de operações, no valor total de R$6,3 bilhões.

Pág. 36 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

2.2.6 Atuação do BC para assegurar a estabilidade financeira e amenizar os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul

Após avaliação conjunta com o mercado, o CMN e o BC adotaram medidas que ajudaram a conter os efeitos decorrentes das enchentes no Rio Grande do Sul, como a intensificação da comunicação com ESs que possuem atividade representativa em áreas afetadas pelas enchentes. A comunicação com as ESs foi mais intensa até três meses após o choque inicial, voltando ao normal entre agosto e setembro de 2024.

O BC atuou para preservar o adequado relacionamento com clientes e usuários do SFN atingidos pela tragédia. Fizeram parte desse esforço ações relacionadas ao reforço nos canais de atendimento, à aplicação de condições excepcionais e ao acompanhamento do efetivo cumprimento dessas condições, além de ações de comunicação e de gestão das vulnerabilidades associadas. Além disso, houve permissões regulatórias temporárias, como a flexibilização de regras para o setor agropecuário e das regras para administradoras de consórcios. As iniciativas resguardaram a prestação de serviços pelo SFN e evitaram ônus desnecessários a cidadãos e empresas. As diretrizes das medidas visaram preservar a estabilidade financeira e proteger o consumidor.

Os impactos no SFN decorrentes das enchentes revelaram-se inferiores aos apontados pelas análises iniciais. As informações enviadas pelas ESs não acusaram alterações sistemicamente relevantes nas captações, na liquidez e no risco de crédito. No que se refere às estruturas físicas das ESs, poucas foram afetadas de forma significativa. Embora algumas ESs tenham renegociado parcelas relevantes de suas carteiras, os problemas tiveram alcance reduzido. As perdas no setor agropecuário, considerando-se os pagamentos de coberturas pelo Proagro, foram consideravelmente inferiores às perdas provocadas por secas em anos anteriores.

O BC segue monitorando a intermediação financeira na região, com menos ênfase, em razão da percepção de redução dos riscos.

2.2.7 Instituições Financeiras serão obrigadas a elaborar e divulgar relatório de informações sobre sustentabilidade

Em fevereiro de 2025 houve a aprovação da Resolução CMN nº 5.185, que requer que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, em conformidade com os pronunciamentos IFRS S1 – *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2 – *Climate-related Disclosures,* emitidos pelo ISSB e aprovados pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).

A elaboração e a divulgação do relatório são obrigatórias para todas as instituições que atualmente divulgam demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que são as instituições constituídas como companhia de capital aberto ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado nos segmentos S1, S2 ou S3. Além disso, as instituições que publicarem, de forma voluntária, suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão internacional deverão divulgar também o relatório de sustentabilidade. A medida determina, ainda, que o relatório deve ser objeto de asseguração razoável por auditor independente. A fim de evitar assimetria de informações entre

Pág. 37 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 46

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

as instituições financeiras e as entidades reguladas pela CVM, as disposições da norma estão alinhadas com os requerimentos da Resolução CVM nº 193, de 2023.

Ao fornecer aos investidores informações financeiras comparáveis e confiáveis sobre os riscos e oportunidade relacionados à sustentabilidade, a medida permite que essas informações sejam consideradas na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à instituição, incentivando assim um desenvolvimento econômico mais sustentável e equilibrado. Visando a dar tempo necessário para adaptação aos novos requerimentos, a obrigatoriedade de divulgação do relatório se dará a partir do exercício social de 2026, para as instituições registradas como companhia aberta ou que componham os segmentos S1 ou S2. Para as instituições do segmento S3 e instituições que publicam voluntariamente demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão IFRS, essa obrigatoriedade se dará a partir do exercício social de 2028, sendo permitida a adoção voluntária antecipada.

A Resolução CMN prevê, ainda, que as instituições que optarem por divulgar o relatório de sustentabilidade de forma voluntária deverão adotar integralmente o padrão internacional ISSB. A resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, de modo a possibilitar que as instituições que assim o desejem possam elaborar e divulgar o relatório de forma antecipada.

2.2.8 Estudo sobre cultura e comportamento no SFN

Em 2024, o BC mapeou e analisou comparativamente a estrutura de gerenciamento da cultura organizacional nas entidades supervisionadas enquadradas no segmento S1. O estudo buscou aferir o nível de preparo dessas entidades para desempenhar suas funções relacionadas ao entendimento e à disseminação de sua cultura organizacional. Utilizando metodologias do *Supervisors Roundtable on Governance Effectiveness*, grupo de cooperação entre supervisores de diversos países liderado pelo Federal Reserve de Nova York, e melhores práticas nacionais e internacionais, a análise incluiu a aplicação de questionários, reuniões/entrevistas com as entidades supervisionadas e a coleta de informações adicionais, quando necessário.

Os resultados obtidos auxiliaram na avaliação da eficácia das práticas de governança e cultura organizacional das principais instituições financeiras do país. Ele também promove uma cultura de ética, transparência e responsabilidade, que contribui para o fortalecimento da estabilidade e da integridade do SFN. Além disso, a análise comparativa entre as entidades supervisionadas oferece informações valiosas para a oportuna implementação de melhores práticas e o desenvolvimento de normas que incentivem um ambiente financeiro mais seguro e eficiente.

2.2.9 Consulta pública para ativos e passivos de ações de sustentabilidade

Em abril de 2025 o BC lançou consulta pública para conferir tratamento contábil mais uniforme para ativos e passivos decorrentes de ações de sustentabilidade, aumentando a transparência, a clareza e a comparabilidade das informações nas demonstrações financeiras elaboradas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pela autarquia. A análise das sugestões recebidas, provenientes do processo de consulta pública, foi concluída, havendo expectativa de edição de norma até o final do terceiro trimestre de 2025.

A proposta consiste em alterar a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a fim de exigir a inclusão do ativo e do passivo de sustentabilidade no rol de elementos patrimoniais mínimos a serem evidenciados no balanço patrimonial. Na regulamentação vigente do CMN e do BC, não há tratamento contábil específico para esses elementos patrimoniais, que são contabilizados

Pág. 38 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 47

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

segundo as regras gerais aplicáveis a ativos adquiridos para revenda futura e para provisões passivas. Os critérios contábeis previstos nas propostas de resolução para os ativos e passivos de sustentabilidade têm como base os estabelecidos na orientação OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO), divulgada em 16 de dezembro de 2024 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adaptados às especificidades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC.

2.3 Reservas internacionais

A construção de um consenso sobre a melhor forma de medir os riscos financeiros associados às mudanças climáticas é um processo em evolução, e a divulgação de informações financeiras desta seção contribui com o esforço de alcançar um entendimento comum quanto à forma de mensuração.

No que se refere às iniciativas do BC relacionadas à gestão de riscos associados às mudanças climáticas e seus impactos econômicos e financeiros, as informações apresentadas nesta seção estão divididas em quatro pilares, alinhados à TCFD e ao ISSB: governança, estratégia, gestão de riscos e métricas. O BC divulga anualmente o Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, que aborda aspectos que vão desde a conjuntura econômica e a governança, passando pela política de investimento e a administração de riscos, até a demonstração dos resultados da gestão das reservas.

2.3.1 Governança

O Balanço Patrimonial do BC de 31 de dezembro de 2024 é apresentado de forma esquemática na figura abaixo. A carteira de títulos públicos federais (maior parte do ativo em moeda local) é composta apenas por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional do Brasil e, por esse motivo, não será analisada nesta edição do relatório. No balanço, observa-se que as reservas internacionais (que compõem o ativo em moedas estrangeiras) representam parte significativa dos ativos do BC. Essas reservas são investidas em diversas classes de ativos nos principais mercados financeiros internacionais, e as métricas de riscos climáticos apresentadas a seguir se referem a esses investimentos.

Pág. 39 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Balanço patrimonial do BC



Nota: em R$ bilhões, dados de dezembro de 2024.

Compete ao GRC estabelecer os objetivos estratégicos bem como o perfil de risco e de retorno das reservas internacionais do país. No que diz respeito ao gerenciamento dos investimentos, a estrutura de governança das reservas está amparada na PGR-BC. Os investimentos são realizados de acordo com diretrizes estabelecidas pelo GRC, que define uma carteira de referência detalhada e replicável, limites operacionais para os desvios em relação à carteira de referência e critérios de mensuração de resultados, em linha com o perfil de risco conservador da instituição. Entre os critérios de alocação estratégica, parâmetros relacionados aos riscos ambientais e climáticos estão sendo introduzidos gradativamente no processo decisório.

2.3.2 Estratégia

Os investimentos das reservas internacionais possuem perfil conservador e buscam realizar a cobertura cambial da dívida externa bruta do país, com o objetivo de reduzir a exposição do país a oscilações cambiais, e uma alocação com perfil anticíclico. A alocação é feita com o auxílio de técnicas de otimização risco-retorno de carteira, observados os critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, priorizados nessa ordem.

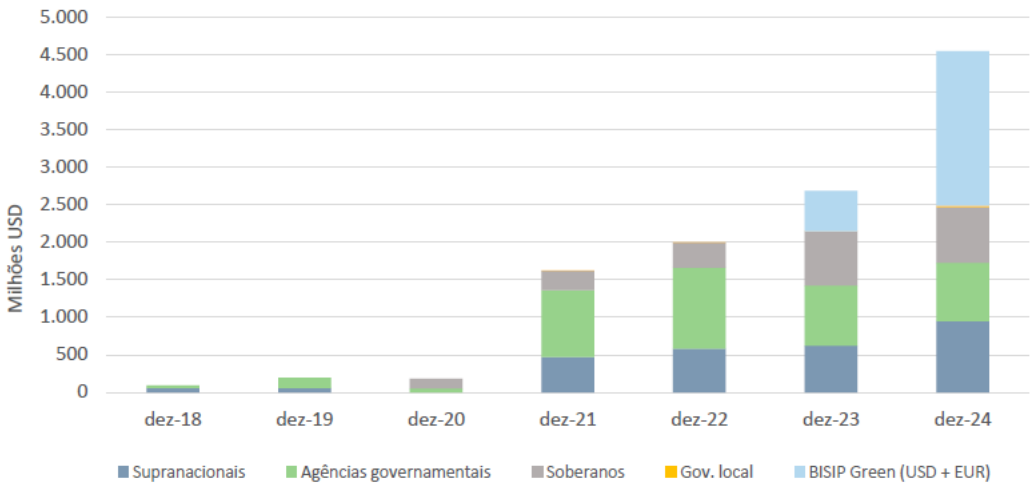
Ainda não há metodologias e métricas consolidadas na literatura como melhores práticas de avaliação de riscos climáticos para a construção de carteiras de investimentos. Por outro lado, está em curso um esforço para que investidores e instituições divulguem e acompanhem os riscos climáticos de suas posições financeiras com base em padrões existentes de modo a contribuir para a construção de consenso com relação à melhor forma de mensuração. Os exercícios de otimização para a alocação estratégica das reservas internacionais levam em consideração diversas classes de ativos, incluindo aquelas associadas a títulos com rótulo sustentável, e índices de exposição a riscos climáticos da carteira são considerados, de maneira complementar, no processo decisório. O BC, portanto, incrementou paulatinamente a compra de ativos com essas características no portfólio das reservas, observando restrições referentes a liquidez, rentabilidade e risco que também se aplicam aos demais ativos.

Pág. 40 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 49

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Conforme se observa a seguir, o BC tem aumentado o percentual de títulos com rótulo sustentável nas reservas internacionais. Inicialmente, a aquisição de *green bonds* foi feita em títulos de renda fixa emitidos por agências governamentais, supranacionais e governos centrais no âmbito da gestão ativa dos investimentos das reservas internacionais. Em 2021, definiu-se pela alocação estratégica em *green bonds* na carteira de referência dos investimentos das reservas internacionais, considerando o perfil risco e retorno do conjunto de classes de ativos. Mais recentemente, a carteira passou a contar também com *sustainability* e *social bonds*. Em 2023, iniciou-se o investimento em fundos do BIS dedicados a investimento verde (*BISIP Green USD* e *BISIP Green EUR*). O Gráfico 4 apresenta a alocação das reservas internacionais em investimentos com rótulo sustentável ao final de cada ano desde 2018, onde pode ser verificada a mudança recente provocada pela alocação estratégica.

Gráfico 4 – Investimentos com rótulo sustentável nas reservas internacionais



Fonte BC, dados de dezembro de 2024.

2.3.3 Riscos

A análise dos riscos associados ao processo de investimento é fundamental para o entendimento dos resultados financeiros e para a adequação da carteira de referência aos objetivos de investimento das reservas internacionais.

Os diferentes riscos assumidos na aplicação das reservas internacionais são monitorados diariamente pelo BC. Além dos riscos financeiros (como riscos de mercado, crédito e liquidez), também são acompanhados os registros de eventuais incidentes operacionais, bem como métricas associadas a lançamentos de GEE na atmosfera, construídas com base em "emissões equivalentes de CO_2 (CO_2e)".

O acompanhamento das medidas de CO_2e visa a avaliação do impacto de diferentes estratégias de investimento no perfil de carbono da carteira. A carteira das reservas internacionais é investida majoritariamente em títulos soberanos e, embora exista exposição ao mercado acionário norte-americano, não há aquisição direta de ações de empresas. Assim, o acompanhamento dos índices e métricas associados à carteira é predominantemente influenciado por indicadores associados a países, e não a empresas.

2.3.4 Métricas

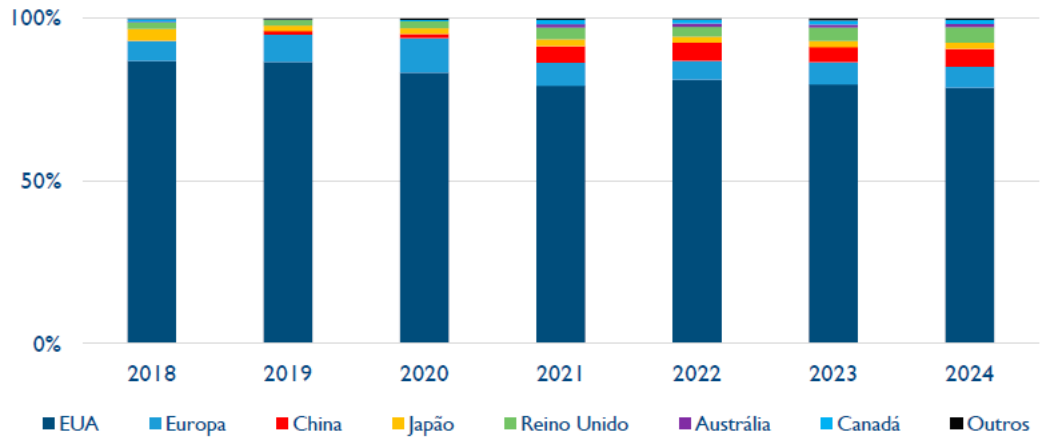
Pág. 41 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Na gestão das reservas internacionais, o BC acompanha algumas métricas relacionadas aos riscos climáticos. Dada a ausência de um consenso sobre uma métrica única de avaliação dos investimentos das reservas internacionais no que diz respeito aos riscos climáticos e às questões relacionadas à sustentabilidade, e visando aumentar a transparência e contribuir para a discussão sobre o tema, o presente relatório recorre a medições variadas de forma exploratória.

O dólar norte-americano segue como moeda de maior participação nos investimentos das reservas internacionais, principalmente devido à estratégia de cobertura cambial do passivo externo (no qual o dólar norte-americano é também a moeda dominante), com 78,5% das reservas internacionais alocadas nos Estados Unidos no final de 2024. Dessa forma, as métricas relacionadas aos riscos climáticos para as reservas internacionais apresentam influência preponderante dos indicadores do país norte-americano.

Gráfico 5 – Distribuição das reservas internacionais brasileiras por país



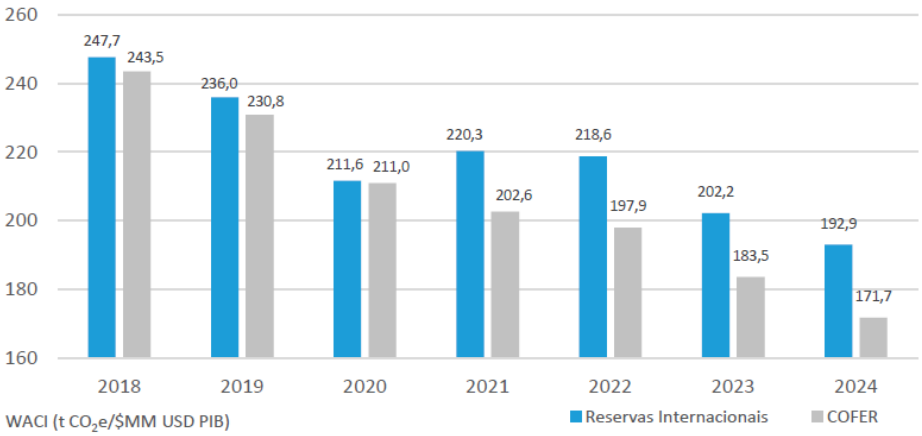
Fonte: BC, dados de dezembro de 2024.
Nota: foram desconsiderados os títulos verdes, supranacionais e *Forex*, e normalizado ex-ouro.

O BC acompanha medidas utilizadas internacionalmente, como a média ponderada da intensidade de carbono (*Weighted Average Carbon Intensity* – WACI). A combinação da alocação por países com dados de emissão de CO_2e normalizados pelo PIB leva à composição da métrica que é exibida no Gráfico 6.

Pág. 42 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Gráfico 6 – Média ponderada da intensidade de carbono das reservas internacionais
(weighted average carbon intensity – WACI)



Fonte: BC, com dados do IEA, do serviço Moody's Data Buffet e Fundo Monetário Internacional (FMI).
Dados de dezembro de 2024.

Conforme se observa no Gráfico 6, em 2024, o WACI das reservas internacionais diminuiu em relação ao valor de 2023 devido principalmente à diminuição na intensidade de carbono, normalizada pelo PIB, dos Estados Unidos e uma pequena redução da alocação nesse país, que possui a maior participação na carteira.

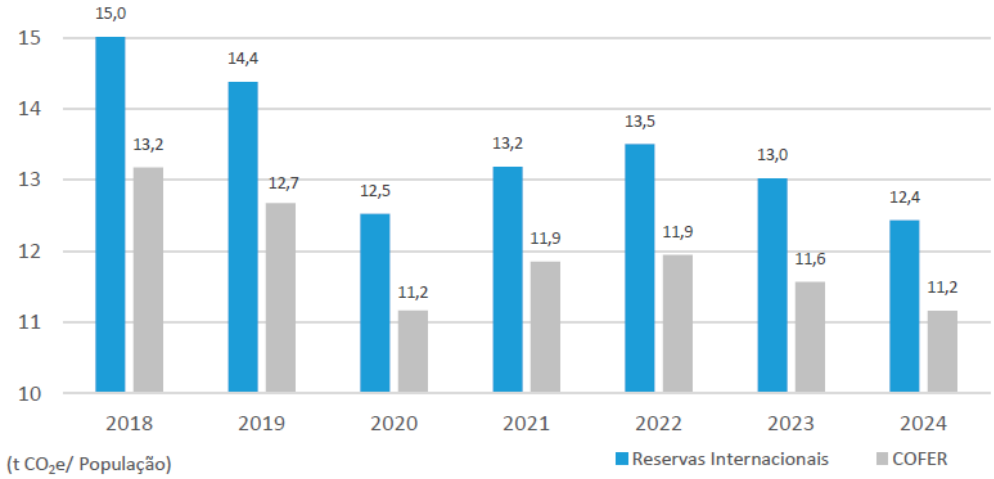
O Gráfico 6 apresenta também, para efeito de comparação, o WACI de uma carteira teórica de bancos centrais composta pela distribuição de moedas das reservas internacionais agregadas globalmente, conforme apresentado no sítio do FMI (COFER – *Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserve)*. No período de 2018 a 2024, a queda no valor do WACI das carteiras analisadas reflete basicamente a queda de emissões de carbono dos países normalizada pelo PIB.

Outra métrica refere-se às emissões de CO_2e per capita, que permite acompanhar a intensidade das emissões em relação à população do país. Atualmente, a média mundial de emissão per capita é de 6,5 t CO_2e. Semelhante ao WACI, o Gráfico 7 apresenta a média ponderada da combinação da alocação nos países com os dados de emissão de CO_2e normalizados pela população, ou seja, emissões per capita.

Pág. 43 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Gráfico 7 – Média Ponderada da Emissão de CO2 per Capita



Fonte: BC, com dados do IEA, FMI e Banco Mundial.
Dados de dezembro de 2024.

Uma das principais fontes de emissão de GEE é a geração de energia. A partir de dados da Agência Internacional de Energia (International Energy Agency – IEA) sobre a composição da matriz energética dos países, é possível compor o perfil de geração de energia associado à alocação das reservas internacionais nas diferentes moedas dos investimentos. Essa composição permite acompanhar de que forma as reservas internacionais são distribuídas entre as diversas fontes de geração de energia produzidas pelos países.

A IEA discute dois cenários de evolução do perfil de geração de energia e sua aderência ao compromisso estabelecido pelo Acordo de Paris. Esse compromisso é de que o aumento da temperatura global, neste século, não ultrapasse dois graus centígrados em relação às temperaturas do período pré-industrial.

A IEA não procura realizar projeções do que vai acontecer, mas se propõe a explorar diferentes cenários possíveis: um em que são refletidas as intenções e metas políticas anunciadas até o momento, e outro com base no cumprimento integral das metas de energia sustentável. Trata-se, respectivamente, do Cenário de Políticas Declaradas (Stated Policies Scenario – STEPS) e do Cenário de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Scenario – SDS). O STEPS reflete não apenas as políticas existentes, mas também as intenções e planos já anunciados e seus impactos no clima.

O SDS propõe uma evolução do perfil das políticas de forma aderente aos objetivos do Acordo de Paris de "manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais". Para atingimento desse objetivo, é exigido um nível de emissões líquidas zero (balanço de emissões produzidas com remoções por captura e sequestro de carbono) na segunda metade deste século.

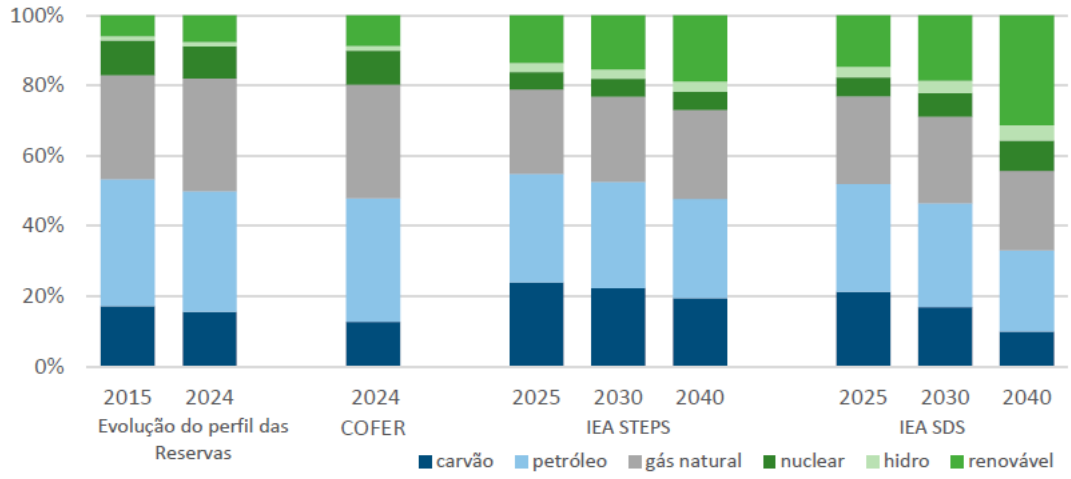
O Gráfico 8 ilustra o perfil de fontes de geração de energia ponderado das aplicações das reservas internacionais nos países que compõem seus investimentos. O perfil é afetado pelas mudanças de alocação dos ativos que compõem as reservas bem como pelo perfil da matriz

Pág. 44 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 53

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

energética dos países. O gráfico apresenta também os perfis das aplicações das reservas para os cenários (STEPS e SDS).

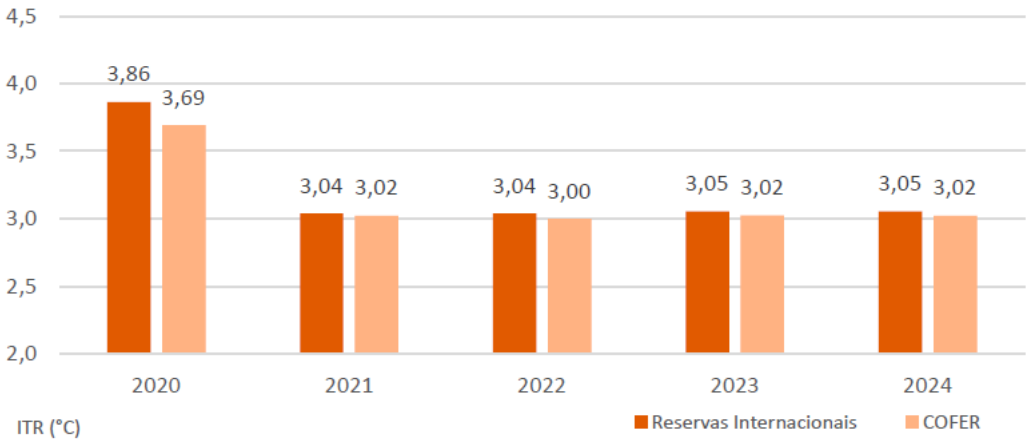
Gráfico 8 – Perfil de geração de energia



Fonte: BC, com dados do IEA. Dados de dezembro de 2024.

Outra métrica acompanhada é o aumento de temperatura implícito (*Implied Temperature Rise* – ITR) associado aos investimentos das reservas internacionais, exibido no Gráfico 9. O ITR fornece uma medida que indica o alinhamento de um país, de uma instituição ou de um portfólio de investimentos aos objetivos climáticos globais. Assim, pode-se comparar, por exemplo, os valores calculados para uma carteira aos limites de aumento de temperatura do Acordo de Paris.

Gráfico 9 – Aumento de Temperatura Implícito – ITR
(limite superior em °C)



Fonte: BC, com dados do *Climate Action Tracker*.
Dados de dezembro de 2024.

A agência de classificação de crédito Moody's oferece um indicador que apresenta o impacto das considerações ASG sobre a classificação de um emissor ou transação. O ESG Credit Impact Score (CIS) é resultado de avaliação que indica o impacto das considerações ASG sobre a classificação de crédito (*rating*) de um emissor ou transação.

O CIS apresenta pontuação avaliada numa escala assimétrica de cinco pontos:

Pág. 45 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

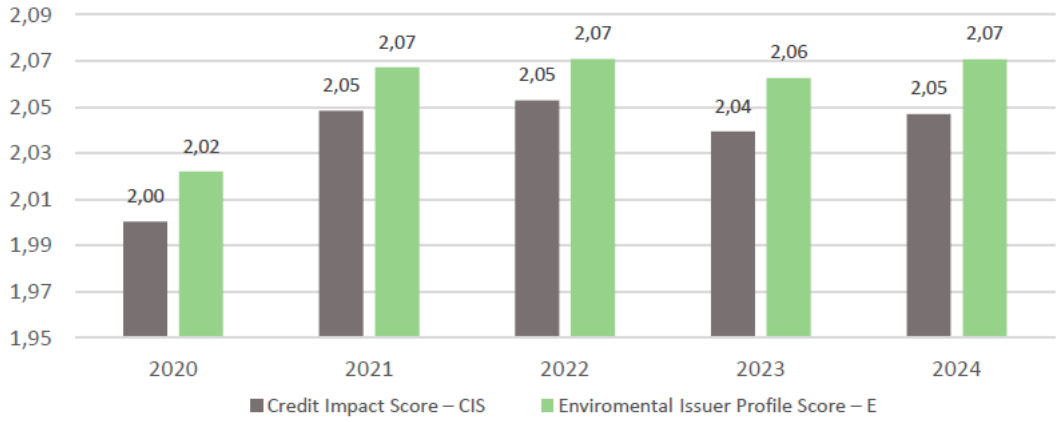
Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

1) positivo (influência global positiva dos atributos ASG na classificação é material);
2) neutro a baixo (a influência global dos atributos ASG na classificação é não material);
3) moderadamente negativo (a influência global negativa dos atributos ASG na classificação é mais pronunciada que no anterior);
4) altamente negativo (a influência global negativa dos atributos ASG na classificação é mais pronunciada que no anterior); e
5) extremamente negativo (a influência global negativa dos atributos ASG na classificação é mais pronunciada que no anterior).

Importante esclarecer que, dado que as classificações (*ratings*) incorporam todos os fatores de crédito considerados pertinentes na avaliação da força relativa do crédito (os aspectos ASG são apenas alguns desses fatores), não existe uma relação direta entre uma classificação de crédito e um CIS. Uma classificação de crédito elevada não implica necessariamente um CIS positivo, nem uma classificação baixa, um CIS negativo.

O Gráfico 10 apresenta a avaliação da média do indicador CIS para os investimentos nas reservas internacionais. Também é apresentada a média do fator ambiental do referido indicador (*Environmental Issuer Profile Score - E*). De acordo com o indicador, as reservas internacionais são classificadas como CIS-2 e E-2, isto é, a influência global dos atributos ASG na classificação é considerada de neutra a baixa (não material).

Gráfico 10 – Indicador ESG Moody's (CIS e E)



Fonte: BC, com dados do *Moody's Investors*.
Dados de dezembro de 2024.

2.4 Emissões de gases de efeito estufa

O BC aplica princípios de sustentabilidade à gestão de suas instalações com o objetivo de qualificar suas edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais, promover a destinação sustentável de todos os resíduos gerados e o desfazimento adequado de seus bens móveis considerados inservíveis.

O BC reconhece a importância de consumir recursos naturais de forma responsável e de minimizar os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente. Dentre as ações realizadas entre julho de 2024 e junho de 2025, destacam-se a continuidade dos estudos e medidas

Pág. 46 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 55

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

relativos ao Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE), a intensificação da coleta seletiva, o compartilhamento de espaços e a doação de itens de mobiliário.

2.4.1 Inventário de Gases de Efeito Estufa

O IGEE do BC é uma entrega que compõe a Agenda BC#. Ele foi elaborado segundo a metodologia GHG *Protocol*, que é compatível com as normas da *International Organization for Standardization* (ISO), com as metodologias de quantificação do IPCC e da Norma Brasileira (NBR) 14064, abrangendo seus onze edifícios distribuídos nas dez sedes regionais.

O ano base utilizado para a realização do primeiro inventário foi 2019, refletindo o funcionamento da Instituição com praticamente toda sua mão de obra trabalhando presencialmente. O trabalho foi finalizado em março de 2024 e identificou como principais fontes de emissão de gases de efeito estufa as seguintes:

(a) distribuição de numerário pelo país (34%);
(b) consumo de energia elétrica (17%);
(c) destinação dos resíduos oriundos das cédulas de real que terminaram seu ciclo de vida e foram retiradas de circulação (16%);
(d) deslocamento de funcionários para trabalharem nos escritórios (15%);
(e) geração de resíduos pelo funcionamento dos prédios do BC (8%);
(f) outros (10%).

No que diz respeito às fontes (a), (b) e (c) já estão sendo estudadas estratégias para redução dessas emissões. Para a distribuição de numerário (a), foi identificada a possibilidade de troca dos caminhões que fazem o transporte, atualmente datados da década de 1980. Até o presente momento, dois foram substituídos e três estão em processo de licitação.

No que tange ao consumo de energia (b), há a possibilidade de serem instaladas placas solares nos edifícios do BC distribuídos pelo Brasil. O estudo sobre o tema está em execução e, tão logo seja terminado, seguirá para deliberação da Diretoria Colegiada. Seria importante ressaltar que, no caso de Salvador, o edifício já possui esse sistema de geração de energia, tendo sido, inclusive, reconhecido, em 2020, pela gestão sustentável de suas operações pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no 8º Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade. Está em curso uma avaliação da ampliação do número de placas solares nesse edifício.

No que concerne à destinação dos resíduos de numerário (c), o BC terminou de implementar, em 2022, o envio de 100% desse material para o coprocessamento de cimento, considerada a prática mais sustentável de tratamento desse resíduo no momento. Portanto, ao serem obtidos os números dos inventários de 2022 e 2023, que estão em fase final de análise, já será possível confirmar a redução das emissões de GEE advindas dessa fonte.

Em relação às fontes (d) e (e), ligadas ao deslocamento de funcionários para o trabalho e à geração de resíduos pelas operações dos prédios, atualmente parte dos servidores realiza suas atividades em teletrabalho, no âmbito do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Isso significa que essas emissões foram reduzidas e que se faz necessário conhecer sua dimensão exata previamente ao estudo de possíveis formas de mitigação. Para tanto, os números relativos a 2022 e 2023 são necessários.

Pág. 47 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 56

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

É importante mencionar que o BC já adota em todos os seus prédios diversas práticas que visam à redução de suas emissões de gases de efeito estufa, ligadas à eficiência energética, à gestão de recursos naturais, aos processos de compras, ao desfazimento de bens móveis e ao tratamento de resíduos. Detalhes sobre essas práticas podem ser encontrados no PGLS 2025/2026 do BC.

2.4.2 Coleta seletiva

A coleta seletiva tem como objetivo realizar a destinação correta dos resíduos e a geração de renda para muitas famílias dentro do conceito de economia circular – o que é resíduo para o BC é insumo para outras atividades econômicas. Desde 2021, ano em que os edifícios da Instituição foram adaptados fisicamente para fazer a correta separação de resíduos, foram feitas campanhas de sensibilização, bem como treinamentos das equipes de limpeza para correta separação dos resíduos desde sua origem até o destino. Em 2024, esse processo foi intensificado, e o oferecimento de treinamentos periódicos sobre o tema passaram a fazer parte dos contratos de limpeza. Além disso, foram desenvolvidas iniciativas junto aos servidores e terceirizados para reforçar a importância da participação de todos na correta separação dos resíduos na fonte, ou seja, quando de sua geração.

O resultado é que foram enviadas cerca de 67 toneladas de resíduos recicláveis para as cooperativas de catadores somente em Brasília. Considerando que cada tonelada de resíduo dessa natureza enviada para o aterro gera cerca de três toneladas de CO2e, somente em Brasília foi evitada a emissão de aproximadamente 160 toneladas de Co2e em 2024.

2.4.3 Compartilhamento de espaços dos edifícios

Outra prática de gestão eficiente de seus espaços e recursos utilizada pelo BC é a cessão e o compartilhamento de seus prédios com outros órgãos públicos. Em 2024, a Instituição economizou cerca de R$18,6 milhões com a prática. Ao todo, 34 cessionários ocupam de 10% a 40% dos edifícios, a depender da região, à exceção de Brasília.

A cessão e o compartilhamento de imóveis proporcionaram melhor utilização dos espaços, otimização dos processos de contratações de serviços e aquisições, rateio das despesas (serviços de água e esgoto, energia elétrica, vigilância, manutenção e conservação de bens imóveis, entre outros) e redução de custos com locação de imóveis por parte dos cessionários.

2.4.4 Reforma do Museu de Valores em Brasília

A ampla reforma na área do Museu de Valores em Brasília, concluída no último trimestre de 2024, seguiu práticas sustentáveis, como o uso de materiais energeticamente eficientes e o descarte sustentável dos resíduos da obra. O novo espaço contará com a sustentabilidade como um dos seus princípios norteadores. Mais detalhes em “5.4 Sustentabilidade no novo Museu de Economia”.

2.4.5 Doação de livros da antiga biblioteca do BC para a Biblioteca Nacional

Três novas bibliotecas serão abertas no entorno de Brasília com o material doado. Além dos livros, está sendo doado também mobiliário para a montagem dos novos espaços de leitura. A Secretaria de Educação de Santo Antônio do Descoberto (GO) também recebeu doação de parte do acervo, focado em literatura nacional, para compor a biblioteca da escola. Outras obras estão em análise pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal para doação.

Pág. 48 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

3 Pessoas

Este capítulo é dedicado a apresentar as iniciativas do BC voltadas para as pessoas. O capítulo descreve o relacionamento do BC com a sociedade, apresenta ações para aumento da transparência e da cidadania financeira, bem como ações voltadas ao próprio BC sobre diversidade, aprendizagem e políticas de bem-estar do corpo funcional.

3.1 Relacionamento do BC com a sociedade

O relacionamento do BC com a sociedade é realizado diretamente por meio do atendimento e da prestação de serviços ao cidadão. Há também o atendimento à imprensa e a atuação da instituição, com foco no cidadão, junto a entidades supervisionadas. O BC também busca trocar conhecimento com a academia e o mercado, além de disponibilizar inúmeras informações por meio de seu sítio na internet e do Portal de Dados Abertos do BC.

A Carta de Serviços do BC contempla informações sobre todos os serviços oferecidos ao cidadão, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos de padrão de qualidade de atendimento ao público. Os canais de comunicação mantidos pelo BC, bem como sua governança, fortalecem a transparência e a credibilidade de suas ações. Permitem, ainda, a identificação das necessidades de seu público-alvo e o estabelecimento de um plano de ação correspondente. Essa página, juntamente com o seu serviço de perguntas mais frequentes (FAQs), foi acessada por mais de 11,8 milhões de usuários ao longo de 2024.

O BC disponibiliza o Registrato, ferramenta por meio da qual os cidadãos consultam suas informações financeiras pessoais de forma rápida, simples e segura, sem a necessidade de atendimento humano. Em 2024, o número de relatórios emitidos pelos usuários do Registrato foi de, aproximadamente, 28 milhões. O recorde mensal aconteceu em outubro passado: foram mais de 3 milhões de relatórios emitidos no mês.

Em 2024, o Sistema de Valores a Receber (SVR) registrou 73 milhões de consultas públicas e 4,1 milhões de solicitações de devoluções de valores. O BC também lançou o SVR Automático, funcionalidade do sistema que pode ser habilitada pelo cidadão para que a solicitação de devolução dos valores seja automática, com transferência dos recursos para sua chave Pix tipo CPF. Outros dados sobre o SVR podem ser consultados no site do BC.

Em 2025 os sistemas Registrato e SVR ficaram mais seguros. O acesso continua a ser realizado com conta gov.br nível prata ou ouro, mas será permitido apenas para contas que tiverem a verificação em duas etapas habilitada. Essa medida visa ao fortalecimento da confiança do cidadão no uso dos serviços do BC de forma segura.

Os canais de atendimento do BC mais utilizados pelo cidadão são o Fale Conosco, para registro de demandas pela internet; e o telefone 145, serviço disponível em dias úteis das 8h às 20h. A satisfação dos usuários dos serviços de informação e de reclamação é avaliada por meio de

Pág. 49 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

pesquisa realizada nos canais de atendimento disponíveis. Em 2024, no serviço 145, considerando o total de 330.738 chamadas atendidas (com o registro de 328.159 demandas), cerca de 58% dos usuários responderam à pesquisa sobre a qualidade do atendimento e mais de 90% das avaliações consideraram o serviço bom ou ótimo. Na internet, 60.374 pesquisas de satisfação foram encaminhadas aos demandantes de pedidos de informação e 5,65% dessas pesquisas foram respondidas. Em média, 75% dos respondentes atribuíram grau bom ou ótimo na avaliação.

O BC utiliza as sugestões, os elogios e as reclamações registrados na Ouvidoria para subsidiar avaliações de caráter técnico e gerencial quanto à qualidade de sua atuação com o intuito de promover a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade e o incremento da transparência institucional. O BC registrou 35.159 manifestações em seu canal de ouvidoria em 2024, ante 19.588 em 2023 — um acréscimo de 79,5%. O prazo médio de atendimento baixou de 2,7 para 0,9 dia. Esses dados constam no Relatório da Ouvidoria de 2024.

A comunicação do BC é um dos principais meios de relacionamento com a sociedade, seja por meio da divulgação de informações por diferentes veículos e linguagens, seja por meio das interações possibilitadas pelos modernos canais digitais. O portal bcb.gov.br é a principal plataforma de comunicação do BC, com informação disposta em camadas para atender a públicos de diferentes perfis.

O BC também está presente em mídias sociais e faz uso desse canal para divulgar conteúdos informativos em formatos acessíveis e populares. A linguagem é simples e direta, e as informações podem ser acessadas pelos perfis da autarquia no Instagram, LinkedIn, Facebook, YouTube, X, TikTok e Threads, além dos canais de transmissão de mensagens do Telegram e WhatsApp. Somando todos os seus perfis, o BC obteve, em 2024, a marca de 2.537.938 seguidores, um incremento de 28,15% em relação a 2023, e seu conteúdo alcançou 58.763.020 contas, totalizando mais de 122 milhões de impressões – que é a medida da quantidade de exibições dos conteúdos aos usuários.

Além disso, o BC mantém relacionamento constante com a imprensa. Em 2024, foram realizados 3.223 atendimentos a jornalistas e 305 publicações, entre notas à imprensa, avisos de pauta, discursos e apresentações. Esse relacionamento se dá também por meio do acompanhamento de entrevistas e da participação de porta-vozes da Instituição em eventos. O BC faz envio regular de *newsletters* por e-mails para público assinante e promove transmissões mensais de coletivas e da LiveBC, programa mensal de entrevistas. Ao longo do ano o BC promove uma variedade de eventos voltados a diferentes públicos, alguns deles abertos a público externo presencialmente e outros transmitidos ao vivo pela internet.

Para que possa aprimorar continuamente seus serviços, o BC disponibiliza canais que permitem ao cidadão participar com sugestões. Consultas públicas, seminários e eventos com participação do público externo são exemplos de esforços da instituição nessa direção. A acessibilidade é uma das formas de prover cidadania e, por isso, o BC adota medidas para favorecer o acesso ao conteúdo digital disponibilizado em seu sítio na internet, aplicativos e mídias sociais.

3.1.1 Firmus: nova pesquisa do BC com o setor não financeiro

Pág. 50 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Em maio de 2025, o BC concluiu a sétima rodada da etapa piloto da Pesquisa Firmus, que coleta percepções de empresas não financeiras sobre a economia e seus negócios. Iniciada em novembro de 2023, a pesquisa visa aumentar a fonte de informações econômicas à disposição da autarquia com questionário que capta a percepção das empresas quanto à situação de seus negócios e às variáveis econômicas que podem influenciar suas decisões.

A pesquisa faz parte do empenho da Instituição em se aproximar do setor empresarial, mantendo esforço contínuo para ampliar o número de empresas participantes, para ouvir avaliações de diferentes setores e as expectativas quanto a variáveis econômicas. As respostas são divulgadas de forma agregada para garantir sigilo. Os primeiros dados públicos da pesquisa foram divulgados no segundo semestre de 2024. Saiba mais.

3.1.2 BC aprimora *Ranking* de Reclamações contra bancos, financeiras e instituições de pagamento

Além de executar ações de supervisão, o BC recebe reclamações dos clientes e usuários dos bancos, financeiras e outras entidades supervisionadas. Essas reclamações são repassadas a essas instituições para que respondam ao cidadão acerca do ocorrido. Nesse contexto, o BC alterou a forma como calcula o índice do Ranking de Reclamações contra instituições financeiras e instituições de pagamento. A partir da seleção e da análise de amostra estatisticamente relevante, esse índice passou a ser calculado com base na extrapolação da quantidade das demandas analisadas e consideradas procedentes para todo o conjunto de reclamações respondidas pelas instituições no trimestre, ainda que não analisadas pela autarquia.

A fórmula do índice considera a relação entre o número de demandas procedentes e o número de clientes da instituição de uma forma que possibilita a comparação entre instituições de tamanhos diferentes. Com a modificação, o BC fará um acompanhamento ainda mais eficiente sobre a qualidade dos serviços prestados pelos bancos e os cidadãos terão à disposição um instrumento aprimorado para a tomada de decisões sobre onde abrir conta e contratar produtos e serviços.

3.1.3 Reformulação do Relatório de Inflação e aperfeiçoamento da página sobre Política Monetária

Em linha com o constante esforço de aperfeiçoar a comunicação da política monetária, o BC promoveu mudanças importantes em seu RI, que, a partir de 2025, passou a ser denominado Relatório de Política Monetária. Dentre elas, destaca-se a utilização do sistema de tópico frasal, tornando a leitura e o entendimento do documento bem mais amigáveis.

Em termos de conteúdo, houve um aumento da transparência com a inclusão de mais análises e informações. Na edição de junho de 2024 do relatório, por exemplo, ocorreu a inédita publicação de diferentes medidas de hiato do produto e a atualização de modelos semiestruturais e das medidas de taxa de juros real neutra. Adicionalmente, no RI de setembro de 2024, foi apresentada a definição da governança sobre o horizonte de projeções de inflação.

A seção sobre Política Monetária no *site* do BC também foi aprimorada, aumentando a transparência e facilitando a leitura. As melhorias incluem a adequação ao sistema de metas contínuas, a inclusão de uma página sobre o sistema de análise e projeções e de uma planilha com o histórico de votações das reuniões do Copom. Além disso, foi adicionado um texto explicativo sobre a hierarquia das normas vigentes e a página sobre o histórico das taxas de juros

Pág. 51 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 60

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

também foi aperfeiçoada. Alterações correspondentes foram feitas na versão em inglês, incluindo a tradução de documentos normativos do sistema de metas para a inflação.

3.1.4 BC Blog

Criado em 2023, o BC Blog é um canal de comunicação entre servidores do BC e a sociedade para apresentação de análises e estudos desenvolvidos na Instituição. Trabalhos técnicos produzidos pelos servidores do BC são explicados em linguagem mais simples e acessível ao público em geral. Os textos expressam opiniões e pontos de vistas dos seus autores e não refletem, necessariamente, a visão do BC sobre o tema tratado. Ao longo de 2024, foram publicadas dezessete postagens, de autoria de 25 servidores oriundos de seis departamentos do BC, que também contaram com a colaboração de pesquisadores de outras instituições, como Banco Mundial, Insper e Universidade Federal Fluminense. As publicações abordaram uma variedade de temas relevantes para a economia e para o sistema financeiro brasileiro, incluindo meios de pagamento como Pix, tributação e política fiscal, projeção de variáveis macroeconômicas usando métodos avançados, criptoativos, notícias falsas, sustentabilidade, educação financeira e o papel do banco central.

Dentre os trabalhos publicados no Blog relacionados à temática da sustentabilidade, destacamos: “Estudo dos impactos da seca no estado de Amazonas no comércio exterior e na produção industrial”, “Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) – estágio atual e próximas etapas”, “Análise das exposições de crédito rural a eventos climáticos” e “Emissões brasileiras de títulos sustentáveis”.

A diversidade de temas abordados reflete a amplitude da atuação da autarquia e a importância de seus estudos e análises para a discussão sobre o desenvolvimento econômico e social do país.

3.1.5 Conferência Anual do Banco Central 2025

O propósito da Conferência Anual do Banco Central, que ocorreu nos dias 14 a 16 de maio de 2025, é estimular o debate e a pesquisa nas áreas de macroeconomia, sustentabilidade, estabilidade financeira, economia bancária, intermediação e inovação financeira, regulação macroprudencial, economia internacional e finanças.

Esta Conferência busca fortalecer os valores institucionais, em especial o da transparência, mantendo a tradição de dialogar com a academia para a construção de uma política pública pautada nas melhores práticas, na teoria econômica mais atualizada e nas evidências empíricas. O evento contou com a participação de especialistas de vários bancos centrais, da academia nacional, de órgãos multilaterais e de grandes centros de pesquisa do mundo. Foram apresentados 40 trabalhos, escolhidos entre um total de 330 artigos submetidos em chamada pública. Cabe destacar o aumento expressivo do número de artigos relacionados à sustentabilidade, que triplicou de 2024 para 2025, indicando o crescente interesse no tema.

Além das sessões acadêmicas que ocorreram ao longo desses três dias, a Conferência contou nesta edição com as palestras magnas de Jean Tirole, Prêmio Nobel em Economia e professor da Toulouse School of Economics; Michael McMahon, professor da University of Oxford e Frank Smets, Chefe Adjunto do Monetary and Economic Deparment do BIS, todos com grande reconhecimento nas suas áreas de pesquisa e atuação.

Pág. 52 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 61

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

3.2 Cidadania financeira

Cidadania Financeira é o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. O desenvolvimento da cidadania financeira se dá por meio de um contexto de inclusão financeira (mais detalhes na seção 4.1), de educação financeira, de proteção ao consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro.

Estimular a educação financeira corresponde a uma das dimensões da Agenda BC#, além de ser parte da visão de futuro do BC. As iniciativas de educação financeira buscam levar mais conhecimento aos cidadãos sobre os riscos e as oportunidades financeiras.

Por meio de informação precisa e em linguagem simples, consumidores e investidores desenvolvem conhecimento e habilidades para fazerem escolhas que melhorem o seu bem-estar financeiro. As iniciativas da dimensão Educação também buscam a proteção ao consumidor de serviços financeiros e o incentivo ao hábito de poupar e à redução do endividamento. Saiba mais.

Em 2024, o BC promoveu 27 palestras de educação financeira, incluindo as relativas ao Programa Aprender Valor (que leva educação financeira aos estudantes de escolas de ensino fundamental). Essas palestras alcançaram um público de dezoito mil pessoas.

No ambiente virtual, estão disponibilizados os cursos de Gestão de Finanças Pessoais e Formação de Multiplicadores da série “Eu e Meu Dinheiro”, que alcançaram 8,5 mil concluintes em 2024. Mais de 18,8 mil certificados foram emitidos para as formações do Programa Aprender Valor, e 240 pessoas participaram de oficinas do programa. As páginas do Aprender Valor e de Cidadania Financeira do BC foram acessadas por 366 mil pessoas. Houve 171 mil visualizações dos vídeos disponibilizados pelo BC no YouTube, como o “É da Sua Conta”, a série “Eu e Meu Dinheiro” e vídeos do Programa Aprender Valor. O conteúdo do Museu de Valores, disponibilizado nos ambientes virtuais – site do BC e plataforma Google Arts & Culture –, recebeu 70.751 acessos.

O BC atua, ainda, na regulação e na supervisão da educação financeira promovida pelas instituições financeiras para seus clientes. Dessa forma, determinou-se que as instituições financeiras adotem uma política de educação financeira e desenvolvam medidas com o objetivo de contribuir com a organização e o planejamento do orçamento pessoal e familiar de seus clientes e usuários, além de promover a formação de poupança, a resiliência financeira e a prevenção ao inadimplemento de operações de crédito e ao superendividamento.

3.2.1 Programa Aprender Valor

O Aprender Valor é um programa do BC que oferece educação financeira gratuita para estudantes do ensino fundamental. A nova plataforma do programa está mais simples e acessível, reunindo materiais e ferramentas em um só lugar para facilitar o aprendizado.

Desde 2024, o programa, antes focado em escolas públicas, passou a estar disponível também para escolas particulares e cidadãos em geral, de forma a incentivar que esse tema chegue a todas as salas de aula, de todas as escolas do país, e à população em geral.

O Aprender Valor já está presente em mais de 25 mil escolas, alcançando 62% dos municípios brasileiros, em todas as unidades da Federação. Alguns recursos didáticos ofertados

Pág. 53 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

gratuitamente: (i) 68 projetos escolares com aulas prontas para levar educação financeira para sala de aula; (ii) quatro cursos *on-line* para formação de professores e gestores, disponíveis na Escola Virtual.Gov (EV.G) e certificados pela Enap; (iii) dois testes por ano para avaliação do letramento financeiro dos estudantes.

Em 2025 foram anunciadas novidades no programa. Dentre elas, destaca-se a criação de uma nova matriz de competências de Educação Financeira para os estudantes do ensino fundamental e a expansão do programa para o Ensino Médio em 2026, em parceria com a CVM, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

3.2.2 Índice de Saúde Financeira do Brasileiro

A saúde financeira média do brasileiro subiu para 56,7 pontos em 2024, a maior pontuação dos últimos três anos (+0,5 ponto em relação a 2023), de acordo com a quarta rodada da pesquisa que calcula o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), resultado do Acordo de Cooperação assinado entre a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o BC. A quinta medição será realizada em 2025.

Pesquisa mais abrangente já realizada no país sobre o tema, o I-SFB entrevistou 4.911 brasileiros, o que permitiu cobrir diversos estratos socioeconômicos e fazer leituras segmentadas. A partir das respostas a questões relacionadas à saúde financeira, o índice é calculado em uma escala de 0 a 100 pontos. De acordo com a pontuação, a ferramenta indica o nível de saúde financeira do brasileiro em sete faixas (ruim, muito baixa, baixa, ok, boa, muito boa e ótima). De acordo com a pesquisa de 2024, no conjunto, as três piores faixas de saúde financeira (“baixa”, “muito baixa” e “ruim”) caíram 1 ponto percentual (p.p.). As demais faixas, fora da zona de risco, por sua vez, subiram 1 p.p., indicando uma melhora geral na saúde financeira dos brasileiros.

A plataforma de educação financeira Meu Bolso em Dia — outro resultado da parceria entre BC e Febraban — utiliza o I-SFB dos usuários para personalizar a trilha de aprendizagem que oferece a cada um deles. Dessa forma, o cidadão tem a oportunidade de aprender sobre finanças pessoais conforme as suas necessidades individuais. A plataforma analisa a situação financeira de cada usuário e cria um plano personalizado para ajudar a melhorar suas finanças. Há mais de 268 mil pessoas cadastradas na plataforma, sendo que a maioria dos usuários foi classificada nas faixas mais baixas de saúde financeira segundo o índice, o que demonstra a importância da educação financeira.

3.2.3 Gestão de vulnerabilidades

Dentre tantos aspectos sociais nos indicadores de sustentabilidade, no que se refere à relação de consumo da população com o sistema financeiro, é possível dar ênfase à relação muitas vezes não equilibrada entre dois lados: a hipossuficiência de informação e conhecimento por parte de clientes e usuários – fator prejudicial à tomada de decisão livre e esclarecida; e a hipersuficiência comercial das IFs – com seu escopo cada vez mais sofisticado de ofertas e canais de contratações. Essa perspectiva social é abraçada pelo BC dentro dos trabalhos de vulnerabilidades.

Em 2021, o BC incluiu a dimensão das vulnerabilidades dos consumidores e usuários do sistema financeiro no seu arcabouço normativo com o objetivo de promover nas IFs uma cultura

Pág. 54 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

organizacional que incentive tanto o relacionamento cooperativo e equilibrado com clientes e usuários como o tratamento justo e equitativo. Mas foi nos últimos anos que o tema se tornou prioridade na agenda da Supervisão de Conduta do BC, com foco nos aspectos sobre os quais a digitalização acelerada cumpriu papel catalizador: o aumento dos golpes e das fraudes e a insuficiente mitigação do risco das contratações inadequadas, que podem gerar perdas financeiras aos clientes ou vantagens indevidas às instituições prestadoras de serviços financeiros.

No âmbito da gestão das vulnerabilidades, e sob orientação da Supervisão de Conduta, cabe às IFs mapear as vulnerabilidades associadas de sua base total de clientes a partir de variáveis como: idade, renda, escolaridade, níveis de endividamento, comportamentos de consumo, habilidade e maturidade no uso de canais digitais ou outros aspectos relacionados à baixa compreensão das informações que orientam a tomada de decisões financeiras.

As intersecções de vulnerabilidades mapeadas pelas instituições devem indicar quais clientes devem ser priorizados na adoção de estratégias de relacionamento cada vez mais cuidadosas. A partir de um estudo de convergências propostas pelo mercado, a Supervisão de Conduta do BC, em 2024, demandou das instituições financeiras um conjunto de estratégias a serem executadas, tais como sanções diferenciadas à força de vendas que cometam falhas de conduta, atendimento prioritário e diferenciado em canais de atendimento e esteiras de pós-venda, exclusão em campanhas de oferta ativa de produtos, análise e ressarcimento prioritário em casos de fraudes, entre outras.

Ainda que o tema tenha alcançado maior maturidade ao longo dos anos, o BC reconhece o desafio imposto às IFs dado que a efetividade das ações para os públicos definidos como de alta e muita alta vulnerabilidade passa pelo aprimoramento do jeito de fazer negócios. Priorizar equidade no relacionamento com clientes com vulnerabilidades associadas pressupõe, sobretudo, encontrar formas criativas e assertivas de tratar de maneira diferente os diferentes clientes, organizando-se os grupos de semelhantes e respeitando seu perfil e características.

Para além da agenda de Supervisão, o alinhamento entre uma cultura organizacional que incentive o relacionamento cooperativo e equilibrado com clientes e usuários e um planejamento estratégico responsável e sustentável deve ser buscado como um todo, visando a sustentabilidade de todo o sistema financeiro. O engajamento do mercado é crucial rumo a um novo patamar de prestação de serviços financeiros e de fortalecimento da cidadania financeira, capaz de realmente contemplar a todos os cidadãos brasileiros.

3.2.4 Mutirão para ajudar cidadãos a renegociar dívidas e melhorar a saúde financeira

O BC realizou, em conjunto com a Febraban, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e os departamentos de defesa do consumidor (Procons) de todo o país, um novo Mutirão de Negociação e Orientação Financeira para incentivar a redução da inadimplência. O evento teve como objetivo facilitar a renegociação de dívidas em atraso e fornecer orientação financeira aos participantes.

Dívidas como as de cartão de crédito, cheque especial, empréstimos pessoais e outros créditos em atraso puderam ser renegociadas. A renegociação ocorreu diretamente com as instituições financeiras por meio do site consumidor.gov ou em Procons parceiros.

3.2.5 Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF)

Pág. 55 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Criado em 2020, o FBEF coordena a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e promove ações colaborativas para elevar o nível de educação financeira no Brasil. Sua presidência é rotativa e, entre 2024 e 2026, está sendo exercida pela Susep. O BC participa do Fórum, que conta também com: CVM; Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN); Ministério da Previdência Social (MPS); PREVIC; Senacon; e Ministério da Educação (MEC).

Seus membros assumem compromissos com a sociedade brasileira seguindo os princípios e diretrizes da ENEF[10], que compreendem, entre outros: atuação de forma permanente e em âmbito nacional; prevalência do interesse público; formação de parcerias com órgãos ou entidades públicas e com instituições privadas; e avaliar e revisar as ações implementadas.

Nos últimos anos os membros do Fórum têm ampliado esforços em alcançar estudantes de escolas de ensino fundamental e médio de forma ampla e sinérgica, por meio de iniciativas como o programa Aprender Valor, o programa Na Ponta do Lápis e a Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (Olitef), liderados respectivamente pelo Banco Central, MEC e STN e apoiados pelos demais membros do FBEF e por instituições parceiras.

O FBEF também coordena a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), campanha coletiva realizada anualmente desde 2014, formada por iniciativas de educação financeira nos mais diversos formatos, presenciais e virtuais, como palestras, cursos, jogos, posts em redes sociais, entre outros. A edição de 2025 foi realizada em maio, conforme detalhes a seguir.

3.2.5.1 12ª Semana ENEF e Edição especial Rio Grande do Sul

A Semana ENEF é uma campanha anual do FBEF para promover a educação financeira no Brasil de forma gratuita. A Semana ENEF representa um esforço coletivo pela educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal. A iniciativa conta com a participação de instituições públicas, privadas e da comunidade escolar, com o objetivo de compartilhar conhecimentos, estimular atitudes e comportamentos e construir, desde cedo, uma base sólida para a tomada de decisões financeiras por parte de todos os brasileiros.

A organização da 12ª Semana ENEF esteve sob responsabilidade da Susep. Realizada entre os dias 12 e 18 de maio de 2025, a edição contou com o tema “Educação Financeira para Crianças e Jovens: Preparando a Sociedade para Escolhas Conscientes”, tendo forte conexão com o programa Aprender Valor, oferecido pelo BC desde 2020.

Além de estimular a participação do público do programa Aprender Valor, a participação do BC se deu por meio da publicação de postagens nas redes sociais sobre planejamento, poupança e uso consciente do crédito (tripé Pla-Pou-Cré); organização do evento online “Roda de Conversa: Uso de Projetos Escolares do Aprender Valor na Preparação para Olitef”; realização de palestras por especialistas da Rede de Colaboradores em Educação Financeira do BC e realização de evento interno de troca de experiências sobre *Open Finance* e seu papel no atual sistema financeiro.

[10] Esses compromissos estão publicados no Comunicado 01/2021.

Pág. 56 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

3.3 Diversidade, aprendizagem e políticas de bem-estar

Nas últimas décadas, o BC tem observado diminuição no número de servidores ativos devido a aposentadorias e exonerações sem a devida reposição. Em 2010 o Banco contava com 4.882 servidores e agora, com a entrada de 95 servidores do último concurso, conta com 3.243. Foram 10 anos sem entrada de novos servidores. Entre 2023, ano de autorização do último concurso para 100 vagas, e a entrada em exercício dos novos servidores, o BC perdeu 240 outros servidores por aposentadoria e pedidos de exoneração. Hoje o BC conta com apenas 50% do quantitativo previsto em lei.

Em que pese essa dificuldade, e o espaço de uma década sem entrada de novos servidores, que tende a agravar as questões geracionais, o BC vem buscando desenvolver ações de promoção de maior diversidade, inclusão e equidade.

3.3.1 Diversidade

Do total de 3.243 servidores ativos, apenas 2,96% são pessoas com deficiência (PCD). Dentre os 1.240 servidores comissionados (ocupantes de funções gerenciais, de assessoria ou de supervisão), 2,66% são PCD.

Do gênero masculino, são 77% do total, e equivalem a 79,1% dos servidores comissionados. Ao passo em que as proporções são semelhantes na análise geral, nos níveis estratégicos esse percentual se eleva para 89,3%[11], uma diferença de 12,3 pontos percentuais. Na Diretoria Colegiada, com nove membros, há apenas uma mulher.

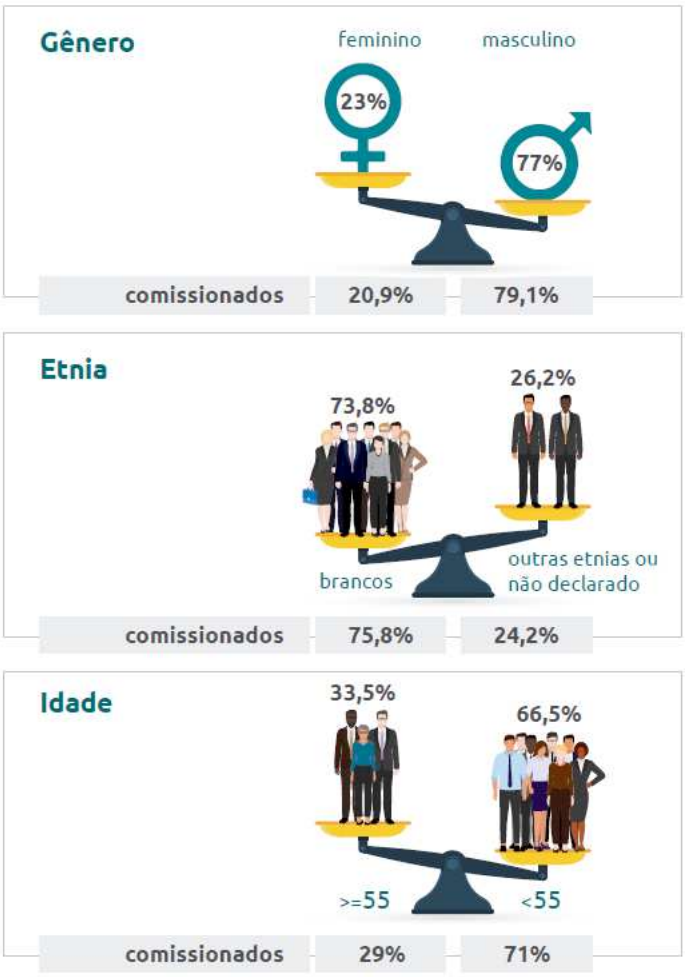
Dentre os 3.243 servidores ativos, apenas 73 se declaram pretos (2,25%) e 24 dos comissionados (1,93%). Apenas 9 servidores se declaram indígenas (0,28%), sendo 2 comissionados. Do total, 19,7% se autodeclaram pretos ou pardos e equivalem a 19,1% dos comissionados.

Em termos de idade, 37% dos servidores têm entre 45 e 55 anos, e correspondem a 41% dos comissionados. Considerados aqueles com até 55 anos, são 66,5% do total, mas desempenham funções comissionadas em proporção maior, 71%.

[11] Presidente, oito diretores, procurador-geral, secretário executivo e 46 chefes de unidades, totalizando 57 posições estratégicas, entre as quais seis são desempenhadas por mulheres.

Pág. 57 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16



Nota: dados de junho de 2025.

O BC, enquanto autarquia federal, está em conformidade com a Lei 12.990, de 2014, que estabelece a reserva de 20% de vagas em todos os concursos públicos da administração direta, autárquica e fundacional do governo executivo federal para candidatos autodeclarados pretos e pardos. No último concurso, das 100 vagas autorizadas, além dos 20 aprovados na cota de 20% para pessoas pretas e pardas instituída, outros 6 candidatos pretos e pardos foram aprovados na ampla concorrência. Esse número representa um total de 27,4% de pretos e pardos entre os 95 servidores que tomaram posse.

Outro normativo que merece destaque, este mais recente, é o Decreto 11.443, de 2023, que determina que parte das funções e cargos comissionados de todo o executivo federal deve ser exercida por servidores autodeclarados pretos e pardos (ainda pendendo de regulamentação a definição do percentual obrigatório para autarquias).

3.3.2 Gestão do Conhecimento e Aprendizagem

O lema "O conhecimento é a nossa moeda mais forte" guiou as ações do BC em Gestão do Conhecimento e Aprendizagem ao longo de 2024, revigorando o papel do ser humano servidor como protagonista de seu desenvolvimento, apoiado pela Universidade Banco Central (UniBC).

Esse foco nas pessoas refletiu-se em alguns acontecimentos marcantes. O Programa de Pós-graduação (PPG) completou 50 anos, consolidando a percepção de sua fundamental relevância para a excelência do BC, para o cumprimento da missão institucional. A UniBC chegou aos 20

Pág. 58 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

anos com resultados significativos para a instituição, com a certeza de que a Aprendizagem deve acontecer sempre, em todos os lugares, não somente na sala de aula, além do expressivo volume de participações em seus diversos cursos para todas as áreas da BC, grande parte deles com facilitadores da Casa.

A primeira Semana do Conhecimento do BC foi realizada em 2024, com quase 700 participantes. Além de celebrar as duas décadas da UniBC, exaltou as diferentes abordagens na condução da Aprendizagem e Gestão do Conhecimento, com apresentações de profissionais de renomadas instituições, nacionais e internacionais, além de especialistas do BC ligados à produção de conhecimentos, inovação, transformação tecnológica, inteligência artificial e cultura organizacional. O evento almejou proporcionar o compartilhamento de conhecimentos e fortalecer uma cultura de aprendizagem contínua. Na Semana, foi lançado o Portal Aprendizagem, ambiente com acesso a cursos internos ou de outras instituições, licenças de autodesenvolvimento, Escola de Liderança, Comunidades de Práticas, eventos de disseminação de conhecimento, Taxonomia de Conhecimentos, dentre outros – com a ideia de propiciar uma experiência engajadora aos servidores.

3.3.3 Bem-estar e qualidade de vida no trabalho

O BC segue comprometido em promover o bem-estar e a saúde de seus colaboradores, consolidando iniciativas que vão além das obrigações legais de saúde ocupacional, como a realização do Exame Periódico de Saúde. Um dos pilares dessa atuação é o **Programa de Saúde Mental e Bem-estar no Trabalho**, que busca promover ações para criar um ambiente laboral mais saudável, minimizar riscos de adoecimento, apoiar a recuperação e facilitar o retorno ao trabalho.

O foco do programa está na realização de eventos, palestras e rodas de conversa que estimulam o diálogo aberto sobre saúde mental e bem-estar. Esses eventos são conduzidos por profissionais externos de referência, como psicólogos e especialistas em saúde mental, além de contarem com a participação das nutricionistas do ambulatório médico do BC nas rodas de conversa do **Balanço Alimentar**. As iniciativas são destinadas a todos os colaboradores, incluindo servidores, contratados de empresas terceirizadas e estagiários, com o objetivo de promover acolhimento e inclusão.

Entre julho de 2024 e junho de 2025, o BC realizou ações específicas para reforçar o bem-estar no ambiente de trabalho, conforme registrado nos eventos destacados:

- **Palestras sobre saúde mental**: Foram promovidas palestras com temas como prevenção ao estresse, manejo da ansiedade e equilíbrio entre vida pessoal e profissional, ministradas por especialistas renomados, alcançando alta participação dos colaboradores.
- **Rodas de conversa do Balanço Alimentar**: As nutricionistas do BC conduziram sessões regulares abordando educação alimentar, com foco em escolhas saudáveis e na relação entre alimentação e bem-estar emocional, incentivando hábitos que contribuem para a qualidade de vida.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do BC em criar um ambiente de trabalho acolhedor, promovendo a saúde integral de seus colaboradores e consolidando uma cultura organizacional voltada para o bem-estar e a qualidade de vida.

Pág. 59 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

4 Prosperidade

Este capítulo destaca o papel das organizações no fomento ao crescimento econômico e a importância das inovações para que o desenvolvimento possa ser inclusivo e sustentável. São abordadas as ações relacionadas à inclusão financeira, à inovação e ao aumento da competitividade no SFN para ganho de eficiência. O capítulo apresenta também uma descrição dos avanços em relação a instrumentos financeiros sustentáveis pelo potencial que eles possuem para direcionar investimentos a projetos que gerem impactos positivos ao meio ambiente e à sociedade.

4.1 Inclusão Financeira

A inclusão financeira também corresponde a uma das dimensões da Agenda BC#, sendo o processo por meio do qual indivíduos têm acesso efetivo a serviços financeiros providos por instituições financeiras, tais como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos.

4.1.1 Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito continuam crescendo no Brasil, atingindo 58% dos municípios em dezembro de 2024. Elas oferecem serviços financeiros em locais menos atendidos pelo sistema bancário tradicional, ajudando a ampliar a inclusão financeira. O número de cooperados, que são donos e clientes das cooperativas, chegou a 19,2 milhões. O setor alcançou R$885,3 bilhões em ativos, um crescimento de 21,1%, reforçando sua importância para a economia, especialmente nas áreas rurais. A expansão das cooperativas fortalece a concorrência no mercado financeiro e oferece mais opções para pessoas e empresas em regiões menos assistidas. O BC continuará monitorando e apoiando o crescimento sustentável desse setor. Saiba mais.

4.1.2 BC UNEVozes

O BC UNEVozes é o canal de comunicação com as cooperativas de crédito promovido pela Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras) e o BC. Em sua última edição de 2024, o evento debateu a necessidade de fazer negócios de forma sustentável. Com o tema “Agenda de sustentabilidade nas cooperativas de crédito”, o evento reuniu representantes do BC e da confederação em Brasília, no dia 13 de novembro, com participação *online* de cerca de 350 pessoas de todo o Brasil.

Ao longo do ano de 2024, o BC UNEVozes se consolidou como um canal de informação e diálogo entre o BC e as cooperativas financeiras, principalmente as singulares independentes. Em cinco encontros *online*, o projeto reuniu mais de 3,2 mil participantes e 15 palestrantes da autarquia.

Pág. 60 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 69

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Os eventos trataram sobre educação financeira, organização e funcionamento das cooperativas de crédito, supervisão, sustentabilidade e novas normas contábeis, entre outros assuntos.

4.2 Inovação e competitividade

A dimensão de Competitividade da Agenda BC# busca fomentar a concorrência dentro do SFN com a ampliação no número de participantes e de soluções. Meios de pagamentos mais ágeis e baratos, em um ambiente de crescente aperfeiçoamento dos sistemas financeiro e de pagamentos, favorecem a formação de preços mais baixos para os cidadãos. Além disso, a concorrência promove a inovação, a redução de custos de manutenção dos negócios e o aprimoramento do mercado.

4.2.1 Consolidação e crescimento do Pix

Apenas quatro anos após o seu lançamento, o Pix já é o meio de pagamento mais difundido entre os brasileiros. O serviço de pagamento instantâneo criado pelo BC é usado por 76,4% da população. Em seguida, vêm o cartão de débito (69,1%) e o dinheiro (68,9%). Os dados estão na pesquisa "O Brasileiro e sua Relação com o Dinheiro", publicada pelo BC. O Pix é, também, o meio de pagamento utilizado com mais frequência pelos brasileiros (46,1%), seguido do dinheiro (22,0%) e do cartão de débito (17,4%).

De acordo com a pesquisa, o Pix é amplamente usado por brasileiros de ambos os sexos, de todas as classes sociais e nas cinco regiões do país. No recorte por gênero, 74,5% das mulheres o utilizam. Com relação aos homens, o percentual é um pouco maior: 78,4%. Na comparação por idade, a utilização é maior entre os mais novos: 87% entre as pessoas de 16 a 24 anos; 91,2% entre 25 e 34 anos; 91,1% entre 35 e 44 anos; 71,4% entre 45 e 59 anos; e 43,9% a partir de 60 anos. O Pix também é usado por pessoas de todas as faixas de renda. Os percentuais são de 67,8% para quem recebe até dois salários mínimos; 79,9% no grupo de dois a cinco salários mínimos; 80,0% no grupo de cinco a dez salários mínimos; e 91,7% para a faixa superior a dez salários mínimos.

O resultado da pesquisa corrobora as estatísticas do Pix divulgadas pelo BC. Até maio de 2025, 167,5 milhões de brasileiros e 20,1 milhões de empresas já haviam enviado ou recebido pelo menos um Pix. Foram 6,6 bilhões de transações no mês, movimentando R$2,8 trilhões. Esses valores representam um crescimento, em relação a maio de 2024, de 28%, em termos de quantidade, e de 34%, em termos de valor. O uso do Pix continua crescendo a taxas significativas.

Destaca-se, ainda, a agenda evolutiva do Pix e os novos produtos e as novas funcionalidades que estão sendo lançadas e que estão em desenvolvimento. Em fevereiro de 2025, foi disponibilizada de forma ampla a possibilidade de iniciação de um Pix por aproximação, usando o aplicativo de um banco ou uma carteira digital. No caso da carteira digital, ela atua como um iniciador de transação de pagamento, usando as APIs do Open Finance para viabilizar a troca de informações entre o telefone celular e as "maquininhas" de cartão, por meio da tecnologia *Near Field Communication* (NFC). Em 16 de junho de 2025, foi lançado o Pix Automático, produto que permite o uso da infraestrutura do Pix para colocação de contas em débito automático, facilitando a iniciação de pagamentos recorrentes sem a necessidade de autorização do pagador a cada transação.

Pág. 61 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Ainda em 2025 serão lançados o Pix Parcelado e o autoatendimento do Mecanismo Especial de Devolução (MED). O Pix Parcelado possibilitará a tomada de crédito pelo usuário pagador para permitir a realização de uma transação Pix: enquanto o usuário recebedor recebe o valor total da transação instantaneamente, o pagador parcela esse pagamento junto à instituição onde mantém sua conta. O objetivo do produto é padronizar a experiência do usuário no processo de parcelamento e dar mais transparência ao processo de tomada de crédito. Por sua vez, o autoatendimento do MED possibilitará que os consumidores contestem transações a partir do próprio aplicativo do seu prestador de serviços de pagamento (PSP), sem a necessidade de interação com a área de atendimento do seu PSP, o que deve acelerar os procedimentos para bloqueio de recursos na conta dos fraudadores e, assim, aumentar a chance de os fundos serem devolvidos para as vítimas.

Além disso, já estão em desenvolvimento outros produtos e funcionalidades a serem lançados nos próximos anos, como (i) o aprimoramento do MED, que trará a possibilidade de rastreamento e de recuperação de valores de contas que recebem recursos da conta originalmente utilizada para a fraude, restringindo o uso de triangulação de valores pelos fraudadores (rápido envio de recursos para outras contas, após a efetivação de um golpe); (ii) o Pix em garantia, que permitirá a concessão de crédito tendo como garantia os fluxos futuros de Pix das empresas e estabelecimentos comerciais, com potencial de redução do custo do crédito para essas empresas; (iii) o uso da infraestrutura do Pix para a liquidação e para a atualização de informações de duplicatas escriturais; e (iv) a solução *offline* para o Pix por aproximação, que permitirá a iniciação de uma transação por aproximação sem a necessidade de o pagador estar conectado à internet.

4.2.2 Suptech – Novas ferramentas tecnológicas para a supervisão

Em 2024, o BC criou o Comitê de Governança de Tecnologia e Inovação (CGIn) com o objetivo de coordenar a agenda tecnológica e de inovação em supervisão, patrocinando o desenvolvimento de novas ferramentas e o compartilhamento de conhecimentos em tecnologia, além da capacitação de pessoas para a cultura digital.

Para apoiar o CGIn, foram criados o Escritório de Tecnologia e Inovação (EsTI) e os *hubs* (centros) de inovação. O EsTI coordena os desenvolvimentos operacionais da agenda do CGIn. Já os *hubs* de inovação, formados por pessoas com formação em TI e experiência em automação e ciência de dados, são os times matriciais responsáveis pela criação de novas aplicações.

4.2.3 Iniciativa do BC é reconhecida como uma das principais inovações em finanças na América Latina em 2025

A Análise de Relatórios de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras realizada pelo BC foi reconhecida pela publicação especializada *Global Finance* como uma das principais inovações em finanças na América Latina para o ano de 2025. A iniciativa premiada chama-se Axis e é uma aplicação que utiliza inteligência artificial para analisar os relatórios das auditorias independentes sobre as demonstrações financeiras das entidades supervisionadas pelo BC. Em duas datas-bases por ano, após a divulgação das demonstrações financeiras semestrais, a supervisão do BC realiza uma análise dos relatórios de auditoria para aproximadamente 1.400 entidades supervisionadas. O Axis faz uma leitura de cada arquivo texto ou imagem sem um formato pré-definido para extrair as informações que são relevantes para a supervisão.

Pág. 62 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Além de informações objetivas, como os dados dos auditores e da empresa responsável pela auditoria independente, a aplicação extrai outros pontos de interesse, como a categorização da opinião do auditor (limpa/sem modificação, com ressalvas ou adversa) ou mesmo a abstenção de opinião. Como a supervisão está sempre evoluindo, já há uma versão em testes contemplando as ênfases emitidas pelo auditor e os principais assuntos de auditoria. A análise do Axis resulta em um alerta que é enviado para os pontos focais dos departamentos de supervisão direta. Ainda, os dados extraídos permitem a identificação e tratamento de situações de exceção, como relatórios indevidos, inconsistentes ou sem algum elemento material. Caso todo este trabalho fosse realizado sem o auxílio do Axis, estima-se que seria necessária a dedicação integral de um auditor ao longo do ano. Com o Axis, cada data-base é analisada em menos de dois dias.

4.2.4 *Open Finance*

O *Open Finance* é um sistema de compartilhamento padronizado de dados e serviços dos clientes entre instituições participantes desse arranjo criado e regulado pelo BC. Por meio dele, um cliente de uma instituição pode autorizar que seus dados sejam compartilhados com outras instituições participantes para receber ofertas de produtos e serviços financeiros. O *Open Finance* é resultado da ampliação do *Open Banking*, que evoluiu para abranger mais dados e possibilidades de operações.

O seu crescimento significativo é testemunho do potencial para transformar o sistema financeiro e beneficiar consumidores. No fim de 2024 – cerca de 4 anos após o início da implementação do *Open Finance* no Brasil – o ecossistema registrou cerca de 62 milhões de contas com autorização de compartilhamento de dados por seus titulares. Atualmente, o ecossistema do *Open Finance* chegou a cerca de 85 milhões de consentimentos ativos para consumo de dados e aproximadamente 3,5 bilhões de chamadas (requisições de acesso a dados) por semana. O número de iniciação de transação de pagamentos vem crescendo mês a mês, passando de três milhões nos últimos meses.

O aumento no uso do *Open Finance* está fortemente relacionado à crescente oferta de benefícios concretos aos clientes a partir de dados ou serviços compartilhados. São exemplos desses benefícios: crédito mais barato, investimentos mais rentáveis, melhores soluções de pagamento, gerenciadores financeiros, dentre outras possibilidades. Tão importante quanto esses benefícios é o estímulo à modernização das instituições participantes, com a atualização de suas infraestruturas e a incorporação do uso intensivo de dados a seus processos.

Dentro da agenda evolutiva do ecossistema, destacam-se algumas medidas. A Jornada Sem Redirecionamento (JSR) é uma nova funcionalidade lançada em fevereiro de 2025 que permite aos consumidores realizarem pagamentos por meio da iniciação de transação de pagamentos de forma mais fluida e direta, sem precisar serem redirecionados para o aplicativo do banco onde possuem conta a cada pagamento. Esse recurso refere-se a uma experiência digital ou de navegação em que o usuário realiza todas as ações ou interações em uma única página ou plataforma, sem ser enviado a outras páginas ou sites.

Conforme mencionado anteriormente neste relatório, em junho de 2025, houve também o lançamento do Pix Automático, que permite que clientes possam dar consentimento para pagamentos recorrentes, como de energia, telefone, escolas, academias, assinaturas de *streaming*, entre outros, de forma automática. Destaca-se aqui que as instituições que oferecem serviço de iniciação de transação de pagamento poderão oferecer esse serviço às empresas

Pág. 63 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

recebedoras, ampliando ainda mais o rol de serviços de pagamento oferecidos por essas instituições.

No final de 2025, será lançado o fluxo de portabilidade de crédito integrado ao *Open Finance*, marcando o início de compartilhamento de serviços relacionados ao crédito no sistema. Como parte de uma agenda evolutiva, inicialmente a portabilidade de crédito estará restrita ao produto "crédito pessoal sem garantia", em seguida passará a contemplar também operações de crédito consignado para servidores públicos federais, evoluindo para as demais modalidades nos próximos anos.

Além disso, desde o final de 2024, o *Open Finance* passou a ser gerido por uma nova estrutura de governança baseada em regras definidas pelo BC, de modo a garantir a sustentabilidade do ecossistema, a representatividade e o acesso não discriminatórios das instituições participantes, e a mitigar eventuais conflitos de interesse. Essa nova estrutura de governança, constituída formalmente como uma associação sem fins lucrativos, a Associação *Open Finance* Brasil, passa a operar com estrutura mais robusta, marcando maior grau de profissionalização, que está se consolidando ao longo de 2025.

Por fim, nos últimos anos o BC vem reforçando os requerimentos regulatórios em termos de performance das instituições participantes do *Open Finance*, bem como demandando aprimoramento de ferramentas e de processos de monitoramento da Associação *Open Finance* Brasil, com vistas a garantir que as entidades supervisionadas atinjam melhor performance, o que inclui a resolução de falhas de implementações, principalmente relacionadas à interoperabilidade e à qualidade dos dados compartilhados, assim como melhorias nas jornadas de consentimento e nas taxas de conversão, possibilitando uma experiência ainda mais fluida e simples aos clientes.

4.2.5 Projeto Aperta

Com o objetivo de reduzir custos nas finanças globais, o BIS lançou o Projeto Aperta ("aberto" em latim). Negócios baseados em *trade finance* enfrentam diversos desafios quando utilizam produtos financeiros que facilitam o comércio, tais como cartas de crédito, seguro de crédito comercial e financiamento a cadeias produtivas.

O Projeto Aperta busca estudar formas inovadoras para resolver esses desafios, por meio da interoperabilidade entre ecossistemas de *open banking e open finance* das jurisdições participantes, oferecendo harmonização de recursos, funcionalidades, casos de uso, protocolos de segurança, procedimentos operacionais e estruturas de confiança. Nesta fase inicial, as jurisdições participantes incluem Brasil, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Hong Kong RAE (Região Administrativa Especial). Os participantes possuem diferentes abordagens para *open finance* – variando entre modelos liderados pela regulação, híbridos e modelos liderados pelo mercado. O Projeto Aperta se insere em um conjunto de iniciativas do BC visando a fomentar a inovação financeira por meio de parcerias com organismos internacionais e reguladores/supervisores financeiros de outras jurisdições.

4.2.6 Ecossistema de inovação LIFT

Criado em 2018, o LIFT é uma iniciativa conjunta do BC e da Fenasbac. Seu objetivo é fomentar a inovação no SFN com o incentivo à criação de protótipos de soluções tecnológicas. O LIFT está

Pág. 64 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 73

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

alinhado à Agenda BC# e tem expandido suas frentes de atuação. Atualmente, é composto por sete iniciativas:

LIFT *Lab* – aceleração de projetos de inovação financeira;
LIFT *Learning* – pesquisa de soluções em parceria com o mercado e o meio acadêmico;
LIFT *Challenge* – edição temática com foco em desafios específicos do setor;
LIFT *Data* – desenvolvimento de soluções baseadas em dados;
LIFT *Day* – evento anual dedicado à apresentação dos resultados da edição anterior e ao lançamento do novo ciclo. É um espaço para trocas, aprendizados e aproximação entre agentes do SFN e o ecossistema de inovação;
LIFT *Talks* – série de eventos virtuais com a participação de autoridades e especialistas, que abordam as principais tendências de inovação financeira, promovendo reflexões e aprendizados relevantes para o mercado;
LIFT *Papers* – revista digital que reúne os principais *insights*, discussões e resultados gerados em cada ciclo do LIFT, fortalecendo a transparência e a disseminação do conhecimento junto ao ecossistema de inovação.

O LIFT *Day* 2025 aconteceu em abril de 2025. Com a participação de reguladores, líderes de instituições financeiras, empreendedores de tecnologia e academia, o encontro apresentou os resultados das últimas edições do LIFT e lançou o novo ciclo da iniciativa, o LIFT *Data*. Os destaques incluíram soluções inovadoras como a integração entre *compliance* e prevenção à lavagem de dinheiro, avaliação de crédito por meio de *blockchain*, *score* de crédito com base em chaves Pix inteligentes, plataformas de *tokenização* para o financiamento do agronegócio, e o desenvolvimento de um ecossistema financeiro descentralizado para ativos verdes, ampliando as oportunidades de investimento sustentável.

O LIFT *Data* é uma evolução de iniciativas que já foram feitas nesse tema pelo BC e o seu objetivo é de fomentar soluções que utilizem bases de dados públicas e confiáveis. Em sua primeira edição trata de sustentabilidade, com desafios alinhados aos pilares da COP30, buscando soluções com focos em (i) redução de emissões e transição para baixo carbono; (ii) financiamento para adaptação, resiliência e justiça climática; e (iii) preservação de florestas e biodiversidade. Adicionalmente, o LIFT *Data* oferece uma categoria opcional em temática fortemente estimulada, o crédito rural. A iniciativa permanecerá nos anos posteriores, mas com outras agendas.

4.3 Instrumentos financeiros sustentáveis

O BC, comprometido com a promoção de uma economia mais sustentável e resiliente, acompanha as emissões dos instrumentos financeiros sustentáveis pelo Brasil no mercado doméstico e externo. O financiamento por meio desses instrumentos financeiros tem o potencial de direcionar investimentos para projetos que gerem impactos positivos ao meio ambiente e à sociedade.

Os instrumentos financeiros sustentáveis emitidos no mercado doméstico incluem debêntures, Cédulas do Produto Rural (CPR), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), entre outros. Já no mercado externo, correspondem, na sua maioria, aos títulos de dívida.

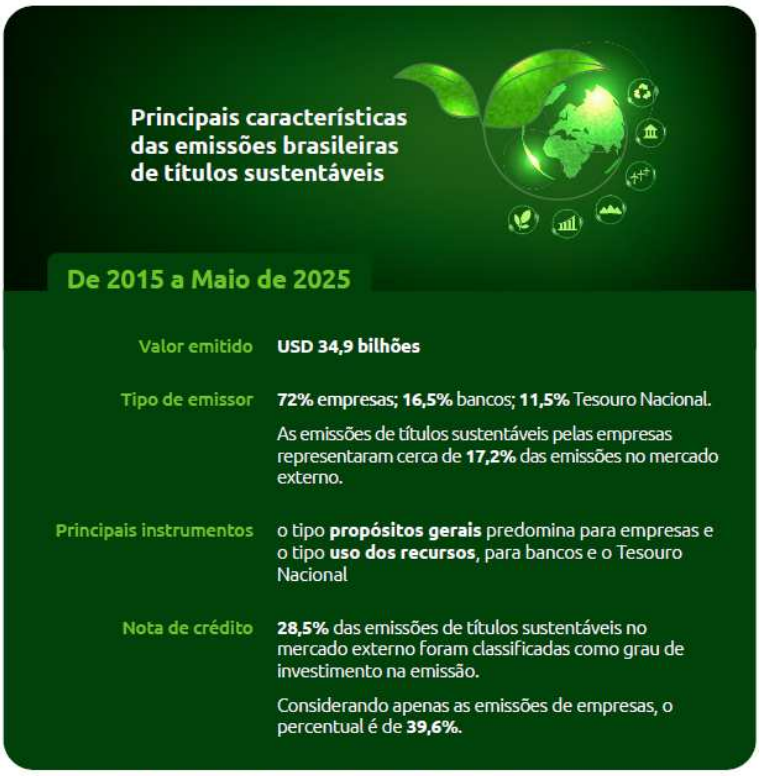
As emissões brasileiras abrangem títulos do tipo “uso de recursos” e “propósitos gerais”. Os títulos do tipo “uso dos recursos” incluem os títulos verdes, os sociais e os sustentáveis, e

Pág. 65 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

destinam-se a financiar projetos elegíveis sociais, ambientais ou ambos. No caso dos títulos do tipo "propósitos gerais", os recursos da emissão não são vinculados a investimentos sustentáveis, mas o emissor deve se comprometer a perseguir metas sociais, ambientais ou climáticas; são chamados títulos ligados à sustentabilidade.

De 2015 a maio de 2025, os emissores brasileiros, incluindo bancos, empresas e o Tesouro Nacional, emitiram USD34,9 bi em títulos sustentáveis no mercado externo, distribuídos em emissões de empresas (72% do valor emitido), bancos (16,5%) e o Tesouro Nacional (11,5%).



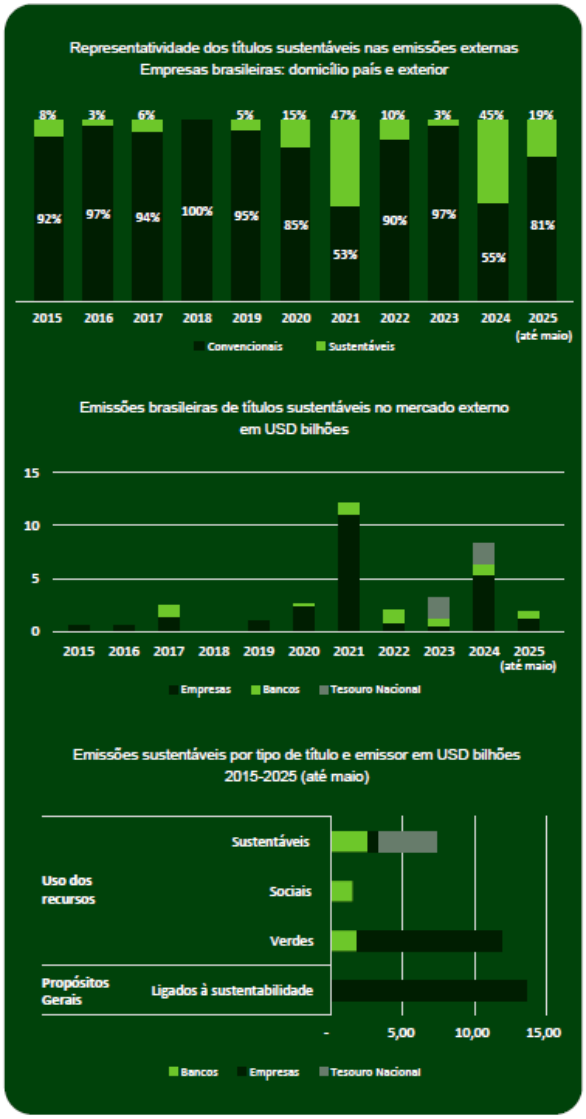
Nota: os percentuais foram calculados com base no valor da emissões.

As emissões brasileiras no mercado externo, alinhadas às globais, apresentaram aumento expressivo em 2021. Após o *boom* de emissões naquele ano, os dois anos seguintes apresentaram volume financeiro pouco expressivo: 2022 foi marcado por um ambiente externo mais restritivo, com queda também nas emissões de títulos convencionais, e 2023, apesar do maior volume de emissões externas, apresentou pequena participação dos títulos sustentáveis.

Em 2024, os emissores brasileiros retornaram ao mercado internacional de renda fixa com as emissões sustentáveis, incluindo uma emissão em Renminbi. De janeiro a maio de 2025, o volume de emissões dos títulos foi de USD 1,9 bi. Em maio, a Caixa Econômica Federal comunicou a precificação de um *social bond,* sua primeira emissão de título sustentável.

Pág. 66 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16



Fonte: BC, *Refinitiv, Green Bond Transparency*, site das empresas, dados até maio de 2025.

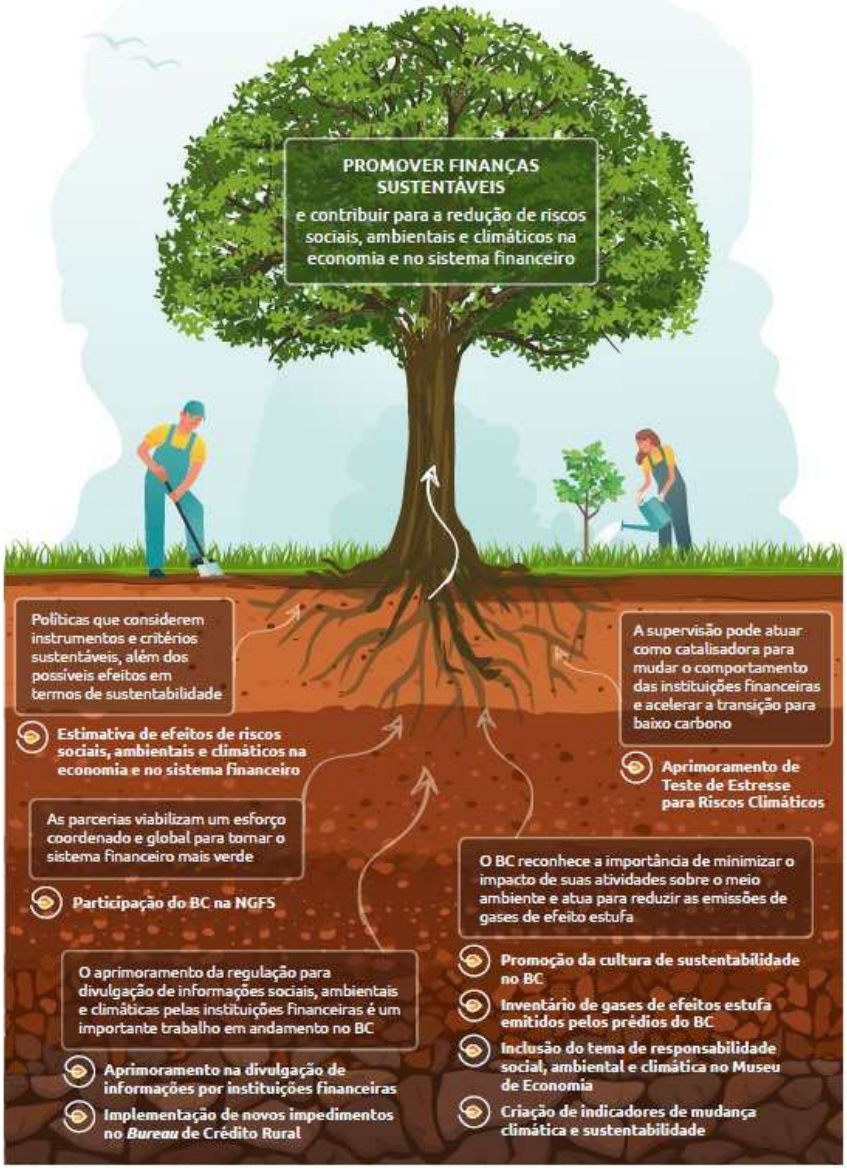
As emissões brasileiras apresentam revisão externa (os *frameworks* foram revisados por opiniões de segunda parte) e são alinhadas a padrões internacionalmente aceitos, como da *International Capital Market Association* (ICMA) ou da *Climate Bond Initiative* (CBI). Emissões brasileiras estão presentes em índices de sustentabilidade globais e de mercados emergentes, como os índices de renda fixa da Bloomberg e do JP Morgan. A nota de crédito é um dos quesitos para integrar índices de sustentabilidade. Uma parcela de 28,5% das emissões de títulos sustentáveis no mercado externo foram classificadas como grau de investimento na emissão. Considerando apenas as emissões de empresas, o percentual é de 39,6%.

Pág. 67 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

5 Perspectivas

Este capítulo apresenta iniciativas em andamento com perspectiva de conclusão ao longo do próximo ano. O objetivo consiste em dar mais transparência não somente ao que já foi alcançado pelo BC, mas também ao que a instituição está comprometida em realizar.



Pág. 68 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 77

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

5.1 Pesquisas em andamento

5.1.1. Geadas (*Volatility and Under-insurance in Economies with Limited Pledgeability: Evidence from the Frost Shock*)

O objetivo desse trabalho é, a partir do uso de modelos empíricos, avaliar a magnitude e a propagação de choques locais decorrentes de eventos climáticos extremos com base em dados em tempo real sobre pagamentos e empréstimos. O projeto de pesquisa busca entender como geadas extremas afetam o fluxo financeiro de empresas (pagamentos) e a estrutura da *supply chain* em localidades afetadas pelo evento climático. Para tanto, o projeto fará uso de episódios de geadas ocorridas no Brasil em meados de 2021. A severidade das geadas foi considerada fora do intervalo das previsões no momento do plantio, com modelos prevendo a ocorrência desse tipo de evento apenas uma vez a cada cinquenta a cem anos. Esse evento pode ser considerado como um choque de oferta negativo, com variação espacial na exposição devido aos padrões de plantio das culturas, à heterogeneidade entre as culturas na sensibilidade à temperatura e às baixas temperaturas percebidas.

Com a utilização desses episódios e dos dados bilaterais de pagamentos identificados entre agentes econômicos, o projeto objetiva estimar semi-elasticidades que liguem a ocorrência de eventos físicos extremos com perdas de recebimentos ou pagamentos de clientes e fornecedores afetados. Essas semi-elasticidades são importantes, pois permitem transformar o efeito de um evento climático em um dano monetário. Tais estimações são importantes para integrar o componente de riscos climáticos em modelos clássicos de risco e de estabilidade financeira, e para entender efeitos heterogêneos na cadeia produtiva. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). No final de 2024, uma versão preliminar completa do estudo foi submetida para a Série de Trabalhos para Discussão do BC. Atualmente, essa versão preliminar está sendo revisada.

5.1.2. Análise dos efeitos de eventos extremos na economia e no setor financeiro (*Weathering the Storm: how supply chains adapt to extreme climate events*)

O trabalho tem como objetivo avaliar o impacto causal dos eventos climáticos extremos na cadeia de suprimentos brasileira e investigar como ela se adapta a choques de oferta e demanda. Adicionalmente, o trabalho investiga o efeito dos desastres naturais na demanda por liquidez. Para a realização do estudo combina-se dados proprietários do BC de pagamentos e de crédito com dados de desastres naturais do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) do Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional. Para selecionar os desastres mais severos, foram avaliadas as 46 variáveis disponíveis que detalham os danos na vida e saúde humanas e na economia. Considerando a disponibilidade de dados e a necessidade de uma janela de tempo de pelo menos doze meses antes e depois de cada evento climático extremo para a aplicação da metodologia diferença em diferenças, são selecionados 30 eventos climáticos extremos ocorridos em 2020 e 2021. Dentre os desastres selecionados, prevalecem as chuvas intensas, inundações e enxurradas. Exclui-se secas devido à dificuldade em identificar a data exata de seu início.

A cadeia de suprimentos é construída a partir de dados de pagamentos – Pix, boletos e Transferências Eletrônicas Disponíveis – entre empresas. A empresa é considerada afetada quando está em microrregião onde ocorreu o desastre. O estudo explora três aspectos dos efeitos de evento climático sobre a cadeia de suprimentos. Primeiro estuda-se o efeito

Pág. 69 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

econômico direto, olhando-se para a relação bilateral entre empresas clientes e fornecedoras. A análise é realizada sob duas perspectivas: *downstream* e *upstream*. Na primeira perspectiva, o evento climático extremo afeta empresas fornecedoras em uma microrregião específica, criando um choque de oferta para empresas clientes fora da área afetada. Inversamente, sob a perspectiva *upstream*, o evento atinge empresas clientes, resultando em um choque de demanda que impacta empresas fornecedoras fora da área afetada. Em ambas as perspectivas é analisado o efeito heterogêneo do impacto entre diferentes setores. O segundo aspecto complementa a análise anterior e avalia o impacto financeiro do evento extremo nas empresas. Analisam-se separadamente as condições financeiras das empresas clientes e fornecedoras afetadas pelo desastre climático e a heterogeneidade do choque entre os setores econômicos. Por fim, o terceiro aspecto estuda o impacto econômico indireto, ou seja, os efeitos econômicos do choque climático extremo nas áreas não afetadas. Para isso, em vez da relação bilateral entre empresas clientes e fornecedoras de áreas afetadas, analisa-se os pagamentos das empresas fora da área afetada – empresas clientes na perspectiva *downstream* e fornecedoras na perspectiva *upstream*. Busca-se responder se as empresas clientes fora da área afetada conseguem substituir os fornecedores afetados por novos fornecedores não afetados. Similarmente, se empresas fornecedoras fora da área afetada substituem clientes afetados por clientes não afetados.

A compreensão dos efeitos econômicos e financeiros nas empresas devido a choques climáticos é relevante para o desenho de estratégias para suporte das empresas de regiões afetadas, evitando que percam dinamismo e competitividade. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com pesquisador da Universidade Católica de Brasília. Em 2024 a pesquisa foi publicada na Série de Trabalhos para Discussão do BC. Atualmente, encontra-se em fase de submissão e apresentação em conferências visando aprimoramentos a partir de *feedback* de pesquisadores externos.

5.1.3. Riscos climáticos de transição (*The impact of climate transition risks on the Brazilian financial system*)

Neste trabalho, propõe-se uma metodologia para calcular o impacto dos riscos climáticos de transição no sistema financeiro. Supõe-se que um setor com uso intensivo de carbono, o setor de mineração fóssil (MINfos), sofrerá uma redução exógena em seu nível de produção devido ao ajuste para uma economia de baixo carbono. Na primeira rodada, isso fará com que uma fração do estoque de capital físico dos outros setores econômicos fique encalhada (ou seja, não utilizada). Esse efeito ocorrerá por meio de dois canais diferentes: uma redução tanto na oferta de insumos do setor MINfos quanto na demanda de insumos pelo setor MINfos. Em seguida, a perda potencial direta do setor financeiro é calculada com base nos empréstimos concedidos ao setor real. Finalmente, a perda potencial indireta do setor financeiro é calculada considerando-se as exposições no mercado interbancário.

Aplicando essa metodologia a uma base de dados brasileira, com informações da matriz insumo-produto e de transações financeiras (empréstimos banco-firma e interbancários), observa-se que (i) o *ranking* dos setores com maior perda proporcional de capital físico varia de acordo com a abordagem adotada para calcular tal perda, (ii) há muitas IFs com perda potencial (direta e indireta) pequena e poucas IFs com grande perda potencial e (iii) a perda potencial agregada tanto direta quanto indireta diminuíram durante o período analisado neste estudo (2015-2022). Este trabalho encontra-se em estágio adiantado, com uma primeira versão do artigo submetida à Série de Trabalhos para Discussão do BC, e conta com a colaboração de pesquisadores

Pág. 70 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

externos (International Union of Soil Sciences - IUSS, Pavia, Itália e Universidade de São Paulo - USP).

5.2 Regulação e supervisão

5.2.1 Prioridades regulatórias para 2025/2026

Está na pauta a proposição de nova consulta pública para a inclusão de informações quantitativas e para o aprimoramento de requisitos referentes às informações qualitativas na divulgação de informações do Relatório de Gerenciamento de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC). Mais detalhes a seguir.

Na mesma linha de aumento da transparência de aspectos relacionados à sustentabilidade, também serão definidos critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis dos ativos e passivos de sustentabilidade, conforme a Consulta Pública 119, tema já tratado no capítulo 2, Planeta.

5.2.1.1 Ampliação da divulgação de informações por instituições financeiras

Em 2021, o BC estabeleceu a obrigatoriedade de divulgação do Relatório GRSAC[12], com um primeiro conjunto padronizado de informações sobre o tema. O relatório levou em consideração o padrão desenvolvido pela TCFD, mas ampliou o escopo para abranger, além do risco climático, os riscos sociais e ambientais.

O primeiro conjunto de informações exigidas no GRSAC concentrou-se nas tabelas com dados qualitativos, tais como governança, estratégia e gerenciamento de riscos. A ampliação da exigência, incluindo dados quantitativos, faz parte da agenda de trabalho do BC.

Em 27 de março de 2024, o BC divulgou o edital de consulta pública n° 100/2024 (ECP 100/2024), na forma de tomada de subsídios, para obter contribuições e informações para o aprimoramento dos requerimentos do Relatório GRSAC. O principal foco dessa consulta foi a inclusão de requisitos quantitativos associados a métricas e metas para os riscos climáticos, bem como indicadores para riscos ambientais e sociais. A tomada pública de subsídios abarcou seis temas:

1) Contexto e abrangência das informações a serem divulgadas, explorando métricas relativas aos riscos sociais e ambientais, dado que os padrões internacionais do BCBS e do ISSB não abarcam essas vertentes de risco;

2) Interação dos requerimentos prudenciais de divulgação com os padrões de divulgação contábil divulgados pelo ISSB;

3) Indicadores para gerenciamento do risco climático nas vertentes risco de transição e risco físico;

4) Compromissos voluntários e planos de transição *Net Zero*, visto que ainda não há exigências legais ou regulamentares aplicáveis às instituições do SFN que estabeleçam metas relacionadas com emissões de gases de efeito estufa ou a implementação de tais planos. A consulta pública buscou identificar maneiras de padronizar a divulgação dos compromissos voluntários eventualmente assumidos pelas instituições;

5) Escopo de aplicação dos requerimentos de acordo com o segmento das instituições e prazo para implementação das regras; e

[12] Conforme disposto na Resolução BCB nº 139 e na Instrução Normativa BCB nº 153, ambas de 15 de setembro de 2021. O Relatório GRSAC é obrigatório para as instituições enquadradas no segmento 1 – S1, no segmento 2 – S2, no segmento 3 – S3 e no segmento 4 – S4.

Pág. 71 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

6) Manifestações gerais.

O processo de consulta pública buscou promover amplo debate com a sociedade e as instituições reguladas. O BC recebeu 179 contribuições no total, das quais 93% foram categorizadas como válidas e 7% como fora do escopo. Ademais, 55% das contribuições válidas foram submetidas por entidades reguladas, 19% por entidades internacionais, 13% por entidades do terceiro setor e 13% por entidades diversas (vide tabela abaixo).

Contribuições – Consulta Pública 100						
Tipos de Entidades	Válidas		Fora do Escopo		Total	%
	Tema 1 a 6	%	Tema 1 a 6	%		
Entidades Reguladas	91	55%	1	8%	92	51%
Entidades Internacionais	31	19%	1	8%	32	18%
Entidades do Terceiro Setor	22	13%	1	8%	23	13%
Diversos	22	13%	10	77%	32	18%
Total	**166**	**93%**	**13**	**7%**	**179**	**100%**

Paralelamente à análise das contribuições recebidas no âmbito do ECP 100/2024, o BC participou da elaboração de uma nova recomendação internacional, qual seja, a inclusão voluntária dos riscos climáticos no arcabouço prudencial de Pilar 3, que faz parte da estrutura de padrões emitidos pelo BCBS. Também foram analisados os padrões desenvolvidos pelo ISSB para divulgação de informações contábeis relacionadas a sustentabilidade e clima (IFRS S1 e S2).

Com vistas a obter alinhamento aos padrões internacionais e considerar os subsídios recebidos no ECP 100/2024, o BC divulgará nova consulta pública no segundo semestre de 2025, desta vez com minuta de norma de aprimoramento do Relatório GRSAC, com as tabelas com requerimentos qualitativos aprimorados e com a inclusão das novas tabelas com requerimentos quantitativos. O normativo final está previsto para ser publicado em 2026.

5.2.2 Perspectivas de avanços no crédito rural

Na agenda evolutiva do crédito rural, o BC trabalha em projeto de aprimoramento do *Bureau* de Crédito Rural com dois pilares: a) um sistema de monitoramento das operações de crédito rural pós-contratação; e b) um sistema de consultas a informações creditícias e ambientais dos mutuários.

O sistema de monitoramento permitirá acompanhar de forma automatizada a conformidade das operações contratadas, durante toda a sua vigência, com as normas do crédito rural, inclusive as ambientais. As operações de crédito rural enquadradas no Proagro farão parte do primeiro piloto de monitoramento com uso intensivo de imagens de satélite a ser desenvolvido.

Já o sistema de consultas permitirá, mediante autorização do mutuário, que terceiros consultem seus dados de crédito tanto no sistema bancário quanto no mercado de capitais. O sistema de consultas também disponibilizará o acesso a dados ambientais relativos aos imóveis, tais como o CAR e embargos.

5.3 Ações internas

Pág. 72 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

O BC está em fase final de elaboração do IGEE relativo aos anos de 2022 e 2023 e dos estudos relativos às soluções propostas para mitigar suas emissões de CO_2e, advindas dos resultados obtidos por meio do IGEE de 2019. Também permanecem os estudos para elaboração de planos de transição para uma operação de baixo carbono e as diversas campanhas de conscientização internas para redução das emissões de GEE pelo BC.

5.3.1 Reforma do sistema de ar-condicionado do edifício-sede

A reforma do sistema de ar-condicionado do edifício-sede, em Brasília, iniciada em outubro de 2023, tem como escopo a substituição das unidades resfriadoras (*chillers*) por equipamentos que permitem uma redução significativa no consumo de energia e que não utilizam gases com potencial de agressão à camada de ozônio. Em novembro de 2024 foram ativadas as duas primeiras unidades resfriadoras. A ativação das outras duas está prevista para meados de 2025.

5.3.2 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O BC observa todos os critérios de sustentabilidade constantes dos modelos da Advocacia-Geral da União para a realização de suas compras e contratações. Além disso, a Instituição revisa periodicamente suas práticas, de forma a garantir sua adequação à legislação vigente e servir de referência para outras organizações.

Recentemente, etapas do processo de licitações e compras passaram por revisão, a fim de adequá-las aos novos parâmetros do Caderno de Logística Sustentável do Governo Federal. As adequações constam da versão revisada do PGLS 2025/2026.

5.3.3 Programa de Diversidade e Inclusão do BC

Em 2024 foram divulgados os resultados da Pesquisa de Diversidade e Inclusão (PDI), lançada em 2023, cujo objetivo foi buscar subsídios sobre: (i) Dados demográficos sobre diversidade do corpo funcional, (ii) vivências e percepções de situações de não inclusão experimentadas no BC, (iii) interesses e prioridades para os primeiros grupos de afinidade (gênero, PcD, cor/raça/etnia, LGBTQIAP+, geração, regionais, cuidadores, saúde mental, outros).

Dados os resultados da pesquisa, foram inaugurados os grupos de afinidade de gênero e de PCD. Os grupos visam construir um plano de ação para enfrentamento dos cenários de não-inclusão mapeados na pesquisa sobre os temas dos grupos.

Em junho de 2025, o GRC instituiu um Grupo de Trabalho Interdepartamental sobre Diversidade, delegando a este a responsabilidade de elaboração da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão do BC, bem como a elaboração de Plano de Ação para sua implementação.

5.4 Sustentabilidade no novo Museu de Economia

A sustentabilidade é um dos princípios fundamentais que norteiam o desenvolvimento do novo Museu de Valores. Esse tema é um dos pilares do novo espaço e atuará de forma transversal, sendo abordado ao longo de toda a exposição.

Além disso, a sustentabilidade será incorporada às práticas do próprio museu, servindo como um convite para que os visitantes adotem hábitos mais sustentáveis em seu dia a dia.

Pág. 73 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

O tema será abordado em diversos momentos ao longo da visita, com destaque para atrações interativas em formato de jogos e exposições temáticas. Essas experiências incentivam o público a refletir sobre os desafios envolvidos no desenvolvimento sustentável.

A proposta é mostrar ao visitante como é complexo alcançar o equilíbrio entre crescimento econômico e sustentabilidade, sem negligenciar as questões sociais. Dessa forma, o público poderá compreender, de maneira simples e acessível, a importância de construir um mundo mais justo e sustentável. Durante a visita, temas urgentes como reciclagem, e os custos ambientais da água e do carbono presentes em diferentes produtos, serão explorados de forma educativa e envolvente.

5.5 Drex – a democratização dos serviços financeiros no Brasil

A Plataforma Drex, que inclui a moeda digital do BC, contribui para a inclusão financeira no Brasil, democratizando o acesso da população a serviços como investimentos, financiamentos e seguros. A plataforma operará com ativos digitais e com o Real de forma desfragmentada, facilitando a provisão de serviços e produtos financeiros mais eficientes e acessíveis.

O Drex tem como objetivos acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia brasileira; aumentar a eficiência do sistema de pagamentos de varejo; contribuir para o surgimento de novos modelos de negócio e de outras inovações baseadas nos avanços tecnológicos; e favorecer a participação do Brasil nos cenários econômicos regional e global, com potencial para também aumentar a eficiência nas transações transfronteiriças.

O BC tem mantido diálogo permanente com acadêmicos, especialistas do setor privado e representantes de bancos centrais e instituições multilaterais em iniciativas tais como *workshops*, seminários virtuais e o Fórum Drex. Essas ações têm como objetivo conferir transparência sobre a implementação e favorecer a participação da sociedade no processo.

Está disponível no site do BC o Relatório da 1ª fase do Piloto Drex. A publicação traz as principais ações e os desenvolvimentos da 1ª fase do Piloto Drex, ocorrida entre julho de 2023 e outubro de 2024. O relatório destaca o "trilema" enfrentado nesse início do Drex: uma solução que resolvesse, ao mesmo tempo, questões de descentralização, programabilidade e privacidade. Além disso, foi preciso pensar quais seriam as recomendações para os próximos passos da iniciativa. Essa foi a primeira edição do Relatório do Piloto Drex. A intenção é que cada fase do Piloto tenha seu próprio relatório. O propósito é dar a maior transparência possível aos trabalhos e resultados do Piloto Drex.

Atualmente, o Drex está em etapa de conclusão da 2ª fase do seu Piloto. O foco dessa fase foram os casos de uso e seus potenciais benefícios para o sistema financeiro e a sociedade. Nesse contexto, foram avaliados 13 serviços financeiros para a solução de problemas reais da economia, como a compra e venda de um veículo, por exemplo. Essa fase do Piloto explorou o fornecimento desses serviços por meio de contratos inteligentes (*smart contracts*) criados pelos participantes da plataforma.

Entre os 13 casos de uso avaliados, destaca-se a *tokenização* de ativos vinculados ao setor de energia e ao agronegócio, como o CBIO, a CPR Verde e o CRA Verde. Essas iniciativas visam aprimorar a eficiência operacional, a transparência, a segurança, a integridade e a liquidez desses instrumentos financeiros. Além disso, os ganhos obtidos com a digitalização e a automação dos processos contribuem para a inclusão financeira, ao reduzir custos de transação,

Pág. 74 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

e para o fortalecimento do financiamento sustentável, por meio de análises ambientais mais confiáveis, ágeis e precisas. Trata-se, portanto, do desenvolvimento de uma tecnologia de ponta, com impacto socioambiental positivo e complementar à agenda de inovação do BC no setor financeiro.

O Drex segue como prioridade no planejamento estratégico do BC. A partir da análise interna dos resultados da Fase 2 do Piloto, a Diretoria Colegiada definirá os próximos passos. O relatório dessa 2ª fase tem publicação prevista para o 3º trimestre de 2025. Não há uma data específica para o lançamento do Drex.

5.6 Participação em iniciativas lideradas pelo governo federal

5.6.1 Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)

A taxonomia sustentável é um instrumento fundamental para que um país alcance seus objetivos climáticos, ambientais e sociais, sejam eles fruto de metas nacionais ou de compromissos internacionais. Conceitualmente, trata-se de um sistema de classificação que, por meio de critérios científicos e objetivos, define se uma atividade ou projeto é sustentável. A existência desse sistema de classificação contribui para fomentar o investimento em empreendimentos com impacto neutro ou positivo sobre o clima, o meio-ambiente e a sociedade.

Quase meia centena de sistemas de classificação encontram-se em operação ou em elaboração. O Brasil está entre os países da América Latina com taxonomia em desenvolvimento ou ativa. Os primeiros a concluírem o processo foram Colômbia e México, que, junto com a taxonomia da União Europeia, uma das primeiras no mundo, inspiraram o modelo brasileiro.

Globalmente, os objetivos mais comuns em uma taxonomia são os climáticos, que envolvem projetos que visam à diminuição da emissão de gases de efeito estufa. Os objetivos sociais são menos comuns. Nesse sentido, os países da América Latina são pioneiros. México foi o primeiro país a construir uma taxonomia com objetivos sociais. E agora o Brasil. A adoção do objetivo econômico-social de enfrentamento à desigualdade de raça é um dos principais diferenciais da taxonomia brasileira. A inclusão da indústria extrativa entre os setores prioritários é outra particularidade, assim como a incorporação de legislação nacional entre as salvaguardas.

As discussões para a construção de um plano de ação para a TSB iniciaram em 2023, no âmbito de um grupo de trabalho interinstitucional (GTI) liderado pelo Ministério da Fazenda. O BC, como integrante do GTI, participou da construção do plano de ação desde as discussões iniciais. Dezoito meses após o início dos trabalhos, em novembro de 2024, a proposta para o sistema de classificação brasileiro foi oferecida à consulta pública, por meio de treze cadernos técnicos e temáticos. O prazo para contribuições encerrou no final de março de 2025. A expectativa é que o documento com as sugestões de consulta seja publicado no segundo semestre de 2025.

5.6.2 Programa Eco Invest Brasil

Em 2024, foi instituído o Programa Eco Invest Brasil pelo governo federal. O programa tem como escopo fomentar o financiamento externo para a transformação ecológica do país, sendo parte do Plano de Transformação Ecológica do Brasil, Novo Brasil.

A iniciativa contempla instrumentos financeiros inovadores, com foco na mobilização de capital externo e na mitigação de riscos cambiais. O Eco Invest é estruturado em quatro sublinhas de crédito que visam superar barreiras estruturais que historicamente dificultam o ingresso de

Pág. 75 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

investimentos estrangeiros no país, como a instabilidade cambial e a falta de instrumentos financeiros adequados. São elas:

- **Capital Misto (*Blended finance*)** para mobilização de capital privado externo;
- **Linha de liquidez** para mitigar a volatilidade cambial;
- **Crédito para *hedge* cambial de longo prazo**;
- **Crédito para estruturação de projetos sustentáveis**.

Mais informações sobre o programa podem ser acessadas aqui.

A resolução CMN 5.205, de 17 de abril de 2025 trouxe atualizações na regulamentação da Linha Eco Invest Brasil, com autorização para aquisição de cotas de fundos de investimento, inclusão de operações de securitização, carência de até três anos para operações de crédito e regulamentação da sublinha de estruturação de projetos.

O BC atuará para operacionalizar a proteção cambial de longo prazo (de dez a quinze anos) para projetos ligados à sustentabilidade. Na estrutura idealizada, o BC atuará como intermediário, adquirindo derivativos cambiais junto ao BID e os repassando para instituições financeiras autorizadas, acionadas por investidores que tenham projetos com selo sustentável do Fundo Clima. A ideia é que o BID utilize seu *rating* AAA para conseguir acesso junto ao mercado internacional à liquidez em condições mais favoráveis de forma a repassá-las ao tomador final do derivativo.

O BC também colabora com o Eco Invest Brasil em outras frentes, tais como jurídica, contábil e tecnológica no sentido de garantir a efetividade e a segurança da implementação do programa.

5.6.3 COP30

O Brasil sediará e presidirá a COP30, em novembro de 2025. No intuito de contribuir para o evento, foi criado um grupo de trabalho interdepartamental – GTI-COP30, de caráter multidisciplinar e de natureza consultiva, para organizar a atuação do BC. Além da cessão de um andar no prédio da regional do BC em Belém para auxiliar os trabalhos da Secretaria Extraordinária para a COP-30, o BC deve contribuir, dentro do seu mandato, com o alcance dos objetivos da COP30.

Está prevista a participação da instituição em eventos ao longo do ano e em Belém para apresentar suas entregas na agenda de finanças sustentáveis. Nesse sentido, vem sendo realizadas reuniões periódicas com possíveis parceiros, como reguladores (CVM, Previc, Susep), organizações internacionais e entidades privadas.

Além disso, por meio de tratativas e atuação junto à NGFS, fóruns e organismos internacionais e outros bancos centrais, o BC trabalha em parceria com a organização da COP30 para que a comunidade financeira internacional participe mais ativamente e auxilie na quantificação e transmissão da mensagem necessária para o fomento das finanças sustentáveis e a transição climática justa.

Pág. 76 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 156/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário Pág. 85

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 157/2025–GRC, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos – Apresenta o Relatório Anual de Prestação de Contas do Comitê Economia Sustentável – Ecos 2024/2025.

Senhor Presidente e Senhores Diretores, membros do GRC,

1. A Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio – Gerip apresenta o Relatório Anual de Prestação de Contas do Comitê Economia Sustentável – Ecos 2024/2025, relativo ao período compreendido entre o 2º semestre de 2024 e o 1º semestre de 2025, em atendimento ao art. 14 de seu regulamento, anexo à Resolução BCB nº 388, de 5 de junho de 2024. Ressalta-se que as atas e apresentações das reuniões do Ecos estão devidamente divulgadas no sítio da intranet do Banco Central do Brasil – BCB.

2. O Ecos foi criado por meio da Resolução BCB nº 169, de 2 de dezembro de 2021, com o objetivo de reforçar a estrutura de governança para sustentabilidade, de maneira que os assuntos relativos ao tema que excediam o escopo de atuação do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional – CRSO também pudessem ser contemplados. Instituído sob natureza consultiva, o comitê busca promover a coordenação das iniciativas, dos projetos e das atividades realizadas pelas distintas áreas do BCB relativas à sustentabilidade e, quando oportuno, debater e recomendar ações adicionais. Para isso, detém, entre suas competências, a promoção da discussão de diretrizes a serem seguidas pelo BCB na seara sustentável, a sugestão de novas iniciativas e projetos, bem como sugestões às ações em andamento e a atuação como instância consultiva de assuntos interdepartamentais em relação às ações sociais, ambientais e climáticas.

3. Com mais de três anos de funcionamento, mostrou ser um importante colegiado para discussões de temas estratégicos. Em sinalização de sua relevância, a Resolução BCB nº 388, de 2024, expandiu o rol de competências do órgão ao incluir a análise e elaboração de recomendações frente a propostas de revisão da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco Central do Brasil – PRSAC-BCB. Além disso, ampliou o número de áreas representadas, passando de seis para sete, e incluiu a representação do CRSO entre seus membros.

4. Ao longo do período dessa prestação de contas, foram realizadas quatro reuniões. Destaco que a 11ª reunião, realizada em 19 de agosto de 2024, trouxe atualizações sobre as discussões, os modelos e desafios no âmbito da *Network for Greening the Financial System* – NGFS. Contou também com uma apresentação sobre os principais resultados do Inventário de Gases de Efeito Estufa – IGEE do BCB, um trabalho de levantamento de todas as fontes de emissão de gases de efeito estufa – GEE nas suas operações.

5. A 12ª reunião, realizada em 2 de dezembro de 2024, teve a primeira participação da representante da área de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta – Direc, que trouxe informações sobre temas como o ouro no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. Também houve apresentação do andamento da

SECRETARIA DO GRC
Pág. 1 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

iniciativa da Taxonomia Sustentável Brasileira – TSB.

6. Na 13ª reunião, ocorrida em 24 de março de 2025, foram compartilhadas as discussões no âmbito do engajamento do BCB na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – Conferência das Partes – COP30 e na presidência dos BRICS. Houve também a apresentação do estudo "Mapeamento de exposições a riscos climáticos físicos dentro do Sistema Financeiro Nacional" pela área de Fiscalização.

7. Finalmente, na última reunião do período, ocorrida em 9 de junho de 2025, houve apresentação sobre o andamento das discussões no âmbito do grupo de trabalho interdepartamental da COP 30 – GTI COP30, com detalhamento da proposta das frentes de contribuição do BCB. Também houve apresentação sobre a evolução e o *status* atual do trabalho de gestão das vulnerabilidades nas instituições supervisionadas sob a perspectiva da supervisão de conduta e o estudo de análise das exposições de crédito rural a eventos climáticos.

8. A diversidade de temas e apresentações neste último ano, resultado do alto engajamento de seus membros nas reuniões, é mais um sinal da relevância desta instância para a organização.

9. É o que trago ao conhecimento deste colegiado com o relatório anexo.

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

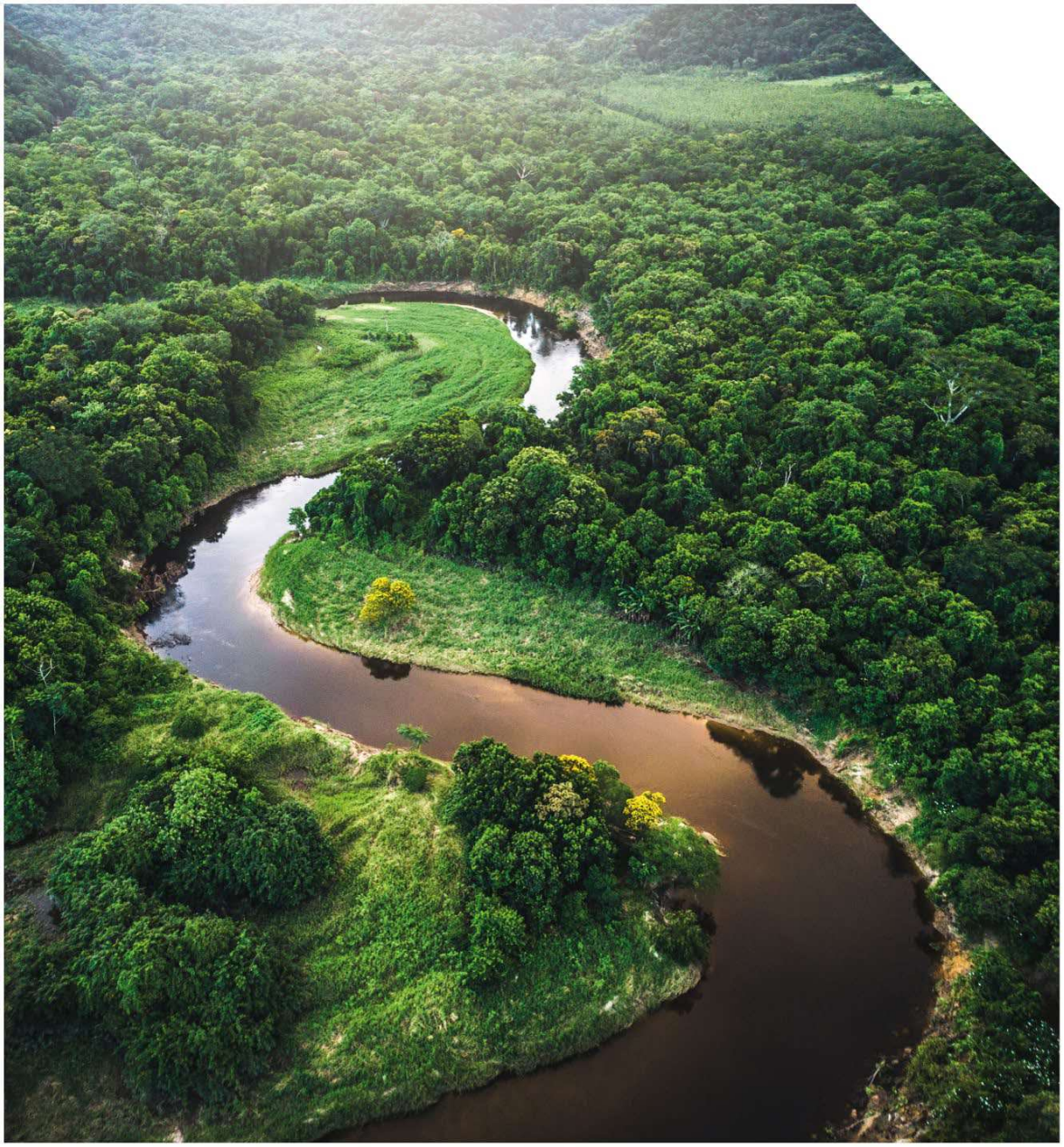
Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 2 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16



Relatório Anual de Prestação de Contas do Comitê Economia Sustentável – Ecos

2024/2025

BC# | BANCO CENTRAL DO BRASIL

Pág. 3 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Seção 1: O Comitê

Criado em dezembro de 2021, durante seus três anos e meio de funcionamento, o Comitê Economia Sustentável (Ecos) acompanhou o contexto interno e externo do Banco Central do Brasil (BC) na temática de sustentabilidade. Trouxe para debate entre seus membros temas como o grupo de finanças sustentáveis do G20, as discussões no âmbito da *Network for Greening the Financial System* (NGFS), a taxonomia sustentável brasileira (TSB), a presidência dos BRICS, a organização do G20 Techsprint 2024, as medidas temporárias e em caráter de excepcionalidade, impactos e lições aprendidas com a emergência climática no Rio Grande do Sul, e estudos como o inventário de gases de efeito estufa do BC, o novo modelo de mapeamento de exposições a riscos climáticos físicos e a gestão das vulnerabilidades nas instituições supervisionadas.

Desde a sua criação, foram realizadas quatorze reuniões. Uma vez que o Ecos visa a promover a coordenação das iniciativas, dos projetos e das atividades realizadas pelas distintas áreas do BC, bem como, quando oportuno, debater e recomendar ações adicionais relativas à sustentabilidade, convencionou-se que, a cada reunião, os representantes de áreas fariam relatos das ações em andamento e a perspectiva de desenvolvimento de novas iniciativas e projetos específicos em suas áreas.

Para dar maior transparência e contribuir à distribuição de conhecimento dentro do banco, os membros, as atas completas dessas reuniões, bem como as apresentações podem ser consultadas na intranet. Apresentado esse breve histórico do Comitê, seguimos para o Relatório Anual de Prestação de Contas das atividades do Ecos, relativo ao 2º semestre do ano de 2024 e ao 1º semestre de 2025, conforme previsto em seu Regulamento.

Seção 2: Números do Ecos no período

Ao longo do 2º semestre do ano de 2024 e do 1º semestre de 2025 foram realizadas 4 reuniões. O calendário de reuniões, divulgado previamente, foi cumprido nas datas programadas.

Pág. 4 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 89

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16





9 titulares

(7 Áreas representadas + CRSO)



Média de cerca de 20 participantes (titulares + convidados) por sessão



4 reuniões realizadas



6 apresentações feitas

As reuniões realizadas no período contaram com a participação de seus 9 membros: o Coordenador, Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos (Direx); representantes das áreas de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos (Direx); de Fiscalização (Difis); de Política Econômica (Dipec); de Política Monetária (Dipom); de Regulação (Dinor); do Presidente (Presi); de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (Direc); do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional (CRSO); ou seus substitutos indicados.

As reuniões contaram também com a participação de servidores convidados que detinham domínio técnico ou responsabilidades nos tópicos de cada pauta proposta.

As reuniões foram secretariadas pela Gerip.

Seção 3: Reuniões e tópicos

Esta seção apresenta maiores detalhes sobre as pautas das quatro reuniões realizadas durante o período deste Relatório Anual.

A **11ª Reunião do Ecos** foi realizada em 19 de agosto de 2024 e contou com relatos do Direx sobre participações no âmbito da NGFS, incluindo o *Steering Committee,* e reuniões com o *Bank for International Settlements (*BIS) e com o Banco da Inglaterra (BoE). Trouxe para conhecimento a dificuldade de monetização dos cenários pela NGFS, o foco dos seus modelos em adaptação e mitigação (enquanto o Grupo dos 20 (G20) concede mais atenção para compensação) e outros aspectos técnicos, como a integração dos modelos que fazem um mapeamento da questão climática pelo lado da transição energética em funções de produção, com diferentes graus de granularidade, tanto geográfica quanto setoriais. São vários modelos complementares de *Individual Assessment Models* (IAMs) que fazem esse mapeamento e os cenários traçam diferentes trajetórias da transição em termos de atender em maior ou menor escala os objetivos climáticos. Houve

Pág. 5 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

complemento à discussão sobre os cenários da NGFS durante a atualização do Derin, com relatos sobre as dificuldades de manuseio dos mesmos. Além disso, houve uma contextualização sobre o trabalho do *Sustainable Finance Working Group* (SFWG) e a montagem da força-tarefa Clima, com detalhamento sobre as frentes de debate (ex. financiamento para uma economia de baixo carbono). O tema de revisão do funcionamento dos fundos ambientais também foi relatado, apresentando a ideia de empoçamento de recursos em função da dificuldade sobre a eficiência na construção dos projetos mais atrativos. Foi realizada apresentação sobre os principais resultados do Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do BC, um trabalho de levantamento de todas as fontes de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) nas suas operações, destacando-se a importância de o BC servir de referência para as instituições financeiras, às quais requer a implementação de política de responsabilidade social, ambiental e climática. O IGEE será realizado anualmente. Da análise depreendeu-se que há cinco principais fontes de emissões identificadas no IGEE de 2019: distribuição de numerário, destinação dos resíduos de numerário, consumo de energia, deslocamento de funcionários e resíduos prediais. A partir dessa identificação, estão sendo estudadas estratégias para redução dessas emissões. Durante a reunião, houve ainda discussão sobre resultados preliminares e desenvolvimento de modelos empíricos pela Dipec, como um modelo *Computable General Equilibrium* (CGE) para testes de estresse com o Desig, o trabalho em parceria com o Desig para as estatísticas de títulos verdes e o trabalho de identificação dos indicadores ESG mais relevantes para uso do BC, parte do projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS). Foram lembradas pela fiscalização as ações de aprendizagem, como o curso sobre perda de biodiversidade, realizado em agosto do ano passado. Finalmente, houve atualizações sobre os avanços normativos em andamento, mais especificamente a consulta pública 100 e evoluções no monitoramento do crédito rural.

A **12ª Reunião do Ecos** foi realizada em 02 de dezembro de 2024 e trouxe mais atualizações sobre as reuniões de alto nível da NGFS, como a publicação da quinta versão dos cenários climáticos macrofinanceiros de longo prazo para avaliações prospectivas de riscos climáticos, que exploram os impactos da transição e os impactos físicos das mudanças climáticas. O principal desenvolvimento desta quinta edição é uma avaliação atualizada do risco físico, que passa a incorporar uma nova *damage function*, resultando em impactos físicos mais substanciais das mudanças climáticas. Com a atualização dos cenários, aplicação da *damage function* e recalibração dos modelos, os impactos nos

Pág. 6 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

diferentes cenários dos efeitos adversos do clima basicamente se desdobram em variáveis importantes, como perda do PIB e aumento do desemprego. Ao longo da reunião foi mencionado também o relatório das atividades do BC na trilha financeira do G20. Foram feitas atualizações sobre os modelos em estudo, como a continuidade do desenvolvimento de um modelo *Computable General Equilibrium* (CGE) para testes de estresse com o Desig e a simulação para a introdução de uma taxa de carbono, com o aprendizado de que as perdas para as instituições financeiras (IFs) se concentraram, principalmente, nos setores de indústrias de transformação, construção e transporte devido ao aumento dos ativos problemáticos desses setores. Foi a primeira participação da representante da Direc no Comitê, trazendo à discussão o tema do ouro no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Essa discussão sobre o ouro envolve os minérios em geral e o desmatamento decorrente e a ENCLLA possui um foco muito específico: a utilização do meio ambiental como forma para lavagem de dinheiro ou corrupção. Ela lembrou que o foco não é mais o ouro, que já teve encaminhamento da parte do BC, e agora a questão está mais direcionada no desmatamento e, em 2025, entrará a questão da pecuária e da indústria da carne. Também atualizou sobre outras ações da área relacionadas à sustentabilidade, como iniciativas relacionadas ao ponto de vista social (vulnerabilidade, proteção ao consumidor, superendividamento, inclusão digital) e sobre a participação em fóruns internacionais como o *International Financial Consumer Protection Organisation* (FinCoNet). Também foram destaque informações sobre a reformulação do Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático (DRSAC), estudos na área da fiscalização, avanços na negociação do *hedge* cambial sustentável e atualizações sobre o *Bureau* de Crédito Rural. Por último, houve apresentação do andamento da iniciativa da TSB. A primeira versão da taxonomia foi colocada em consulta pública no dia 16 de novembro de 2024 e ficou aberta até 31 de março, com publicação prevista até julho de 2025. É o segundo caso de taxonomia que traz não somente objetivos climáticos e ambientais, mas também objetivos econômicos sociais, sendo que a primeira foi a taxonomia do México. Foram compartilhadas informações sobre os objetivos, setores, grupo técnico, critérios, governança, envolvimento do BC, cadernos técnicos, atividades e linha do tempo da TSB. Ressaltou-se a necessidade de avaliação dos normativos do BC, que terão que ser adaptados para alinhamento à TSB.

A **13ª Reunião do Ecos** foi realizada em 24 de março de 2025 e contou com atualizações

Pág. 7 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

sobre as tratativas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). Houve a reunião entre o Direx e a Presidência da COP30, o Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, a decisão do BC em ceder parte da regional em Belém para o escritório de presidência da COP30, a aproximação com a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), do Ministério da Fazenda (MF), e a aprovação do voto do Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI) da COP30 (GTI COP30). Ainda, no cenário internacional, houve contextualização sobre as ações relacionadas à sustentabilidade na presidência dos BRICS, que se subdivide em duas trilhas separadas (i) uma trilha "Sherpas" (nomenclatura G20), coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e que envolve outros ministérios e (ii) uma trilha financeira que envolve ministérios de finanças e bancos centrais. Há seis prioridades chaves na trilha financeira e a que envolve sustentabilidade é a de "promover a convergência no financiamento e novos instrumentos para enfrentar as mudanças climáticas e impulsionar a transformação ecológica e o diálogo com a COP30". Além disso, há uma agenda de financiamento climático dos BRICS fortalecendo cooperação e financiamento climático, priorizando reforma de bancos multilaterais de desenvolvimento e estabelecendo plataformas nacionais de investimento. No âmbito dessa agenda de sustentabilidade nos BRICS, o BC propôs para esse ano a elaboração de um relatório sobre riscos climáticos, o *Climate Risks Approaches and Climate Risks Stress Tests in the Financial Sector*. Além dessa entrega, há uma segunda que é a realização de seminários virtuais. Houve também a apresentação do "Mapeamento de exposições a riscos climáticos físicos dentro do Sistema Financeiro" pela área de fiscalização. O estudo buscou avançar na localização precisa dos tomadores de crédito, para aprimorar mapeamento do risco físico, trazer maior granularidade no uso de mapas históricos e melhores projeções de variáveis climáticas. Considerando os resultados, na distribuição de risco climático físico no sistema financeiro nacional (SFN) por Bioma, a maior parte é carregada pela Mata Atlântica e em seguida Cerrado, Pampa, Caatinga, Amazônia e por último Pantanal. Além disso, as principais conclusões foram: estiagem/seca se mostram como o risco climático físico mais relevante do SFN, bens de consumo básico concentram mais da metade dos riscos climáticos físicos do SFN e bancos públicos detêm a maior parte do risco climático físico do SFN, mas devido à diversificação de suas carteiras, apresentam risco individual menor do que outras entidades supervisionadas. No cenário doméstico, mais detalhes sobre a pesquisa do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada no ano passado, foram compartilhados. A pesquisa é

Pág. 8 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

uma autoavaliação que nos compara a outros órgãos em gráficos no formato teia de aranha, sem acesso a dados individuais. O BC tem tido bons resultados, mas com alguns pontos de destaque negativo. Durante a reunião, foram mencionados projetos que estão em vias de finalização, como o projeto do valor da água limpa. Foi informado também que, na Conferência Anual do BC, dentre 330 artigos submetidos, 42 foram selecionados para apresentação no evento, dos quais 4 *papers* abordarão a temática de sustentabilidade, com um painel dedicado para este tema. Foi elucidado ao grupo mais detalhes sobre o Grupo de Trabalho (GT) de sustentabilidade da FinCoNet, com suas três linhas de ação: (i) supervisão direta de produtos verdes e sustentáveis, vendidos ou comercializados pelas IFs, (ii) riscos de *greenwashing* para o consumidor e (iii) vulnerabilidade em si e como é potencializada pelas questões climáticas ou de sustentabilidade.

A **14ª Reunião do Ecos** ocorreu em 09 de junho de 2025 e trouxe relatos sobre o desenvolvimento de indicadores de riscos climáticos físicos no âmbito do projeto FibraS, bem como a finalização de diversos estudos, a exemplo do que trata dos efeitos de eventos climáticos na cadeia de produção. Além disso, foi compartilhado com o comitê detalhes sobre o aprimoramento do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) e as discussões afetas em fóruns internacionais, o lançamento da consulta pública para dar tratamento contábil mais uniforme para ativos e passivos decorrentes de ações de sustentabilidade, com o intuito de haver critérios mais claros baseados na orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e os aperfeiçoamentos trazidos com a resolução CMN 5193. Informações sobre a auditoria realizada em sustentabilidade também foram divididas, além do detalhamento sobre as etapas do desenvolvimento do planejamento estratégico do BC e os destaques na temática de sustentabilidade, como risco climático, diversidade, educação financeira e dimensão social. Alterações na DRSAC, em fase de discussões com o mercado para ampliação de informações, também foram trazidas à discussão, bem como a atualização sobre estudos em andamento relacionados ao gerenciamento de riscos climáticos físicos. A primeira apresentação trouxe o andamento das discussões no âmbito do GTI COP30, com apresentação da proposta de engajamento do BC nas três frentes de atuação relacionadas ao evento, envolvendo outros atores externos como a NGFS, o MRE e o MF. Também houve apresentação sobre a evolução e o *status* atual do trabalho de gestão das vulnerabilidades nas instituições supervisionadas sob a

Pág. 9 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

perspectiva da supervisão de conduta, com detalhes sobre os diferentes estágios do tema, que começou a ser tratado efetivamente em 2019. Houve ainda a apresentação do estudo de análise das exposições de crédito rural a eventos climáticos, com o intuito de desenvolver métricas para tentar identificar riscos climáticos a que as instituições supervisionadas estão expostas. Durante a apresentação, foram explicados conceitos como risco climático físico agudo e crônico, os eixos de estudo e séries históricas utilizadas na identificação de riscos físicos. Atualizações sobre o andamento do desenvolvimento da TSB, com a realização da segunda semana de oficinas técnicas e a criação do GTI de diversidade também foram compartilhadas.

Nesse contexto destacamos a relevância do Comitê em dar oportunidade de nivelar os representantes acerca de discussões que ocorrem em instâncias superiores nos diferentes órgãos que o BC participa. Além disso, nas reuniões são compartilhadas informações sobre discussões em andamento relativas a modelos, prioridades, forças-tarefas, GTS, negociações, uma diversidade de temas relacionados à sustentabilidade que passam a ter palco em virtude da existência do colegiado. Isso dá oportunidade para os membros opinarem, questionarem e oferecerem colaboração, unindo esforços para melhores resultados conjuntos.

Por fim, destaca-se que o Ecos vem cumprindo na totalidade as diretrizes estabelecidas em seu regulamento e a representatividade trazida pela diversidade de áreas dentro do Comitê e as suas visões estratégicas relacionadas a temas transversais têm se mostrado imprescindíveis para a qualidade dos encaminhamentos.

Pág. 10 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 157/2025-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 95

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

VOTO 158/2025–GRC, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Assuntos do Presidente, Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, assuntos de Política Monetária, assuntos de Fiscalização, assuntos de Regulação, assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução e assuntos de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta – Propõe atualizações nos grupos de trabalho para acompanhamento do *Financial Sector Assessment Program* – FSAP.

Senhores Diretores, membros do GRC,

1. A avaliação regular dos arcabouços de regulação e de supervisão nacionais, realizada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial no âmbito do *Financial Sector Assessment Program* – FSAP, iniciou com a *Scoping Mission* realizada entre os dias 21 e 25 de julho de 2025.

2. Nesse contexto, o Grupo Executivo é uma instância de suma importância, porque tem como missão a centralização do fluxo de comunicação com os organismos avaliadores, a distribuição das demandas dos organismos avaliadores para as equipes técnicas do Banco Central do Brasil, a revisão das respostas elaboradas pelas equipes e o relacionamento com os demais reguladores e supervisores envolvidos com o processo de avaliação. Portanto, cabe aos membros indicados pelas unidades o exame dos materiais, a preparação das respostas aos questionamentos dos avaliadores e a participação nas reuniões técnicas com as missões do FSAP. Por sua vez, o Grupo Estratégico procede à revisão consolidada dos documentos elaborados pelo Grupo Executivo e à harmonização das posições entre as áreas quando esta não tiver sido possível no âmbito do Grupo Executivo.

3. Devido aos temas discutidos e ao escopo das análises a serem realizadas nas missões subsequentes, a ampliação desses grupos de trabalho é necessária. Dessa forma, além das equipes ligadas ao Diretor de Fiscalização, ao Diretor de Política Monetária, ao Diretor de Regulação, ao Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução e ao Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, também serão incluídas equipes ligadas à Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.

4. Dessa maneira, propõe-se a inclusão de dois novos membros ao Grupo Executivo: um indicado pelo Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições não Bancárias e outro indicado pelo Departamento de Supervisão de Conduta. Dada a abrangência ampla da investigação feita pelo FSAP, o grupo, que antes contava com doze servidores, passará a contar com quatorze servidores, que atuam em diferentes unidades do Banco Central do Brasil, nas áreas citadas no parágrafo 3. Por sua vez, o Grupo Estratégico, que era composto por seis membros, passará a ser composto por sete membros.

5. As demais alterações propostas são pontuais. A secretaria dos grupos continua na Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico – Segov, mas o Chefe-Adjunto dessa unidade deixa de ser o secretário. Outra alteração é a retirada, com o intuito de

SECRETARIA DO GRC

Pág. 1 do doc. 7 (VOTO DO GRC 158/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

dar agilidade aos trabalhos, da necessidade do envio semestral aos Diretores envolvidos de relatório contendo o andamento dos trabalhos do Grupo Executivo, os fatos ocorridos e as perspectivas relevantes para o período subsequente.

6. Sendo assim, indica-se edição de uma nova resolução BCB para substituir a Resolução BCB nº 301, de 16 de março de 2023, que constitui grupos de trabalho encarregados de coordenar o acompanhamento do FSAP e os regulamenta.

7. É o que submetemos à consideração deste colegiado, com fulcro no art. 139, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno deste Banco Central.

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
Presidente do Banco Central do Brasil

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID
Diretor de Política Monetária

AILTON DE AQUINO SANTOS
Diretor de Fiscalização
Diretor de Regulação substituto

RENATO DIAS DE BRITO GOMES
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

IZABELA MOREIRA CORREA
Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 2 do doc. 7 (VOTO DO GRC 158/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO BCB Nº , DE DE AGOSTO DE 2025

Aprova o regulamento dos grupos de trabalho encarregados de coordenar o acompanhamento do *Financial Sector Assessment Program* – FSAP.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles – GRC, com base no art. 139, *caput*, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, tendo em vista o disposto no Voto 309/2021–BCB, de 9 de dezembro de 2021, no Voto 78/2023–GRC, de 16 de março de 2023, e no Voto /2025–GRC, de de agosto de 2025,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovado o regulamento dos grupos de trabalho encarregados de coordenar o acompanhamento do *Financial Sector Assessment Program* – FSAP, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Resolução BCB nº 301, de 16 de março de 2023.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
Presidente do Banco Central do Brasil

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID
Diretor de Política Monetária

AILTON DE AQUINO SANTOS
Diretor de Fiscalização
Diretor de Regulação substituto

RENATO DIAS DE BRITO GOMES
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

IZABELA MOREIRA CORREA
Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

SECRETARIA DO GRC

Pág. 3 do doc. 7 (VOTO DO GRC 158/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO BCB Nº , DE DE AGOSTO DE 2025

Art. 1º Este Regulamento disciplina a estrutura e o funcionamento dos Grupos Executivo e Estratégico, de natureza consultiva, constituídos para coordenar o acompanhamento do *Financial Sector Assessment Program* – FSAP.

Art. 2º Cabe ao Grupo Executivo:

I - centralizar o fluxo de comunicação com os organismos avaliadores;

II - organizar a atividade de preparação das respostas aos questionários prévios preparados pelos avaliadores;

III - consolidar e harmonizar as respostas, tanto internamente como com os demais participantes do Governo brasileiro que receberão as missões do FSAP;

IV - comunicar à Diretoria Colegiada, via informes regulares, sobre o andamento das diversas etapas da avaliação;

V - revisar as respostas elaboradas pelas equipes técnicas; e

VI - organizar aspectos logísticos das missões.

Art. 3º Cabe ao Grupo Estratégico proceder à revisão consolidada dos documentos elaborados pelo Grupo Executivo e à harmonização das posições entre as áreas quando esta não tiver sido possível no âmbito do Grupo Executivo.

Parágrafo único. Os membros do Grupo Estratégico poderão também participar de reuniões com os representantes dos organismos internacionais que formarão a equipe de avaliação.

Art. 4º O Grupo Executivo será composto por quatorze membros, sendo:

I - um coordenador; e

II - treze indicados, sendo:

a) um pelo Presidente;

b) três pelo Diretor de Política Monetária;

c) um pelo Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos;

d) um pelo Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução;

e) dois pelo Diretor de Regulação;

f) um pela Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta; e

g) quatro pelo Diretor de Fiscalização.

Art. 5º O Grupo Estratégico será composto por sete membros, sendo:

I - um coordenador; e

II - seis indicados pelos Diretores de Política Monetária, de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, de Regulação, de Fiscalização e de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.

SECRETARIA DO GRC

Pág. 4 do doc. 7 (VOTO DO GRC 158/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Art. 6º Os Grupos Executivo e Estratégico serão coordenados pelo Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico – Segov e, nas suas ausências e impedimentos, por servidor indicado por ele.

Art. 7º Cabe ao coordenador:

I - aprovar as pautas das reuniões;

II - designar os participantes dos grupos;

III - convocar as reuniões;

IV - realizar a prestação de contas;

V - coordenar as reuniões;

VI - representar os grupos;

VII - zelar:

a) pelo registro das atividades;

b) pela guarda da documentação; e

c) pela atualização do Regulamento;

VIII - manter atualizados os dados dos grupos no cadastro de colegiados corporativos;

IX - avaliar a efetividade dos grupos; e

X - relatar periodicamente aos Diretores citados no art. 4º os fatos relevantes, o andamento dos trabalhos do Grupo Executivo, os principais fatos ocorridos no período e as ações relevantes para o período subsequente.

Art. 8º As reuniões do Grupo Executivo deverão contar com a presença mínima de 7 (sete) de seus participantes, sendo um deles o coordenador.

Art. 9º As reuniões do Grupo Estratégico deverão contar com a presença mínima de 3 (três) de seus participantes, sendo um deles o coordenador.

Art. 10. A Secretaria dos Grupos Executivo e Estratégico será exercida pela Segov, cabendo à unidade auxiliar o coordenador em suas atribuições.

Art. 11. Cabe à Segov, no exercício de apoio ao coordenador:

I - expedir:

a) os atos de convocação; e

b) os convites para a participação nas reuniões;

II - elaborar as pautas das reuniões;

III - prover os serviços de secretaria;

IV - agendar as reuniões e encaminhar previamente aos membros os documentos necessários; e

V - executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo coordenador.

SECRETARIA DO GRC
Pág. 5 do doc. 7 (VOTO DO GRC 158/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Art. 12. A prestação de contas dos grupos de trabalho se dará por meio da apresentação das versões finais dos relatórios produzidos pelo FSAP à Diretoria Colegiada.

Art. 13. Os grupos de trabalho de que trata este Regulamento serão extintos quando publicados os relatórios finais pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial ou for emitido comunicado, por parte desses organismos, de que a publicação não será realizada.

SECRETARIA DO GRC

Pág. 6 do doc. 7 (VOTO DO GRC 158/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

VOTO 159/2025–GRC, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Assuntos do Presidente – Altera o Regulamento do Comitê de Integridade do Banco Central do Brasil – CIBCB.

Senhores Diretores, membros do GRC,

1. O Comitê de Integridade do Banco Central do Brasil – CIBCB foi previsto inicialmente na Portaria nº 97.981, de 9 de maio de 2018, como um subcomitê do Comitê de Governança Riscos e Controles – GRC. Em seguida, a Portaria nº 104.238, de 9 de agosto de 2019, conferiu ao CIBCB sua designação atual, revogando o ato normativo anterior. Atualmente, o regulamento do comitê está veiculado no anexo da Resolução BCB nº 422, de 9 de outubro de 2024, aprovada pelo Voto 125/2024–GRC na mesma data.

2. O CIBCB é composto pelo Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil – BCB, que o coordena, pelo Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico – Segov, que o secretaria, pelo Auditor-Chefe, pelo Corregedor-Geral, pelo Ouvidor, pelo Chefe do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais – Deris, pelo Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização – Depes, pelo Chefe do Departamento de Comunicação – Comun e pelo Secretário-Executivo da Comissão de Ética do BCB – CEBCB.

3. Dados o objetivo e as competências do comitê, atribuídos pelos arts. 1º e 5º do Regulamento do CIBCB, anexo à Resolução BCB nº 422, de 2024, entendo que o exercício da coordenação do comitê, conforme estabelecido pelo art. 6º do mesmo regulamento, guarda relação mais diretamente vinculada às competências do Corregedor-Geral do que àquelas do Secretário-Executivo. O reposicionamento da coordenação do CIBCB em unidade cuja atuação está diretamente relacionada à promoção da integridade, à prevenção de desvios e ao fortalecimento da cultura ética no âmbito do BCB gera aprimoramento institucional. A Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil – Coger, por sua natureza e atribuições, reúne condições técnicas e institucionais para liderar os trabalhos do comitê, promovendo maior coesão entre as ações de integridade e os mecanismos de responsabilização.

4. Cabe destacar que, na forma do art. 7º do regulamento[1], o secretariado do CIBCB permanecerá a cargo da Segov, cujo chefe continuará a exercer o cargo de secretário do comitê e, nos casos de impedimento do coordenador titular, o de coordenador substituto.

[1] Art. 7º Compete à Segov: I - expedir os atos de convocação e os convites para a participação nas reuniões; II - elaborar as pautas e as atas das reuniões, mantendo-as em espaço próprio; III - publicar as atas das reuniões do CIBCB no sítio da intranet do Banco Central do Brasil, em seção específica sobre o tema; IV - agendar as reuniões e encaminhar previamente aos membros os documentos necessários; V - viabilizar a execução operacional das atribuições do CIBCB quando demandadas pelo comitê ou pelo seu coordenador; VI - coordenar a prestação de contas anual ao GRC acerca da implantação das ações do Plano de Integridade e das atividades do CIBCB; VII - coordenar o trabalho de elaboração e de acompanhamento do Plano de Integridade pelo CIBCB; e VIII - prestar assessoria técnica e apoio administrativo ao CIBCB.

SECRETARIA DO GRC

Pág. 1 do doc. 8 (VOTO DO GRC 159/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

5. Assim, conforme disposto no art. 11, *caput*, inciso XIII, alínea "a", e no art. 139, *caput*, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, submeto à deliberação deste colegiado a aprovação da alteração do regulamento do CIBCB, conforme a anexa minuta de resolução BCB.

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
Presidente do Banco Central do Brasil

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 2 do doc. 8 (VOTO DO GRC 159/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO BCB Nº , DE DE AGOSTO DE 2025

Altera o Regulamento do Comitê de Integridade do Banco Central do Brasil – CIBCB, anexo à Resolução BCB nº 422, de 9 de outubro de 2024.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles – GRC, em sessão realizada em de agosto de 2025, com base no art. 11, *caput*, inciso XIII, alínea "a", e no art. 139, *caput*, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, tendo em vista o disposto no Voto /2025–GRC, de de agosto de 2025,

R E S O L V E :

Art. 1º O Regulamento do Comitê de Integridade do Banco Central do Brasil – CIBCB, anexo à Resolução BCB nº 422, de 9 de outubro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - Secretário-Executivo;

.....

III - Corregedor-Geral do Banco Central do Brasil, que o coordenará;

.....

§ 3º No caso de impedimento do Corregedor-Geral, a coordenação do CIBCB será exercida pelo Chefe da Segov.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
Presidente do Banco Central do Brasil

SECRETARIA DO GRC

Pág. 3 do doc. 8 (VOTO DO GRC 159/2025-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 160/2025–GRC, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Assuntos da Secretaria-Executiva – Apresenta o relatório de prestação de contas do ano de 2024 do Comitê de Gestão Estratégica – CGE.

Senhor Presidente e Senhores Diretores, membros do GRC,

A Secretaria-Executiva – Secre vem apresentar, por meio desta comunicação, o Relatório Anual de Prestação de Contas das atividades do Comitê de Gestão Estratégica – CGE relativo ao ano de 2024, em atendimento ao art. 19, inciso II, de seu regulamento, anexo à Resolução BCB nº 424, de 10 de outubro de 2024. O referido relatório foi apresentado durante a 27ª reunião do comitê, em 25 de abril de 2025. Ressalta-se que as atas das reuniões do CGE estão devidamente divulgadas no sítio da intranet do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 19, inciso I, do regulamento, complementando, assim, a prestação de contas do comitê.

É o que trago ao conhecimento deste colegiado.

ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA
Secretário-Executivo

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 1 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC 160/2025-BCB/Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico – Segov

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA – CGE

2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Documento Público

Pág. 2 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC [illegible]ecre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Seção 1: O Comitê

Como instância de assessoramento do Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC), o CGE aprecia relevantes temas de cunho estratégico de forma a assegurar o alinhamento entre as diversas iniciativas do BCB, em especial nos temas de planejamento e gestão estratégica, gestão do portfólio corporativo de projetos e programas, governança de tecnologia da informação, participação do BCB no Plano Plurianual da União (PPA), indicadores de gestão e suas respectivas metas, Plano de Dados Abertos, Plano de Transformação Digital, e prestação de contas da autarquia.

O comitê vem cumprindo na totalidade as diretrizes estabelecidas em seu regulamento, inclusive atendendo às disposições dos normativos externos que demandam a apreciação e a aprovação de assuntos relativos à governança e à gestão estratégica por instância colegiada representativa das diversas áreas da organização. A representatividade trazida pelos membros do colegiado e suas visões estratégicas relacionadas a temas transversais têm se mostrado imprescindíveis para a qualidade dos encaminhamentos dos temas do CGE.

Com a maturidade operacional do comitê algumas adequações ao seu regulamento se fizeram necessárias e, em outubro de 2024, o GRC apreciou o Voto GRC 126/2024-BCB e aprovou o novo regulamento do CGE (Resolução nº 424, de 10 de outubro de 2024), que trouxe as seguintes alterações:

- Inclusão do Coordenador do CGI como membro;
- Mandato dos membros por prazo indeterminado;
- Atribuição de os membros zelarem para que os assuntos de responsabilidade de suas áreas sejam submetidos ao CGE em cumprimento às competências do comitê;
- Inclusão do Auditor-Chefe como participante, sem direito a voto, com a finalidade de assessorar o CGE nos assuntos de sua competência;

Pág. 3 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC [illegible]Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

- Nos casos de impedimento do Coordenador, substituição pelo Chefe da Segov;
- Inclusão da Gestão Estratégica como competência do comitê; e
- Competência para aprovar o Plano de Transformação Digital (PTD).

Em 2024 foi realizada a autoavaliação do comitê em consonância com a Resolução BCB nº 385, de 5 de junho de 2024, que estabeleceu o processo de avaliação periódica dos colegiados corporativos. O formulário foi enviado para todos os 11 titulares e 11 suplentes do comitê. Dos 11 membros titulares, 7 responderam ao formulário, além de 2 suplentes. Durante a 23ª reunião do CGE, os membros debateram o resultado da avaliação, que segue abaixo:

- O colegiado trata de questões relevantes para a instituição (média: 4,8);
- O colegiado cumpre seus objetivos (média 4,7);
- Os membros contribuem para o alcance dos objetivos do colegiado (média 4,7);
- As interações entre os membros ocorrem com confiança, transparência e respeito mútuo (média 4,9);
- O colegiado tem um número adequado de membros (média 4,7);
- O colegiado tem uma representatividade adequada de áreas para os temas tratados (média 4,8);
- O colegiado tem uma diversidade adequada de membros (média 3,9);
- As informações necessárias às discussões são recebidas com antecedência adequada às reuniões (média 4,3);
- A periodicidade das reuniões do colegiado é adequada (média 4,2);

Pág. 4 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC 2024/Anexo 06 Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

- A convocação das reuniões do colegiado é realizada com a antecedência adequada (média 4,8);
- O secretariado do colegiado executa seu trabalho adequadamente (média 4,9);
- A pauta das reuniões do colegiado é adequada (média 4,7);
- A duração das reuniões do colegiado é adequada (média 3,8);
- O colegiado trata adequadamente os eventuais conflitos de interesse (média 4,0);
- Os membros atuam com independência (média 4,8);
- Os membros se preparam para as reuniões (média 4,3);
- As discussões em grupo aprimoram o processo decisório do colegiado (média 4,8);
- O colegiado comunica adequadamente suas decisões e entendimentos às partes interessadas (média 4,7);
- As decisões do colegiado corporativo são efetivadas (média 4,4); e
- Houve a participação dos membros do colegiado no preenchimento desta autoavaliação (média 4,7).

Seção 2: Números do CGE



Pág. 5 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC 2025-09-30 Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 109

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

O CGE é composto por um representante titular e um suplente de cada área do BCB, pelo Secretário-Executivo – que o coordena –, pelo Chefe do Deinf, pelo Encarregado do Tratamento de Dados Pessoais e pelo Coordenador do Comitê de Governança da Informação (CGI). Além dos membros titulares e suplentes, participam do CGE, sem direito a voto, o Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov), que secretaria o comitê, o Chefe do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais (Deris), um representante da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) e o Auditor-Chefe, esses dois últimos para assessorar nos assuntos de suas competências. As reuniões são secretariadas com apoio administrativo da Segov.

No ano de 2024, foram realizadas 6 reuniões em 12 encontros. O calendário de 2024, divulgado ao final de 2023, foi cumprido com algumas alterações: as sessões inicialmente previstas para os dias 26/07 e 04/10 não foram realizadas por ausência de pauta e a 19ª reunião foi realizada com 2 sessões a mais do que as incialmente previstas, tendo em vista a necessidade de avaliação de 12 Planos de Novos Projetos (PNP).

Seção 3: Tópicos das reuniões

Todos os assuntos previstos para o calendário 2024 foram devidamente tratados conforme tabela abaixo. As atas e memórias das reuniões estão disponibilizadas na intranet, como previsto no inciso I do art. 19 de seu regulamento.

Pág. 6 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC 2024/00[illegible]Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

Tabela 1 – CGE: reuniões e tópicos

Reunião	Tópicos						
	PEI – BCB[1]	Indicadores de Gestão	Portfólio corporativo	Governança TIC	PTD[2]	PDA[3]	Outros
18ª reunião (19/01)		✓					
19ª reunião (01/03, 08/03, 14/03, 15/03 e 18/03)			✓				✓
20ª reunião (17/05 e 24/05)	✓		✓	✓	✓	✓	✓
21ª reunião (02/08)	✓			✓			
22ª reunião (27/09)			✓		✓		✓
23ª reunião (22/11 e 29/11)	✓		✓	✓			✓

Elaboração Secre/Segov

Seção 4: Temas

I – Plano Estratégico Institucional do BCB (PEI-BCB):

a. Monitoramento trimestral do PEI-BCB; e

b. Proposta de revisão do rol dos indicadores de gestão para 2024.

II – Portfólio Corporativo de Programas e Projetos:

a. Ampliação do prazo para início da execução dos projetos do ciclo 2024;

[1] Plano Estratégico Institucional do Banco Central do Brasil
[2] Plano de Transformação Digital
[3] Plano de Dados Abertos

Pág. 7 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC 2024/1 - SGC Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

b. Recomendação ao Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC) de aprovação dos seguintes novos projetos (PNP - ciclo 2024):

   1. *Bureau de Crédito Rural do Banco Central – BCRBC;*
   2. *FSAP 2025;*
   3. *Supervisão de Conduta;*
   4. *Modelos e plataformas na fronteira;*
   5. *Inovações financeiras e mudanças sociais, ambientais e climáticas: impactos no SFN, SPB e economia real;*
   6. *Estatísticas Avançadas;*
   7. *Controle de acesso 2;*
   8. *Resiliência tecnológica SFN; e*
   9. *Monitoramento da imagem.*

c. Priorização de portfólio dos projetos corporativos;

d. Prestação de contas do Programa Dipec;

e. Prestação de contas e prorrogação do Projeto Acordo-modelo baseado em Listas Negativas;

f. Recomendação para aprovação da alteração de escopo do Projeto Supervisão de conduta; e

g. Recomendação para aprovação de prorrogação dos projetos:

   1. *Projeto Basileia III;*
   2. *Projeto PIX; e*
   3. *Projeto Sistema de Custos.*

III – Governança de TIC:

a. Prestação de Contas do PDTI vigente, com dados relativos à execução de 2023; e

b. Deliberações sobre a priorização de projetos e iniciativas de TIC.

Pág. 8 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC [illegible]ecre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

IV – Plano de Transformação Digital (PTD):

a. Acompanhamento do PTD; e
b. Recomendação ao GRC de que o PTD seja aprovado pelo CGE.

V – Plano de Dados Abertos (PDA):

Acompanhamento do PDA/BC 2023-2025.

VI – Outros:

a. Prestação de contas do Banco Central do Brasil (RIG);
b. Relatório anual de prestação de contas do CGE referente a 2023;
c. Nova resolução de colegiados corporativos do Banco Central do Brasil;
d. Autoavaliação do CGE; e
e. Proposta de alteração do regulamento do CGE.

Pág. 9 do doc. 9 (COMUNICAÇÃO DO GRC Encaminhamento Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 113

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 161/2025–GRC, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Assuntos da Secretaria-Executiva – Apresenta relatório de avaliação dos colegiados corporativos.

Senhor Presidente e Senhores Diretores, membros do GRC,

A Secretaria-Executiva – Secre vem apresentar, por meio desta comunicação, relatório de avaliação dos colegiados corporativos, em atendimento ao art. 10, § 3º, da Resolução BCB nº 385, de 5 de junho de 2024, e nos termos do art. 36, inciso VIII, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil – BCB.

É o que trago ao conhecimento deste colegiado.

ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA
Secretário-Executivo

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 1 do doc. 10 (COMUNICAÇÃO DO GRC 161/2025-BCB/Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

ANEXO I

Relatório de Avaliação dos Colegiados

1. Introdução

Os colegiados corporativos representam a principal instância decisória no Banco Central (BC), sendo fundamentais para a governança e a qualidade das decisões institucionais. Com o objetivo de aprimorar seu funcionamento, foi realizada uma avaliação abrangente, conforme previsto no artigo 10, inciso III da Resolução 385, de 5 de junho de 2024.

O normativo estabelece a obrigatoriedade de avaliação bienal dos colegiados corporativos, utilizando metodologia desenvolvida pela Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov), com apresentação dos resultados consolidados ao Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC).

A avaliação também responde a questionamentos anteriores do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco de Compensações Internacionais (BIS/CBGG), que já haviam solicitado informações sobre os mecanismos de avaliação dos colegiados.

2. Metodologia

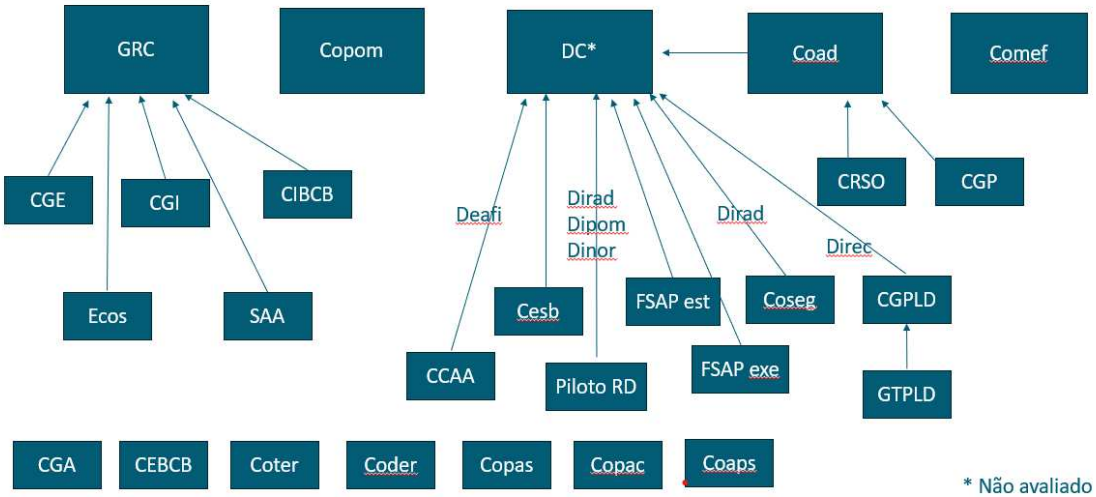
A avaliação abrangeu 24 colegiados corporativos, todos compostos por membros de diferentes áreas e instituídos por decisão da Diretoria Colegiada (DC) ou do GRC.

O instrumento utilizado foi um formulário com 20 questões, inspirado no questionário do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), no formulário de governança do TCU, dentre outras fontes reconhecidas.

O coordenador de cada um dos colegiados corporativos foi responsável por realizar a avaliação. Também ficou a cargo de cada coordenador optar por responder sozinho ou envolver demais membros do colegiado na avaliação das questões.

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

3. Vinculação entre os colegiados participantes



- Diretoria Colegiada (DC) *não avaliado
- Comitê de Governança, Riscos e Controle (GRC)
- Comitê de Política Monetária (COPOM)
- Comitê de Estabilidade Financeira (COMEF)
- Comitê de Administração do BC (COAD)
- Comitê Estratégico de Gestão Orçamentária e de Aquisições (CGA)
- Comitê de Gestão Estratégica (CGE)
- Comitê de Governança da Informação (CGI)
- Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (CGP)
- Comitê Estratégico de PLD/FT (CGPLD/FT)
- Grupo Técnico de PLD/FT (GTPLD/FT)
- Comitê de Instauração de Processos Administrativos Sancionadores (COPAC)
- Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (COPAS)
- Comitê de Acordo Administrativo em Processo de Supervisão (COAPS)
- Comitê de Decisão de Recurso e Reexame (CODER)
- Comitê de Integridade do BC (CIBCB)
- Comitê Estratégico de Gestão do Sandbox Regulatório (CESB)
- Comitê de Economia Sustentável (ECOS)
- Comitê Consultivo de Avaliação de Ativos (CCAA)
- Comissão de Ética do BC (CEBCB)
- Comitê de Decisão de Termo de Compromisso (COTER)
- Comitê de Responsabilidade Socioambiental Organizacional (CRSO)
- Grupo Executivo de acompanhamento FSAP (FSAP exe)
- Comitê de Alocação Estratégica das Reservas Internacionais (SAA)
- Comitê Executivo de Gestão do Projeto-Piloto da Plataforma do Real Digital (Piloto RD)

Pág. 3 do doc. 10 (COMUNICAÇÃO DO GRC 161/2025-BCB/Secre-Numerado Manualmente) do PE 295483
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

4. Resultados Consolidados

A média geral obtida nas respostas às questões foi de 4,75, em uma escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) e a possibilidade de marcar “Não se aplica” (NA).

As questões foram agrupadas nos temas listados abaixo. Para cada item, foram feitas as médias das respostas de cada colegiado.

4.1 Objetivos e Interação (Média: 4,91)

Os resultados indicam que os colegiados tratam de temas relevantes (4,87), cumprem seus objetivos (4,92), contam com contribuições efetivas dos membros (4,90) e promovem interações pautadas por confiança, transparência e respeito mútuo (4,95).

4.2 Composição (Média: 4,56)

A composição dos colegiados foi avaliada positivamente quanto ao número de membros (4,75) e à representatividade das áreas (4,75). No entanto, a diversidade dos membros obteve a menor nota deste bloco (4,19), sendo também um dos itens com maior número de respostas “Não se Aplica” (NA).

4.3 Funcionamento do Colegiado (Média: 4,78)

Os colegiados demonstraram bom desempenho em aspectos operacionais. A convocação das reuniões (4,94), o trabalho do secretariado (4,90) e a adequação da pauta (4,89) foram bem avaliados. A periodicidade (4,81) e a duração das reuniões (4,70) também foram consideradas adequadas. O tratamento de conflitos de interesse, embora satisfatório, apresentou a menor nota deste bloco (4,61), além de alto número de respostas NA.

4.4 Atuação dos Membros (Média: 4,87)

Os membros dos colegiados foram avaliados como atuantes com independência (4,93), bem-preparados para as reuniões (4,77) e capazes de enriquecer o processo decisório por meio das discussões em grupo (4,91).

4.5 Comunicação e Efetividade (Média: 4,85)

A comunicação das suas decisões e entendimentos às partes interessadas foi considerada adequada (4,86), assim como a efetivação das decisões (4,84).

4.6 Participação na Avaliação (Média: 3,75)

Este foi o item com menor média geral. A participação dos membros no preenchimento da autoavaliação foi limitada, o que pode ter impactado a representatividade dos resultados. Observou-se que as notas tendem a ser mais altas quando o formulário é preenchido exclusivamente pelo coordenador do colegiado.

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Sucon/Dibas em 05/01/2026 às 17h16

5. Conclusões

A avaliação revelou um desempenho global positivo dos colegiados corporativos do BC, com destaque para a qualidade das interações, a atuação dos membros e a efetividade das decisões. No entanto, três aspectos merecem atenção:

- **Diversidade:** obteve a menor nota entre os critérios avaliados e apresentou alto número de respostas NA, mostrando que é preciso melhorar a composição dos colegiados nesse aspecto.
- **Conflito de interesses:** também com nota inferior à média geral e elevado número de NA, evidenciando a necessidade de maior compreensão, por parte dos membros dos colegiados, sobre o que caracteriza um conflito de interesse no contexto de cada colegiado.
- **Participação na avaliação:** a baixa adesão dos membros ao preenchimento do formulário, o que compromete a pluralidade das percepções.

Esses pontos indicam oportunidades de aprimoramento, tanto na composição dos colegiados quanto na cultura de participação e transparência.